



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE CULTURA E ARTE – ICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DAVID ALBUQUERQUE DE MENEZES

O CONCEITO DE CRISE NOS LIVROS I E II DE *O CAPITAL* DE MARX

FORTALEZA

2017

DAVID ALBUQUERQUE DE MENEZES

O CONCEITO DE CRISE NOS LIVROS I E II DE *O CAPITAL* DE MARX

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Ética e Política

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M51c Menezes, David Albuquerque de.
O conceito de crise nos livros I e II de O Capital de Marx / David Albuquerque de Menezes. – 2017.
101 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas.
1. Marxismo. 2. Capitalismo. 3. Crise. I. Título.

CDD 100

DAVID ALBUQUERQUE DE MENEZES

O CONCEITO DE CRISE NOS LIVROS I E II DE *O CAPITAL* DE MARX

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Ética e Política

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio Glaudenir Maia Brasil
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Renato Almeida de Oliveria
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

RESUMO

Desenvolvemos, neste trabalho, uma análise da questão da crise nos Livro I e II de **O Capital**, de Karl Marx, a partir do exame das origens, consequências e funções da crise no processo de reprodução do capital. Articulamos, para isso, dois procedimentos: 1) a crítica das contradições da produção e da circulação do capital envolvidas na formação das crises – especialmente as tendências à superprodução, à queda da taxa de lucro e à desproporção intersetorial; e 2) apontamentos acerca do ciclo industrial, formulados e expostos por Marx ao longo dos tomos referidos da obra. Observamos que a crise, para Marx, representa um momento inerente, necessário e periódico do desenvolvimento do capitalismo, essencialmente contraditório, na medida em que se efetiva como desvalorização do capital e, ao mesmo tempo, como condição de retomada da valorização. Assim, a crise é, ao mesmo tempo, causa e efeito da reprodução do capital, tal como a reprodução do capital se torna causa e efeito da crise. Incapaz de conduzir uma superação das contradições internas do capital *per si*, a crise é uma negação dentro dos limites dos quais as condições de afirmação do capital tendem a ser repostas. Após a análise da origem e da processualidade da crise, sugerimos que o conceito de crise deve representar a crise enquanto forma pela qual o capital busca submeter a divisão social do trabalho no nível societário como força produtiva do capital. Com a grande indústria, a cooperação, divisão e organização do trabalho no interior da unidade produtiva são convertidas em forças produtivas do capital, e, nas crises, o capital “resolve” contraditoriamente a anarquia social da produção geral, possibilitando a retomada da reprodução ampliada; portanto, a crise é a forma pela qual o capital efetiva a conversão da anarquia social da produção, reinante na divisão do trabalho social em nível societário, numa força produtiva do capital.

Palavras-chaves: Marxismo. Capitalismo. Crise.

RÉSUMÉ

Nous avons développé dans ce travail, une analyse de la question de la crise dans le Livre I et II du **Le Capital**, Karl Marx, à partir de l'examen des origines, les conséquences et les fonctions de la crise dans le processus de reproduction du capital. Nous avons articulé, pour ceci, deux procédures: 1) la critique des contradictions de la production et la circulation des capitaux impliqués dans la formation des crises – en particulier les tendances à la surproduction, la baisse du taux de profit et disproportions intersectorielle; et 2) des notes sur le cycle industriel, et formulée et exposée par Marx au cours de tomes appelés au travail. Nous avons observé que la crise, pour Marx, est un moment inhérent, nécessaire et périodique du développement du capitalisme, essentiellement contradictoire, dans ce est efficace comme dévaluation du capital et, au même temps, comme condition de la reprise de l'appréciation. Ainsi, la crise est, au même temps, cause et effet de la reproduction du capital, telles que la reproduction du capital devient la cause et l'effet de la crise. Incapable de conduire une surmonter des contradictions internes du capital *per se*, la crise est une négation dans les limites dont les conditions d'affirmation de le capital ont tendance à être restauré. Après avoir analysé la processualité de la crise, nous proposons une formulation conceptuelle pour traiter le problème de la crise, comme suit: le concept de crise devrait représenter la manière dont le capital cherche ou met la division sociale du travail comme force productif du capital. Défendre de façon concluante que si, dans son évolution historique, le capital, selon Marx, convertit la coopération, la division et l'organisation du travail au sein de l'unité de production dans les forces productives du capital, tandis qu'au niveau de la société, la production de l'anarchie régnant ; la crise, qui exprime la solution capitaliste à l'anarchie sociale de la production général et pour les contradictions du capital, est la façon dont le capital effectue la conversion de la division sociale du travail au niveau sociétaire dans une force productif du capital.

Mots-Clés: Marxisme. Capitalisme. Crise.

LISTA DE SIGLAS

<i>c</i>	Capital constante
D	Dinheiro
D'	Valor aumentado, na forma de dinheiro
DP	Dias do período
FT	Força de Trabalho
I	Setor de produção de meios de produção
II	Setor de produção de meios de consumo
<i>m</i>	Mais-valor
M	Mercadoria
MP	Meios de Produção
M'	Valor aumentado, na forma de mercadoria
TC	Tempo de Circulação
<i>tm</i>	Taxa do mais-valor
TP	Tempo de Produção
P	Período
<i>v</i>	Capital variável
VA	Valor adiantado

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tempo de produção e adiantamento de capital (caso 1)	45
Tabela 2 - Tempo de Circulação e Reembolso de Capital (caso 1).....	45
Tabela 3 – Tempo de Produção e Adiantamento de Capital (caso 2).....	46
Tabela 4 – Tempo de circulação e Reembolso de capital (caso 2).....	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CONTRADIÇÕES DA PRODUÇÃO DO CAPITAL EM FUNÇÃO DAS QUAIS SE ORIGINAM AS CRISES (LIVRO I)	14
2.1	Tendência à superprodução	14
2.1.1	<i>Grande indústria, mercadoria e mais-valor</i>	14
2.1.2	<i>Acumulação, concorrência e elevação das forças produtivas</i>	18
2.2	Queda tendencial da taxa de lucro	28
2.2.1	<i>Capital constante, capital variável e mais-valor</i>	29
2.2.2	<i>Composição e valorização do capital</i>	30
2.2.3	<i>Elevação da composição do capital</i>	35
2.2.4	<i>Comprometimento da rentabilidade do capital</i>	37
2.3	Conclusões parciais	40
3	CONTRADIÇÕES DA CIRCULAÇÃO DO CAPITAL, AS QUAIS CONSTITUEM OU ACENTUAM TENDÊNCIAS DE CRISE (LIVRO II)	42
3.1	Rotação e reprodução do capital	42
3.1.1	<i>Circulação do capital como rotação: tempo de produção e tempo de curso</i>	42
3.1.2	<i>Rotações, lucratividade e liberação de capital</i>	44
3.1.3	<i>Variações de preços e reembolso de capital</i>	51
3.1.4	<i>Reprodução do capital fixo</i>	54
3.1.5	<i>Circulação e crise</i>	56
3.2	Relações entre os setores de produção	62
3.2.1	<i>Circulação do capital social: intercâmbio e (des)proporção intersetorial</i>	62
3.2.2	<i>Condições de proporcionalidade e reprodução capitalista</i>	63
3.3	Conclusões parciais	73
4	O PAPEL DAS CRISES NO CAPITALISMO E O SEU CONCEITO	75
4.1	A forma cíclica de reprodução da grande indústria	75
4.1.1	Reprodução do capital e Ciclo industrial	79
4.2	Falsas soluções	84
4.3	Algumas consequências e funções da crise	88
4.4	Superação revolucionária das crises	90
5	CONCLUSÃO	94
	REFERÊNCIAS	99

1 INTRODUÇÃO

A questão da crise representa, para o marxismo, uma das mais importantes e controversas problemáticas no debate teórico e político. Discutir a crise do capital do ponto de vista de Marx implica discutir o próprio capital, sua natureza, sua essência, sua dinâmica, e, com isso, as condições de produção e reprodução da vida socioeconômica sob seu domínio¹. Uma simples vista sobre a literatura que busca dar conta do assunto basta para revelar que, desde a emergência do capitalismo até as condições de sua superação histórica – há inúmeros aspectos importantíssimos implicados na questão.

A crise, para Marx, como é de conhecimento firmado entre especialistas, é um elemento fundamental do capitalismo e, como tal, tem de tornar-se um fenômeno determinante na vida moderna². A vivência da crise é amarga para as maiorias sociais e, em geral, levanta o debate sobre a irracionalidade da economia de mercado, sobre o modo de controle da macroeconomia, a relação entre política e vida econômica e entre a estrutura da sociedade e os fatos da vida particular de cada indivíduo, pois nas crises as contradições da sociedade capitalista eclodem de forma trágica e abrupta, inelutavelmente. David Harvey, em **Condição Pós-moderna**, vale destacar sobre a amplitude do fenômeno da crise, argumenta que as crises capitalistas e as respostas capitalistas às suas crises tem operado como a base material a partir da qual vários dos mais importantes movimentos estéticos da modernidade retiraram suas problemáticas, questões e reflexões (HARVEY, 1992). Não se trata, em suma, de um fenômeno que se mantém circunscrito a uma esfera demarcada – ele guarda consequências societárias de várias ordens. Os caminhos que cada pesquisador adota no estudo da temática são variáveis, conforme os objetivos que traça e os meios que estão ao seu alcance para conquista-los. Este trabalho, enfim, tem como objeto a reflexão em torno da *crise*

¹Um bom comentário introdutório se pode ver em BENSÃID, Daniel. **Marx e as crises**. In: GRANJA, S. & ROBAINA, R. (Orgs.). *Economia & Dialética: seleção de textos marxistas*. Coleção Marxismo Aberto, Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2011.

² Sobre a importância de Marx para a compreensão das crises contemporâneas do capitalismo veja Mészáros (2017) e Hobsbawm (2015). Uma curta seleção de textos do próprio Marx sobre o assunto pode ser conferida em Romero (2009). Para uma interessante abordagem da estrutura lógica e textual de **O Capital** veja Rosdolski (2001)

em Marx, delimitada nos Livros I e II de **O Capital**, a obra mais importante de Marx³.

Um tema com tal amplitude não poderia deixar de ser e de já ter sido objeto de inúmeras pesquisas, dos mais qualificados personagens da teoria filosófica e científica, e não poderia ter deixado de se tornar um dos núcleos temáticos onde as diversas tendências e correntes se encontram para o debate. É surpreendente a diversidade de posições dos estudiosos do tema e a pluralidade de abordagens que se adota frente a ele. Qual nosso objetivo? Não pretendemos oferecer um balanço teórico de como a crise em Marx foi interpretada no pensamento marxista ou de uma história do pensamento marxista sobre as crises. Também não temos o objetivo de instaurar uma nova versão completa da teoria das crises de Marx, embora seja inevitável que adotemos uma concepção determinada a seu respeito. No debate filosófico, a preocupação final é com o conceito, no nosso caso, com o conceito de crise em Marx. Nosso objetivo é, na verdade, extrair, do tratamento teórico da questão das crises nos Livros I e II de **O Capital**, uma proposta de formulação conceitual para a crise, uma formulação em função da qual o conceito tem de ser pensado e pode expressar algo que trás de essencial.

A formulação a que chegamos – e que reaparecerá como resultado no final deste trabalho – é a de que a crise representa o modo capitalista de conversão da divisão social do trabalho em força produtiva do capital. Isso se aproxima da ideia de que a crise expressa um limite do capitalismo como propulsor das forças produtivas e sua tentativa de superar esse limite sem enfrentar a estrutura da qual ele emerge, recaindo num movimento destrutivo, mas com a observação de que ele pode obter, com esse recurso, relativo sucesso (para o capital é claro – ainda que temporário e desigual) e que esse limite tem muito a ver com a forma capitalista da divisão social do trabalho que é a sua base material fundamental. Embora essa concepção pareça agora obscura, ela pode ser mais bem compreendida através da leitura dos capítulos da Seção IV do Livro I de **O Capital**, em que Marx comenta o processo de conversão da cooperação, da divisão do trabalho e da revolução técnica em forças produtivas do capital. Passemos, então, à questão da estrutura da exposição e o sentido de sua organização tal como escolhemos.

Em **O Capital**, como Antunes e Benoit (2008) argumentam bem, o conceito de crise evolui conforme progride dialeticamente as determinidades do capital, capítulo a capítulo,

³Sobre a importância de **O Capital** para a civilização moderna cf. BROFENBRENNER, Martin. "**O Capital**" para o homem moderno. In: HOROWITZ, David. *A economia moderna e o marxismo*. Biblioteca de ciências sociais, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

seção a seção, livro e livro. Se buscássemos reproduzir a evolução conceitual da questão da crise ao longo de **O Capital** poderíamos nos ater, portanto, aos passos apresentados por Marx, como Antunes (2008) ou Grespan (2009, 2015), por exemplo, buscam fazer. Nosso procedimento expositivo é distinto, ele tem três partes principais, às quais correspondem os três capítulos de desenvolvimento de ideias. Essas partes foram ordenadas por representarem, cada um, um nível fundamental em que o problema da crise se manifesta nos Livros I e II de **O Capital**. O primeiro capítulo analisa as contradições no processo de produção do capital, dando ênfase a duas temáticas centrais: superprodução e queda tendencial da taxa de lucro. O segundo capítulo investiga as contradições do capital considerando as determinações do processo de circulação, em que se destacam as temáticas dos ciclos de reprodução do capital fixo e as relações entre os setores de produção. O terceiro busca enfrentar a questão do ciclo industrial, o modo como a crise aparece no ciclo industrial mediante o qual o capital efetua seu movimento geral e periódico segundo Marx, retirando dessa discussão elementos para pensar as funções da crise e seu próprio significado. Poderíamos dizer, em linhas gerais, que os três capítulos tematizam a crise, respectivamente, na produção do capital (com base no Livro I), na circulação do capital (com base no Livro II) e no ciclo industrial (com base nos dois livros).

O procedimento de investigação, por sua vez, se amparou em certos pressupostos e concepções, que dão alguns nortes teórico-metodológicos da análise. O primeiro deles é o de que é preciso avaliar, tanto a partir das manifestações explícitas da questão da crise no texto de Marx quanto do conjunto das determinações do capital que desembocam ou podem desembocar – ainda que nem sempre explicitamente – em crises os elementos e temáticas decisivas da questão. Passagens isoladas tem pouco a contribuir deslocadas do contexto geral da exposição de Marx – essa mesma ideia aparece em Antunes e Benoit (2008). Em segundo lugar é útil lembrar Ernest Mandel (2015), que indicava⁴ que o nóculo da investigação das crises em Marx está na análise das contradições do capital. Ora, se, para Marx, a crise é um momento natural da reprodução do capital, originado de suas próprias leis internas e inseparáveis de movimento ou, como se diz na linguagem econômica, um fenômeno endógeno do capitalismo, e sendo o capital autovalorização do valor e a crise sua desvalorização, os motivos das crises e da acumulação encontram-se simultaneamente no próprio capital; as causas das crises, portanto, advém de contradições internas na estrutura e na dinâmica do mesmo. Em Grespan (2015) essa ideia surge como a clara consciência de que

⁴ Cf. JUNIOR, Fernando L. R. **Mandel: notas sobre o capitalismo - sua gênese e suas crises**. In: Novos Temas - Revista do Instituto Caio Prado Jr. *Crise e conjuntura política*, 12\13, São Paulo: ICP, 2015.

as determinações do conceito de crise derivam do próprio conceito de capital.

Em terceiro e último lugar, para ficarmos por aqui, podemos dizer que recorreremos a duas concepções de crise na investigação para realizar nossos objetivos traçados. A primeira é o de crise como desvalorização (GRESPLAN, 2009, 2015). Sendo capital o constante movimento de autovalorização do valor, a interrupção desse movimento impede a valorização, paralisa ou desvaloriza o capital. É necessário investigar que condições levam a essa possibilidade. Com isso em mente, podemos considerar que mesmo quando Marx não se refere explicitamente à questão da crise, pode ser que o assunto tratado tenha importância para a questão. A segunda é a crise como fase determinada do ciclo industrial, como período transitório, que antecede o início do ciclo e finaliza o mesmo. O primeiro sentido é a referência para os dois primeiros capítulos, enquanto o último sentido é a referência para o último capítulo. Nosso pressuposto é que somente combinando os dois significados podemos tirar as conclusões necessárias para pensar a questão da crise em Marx e propor uma formulação conceitual em função do qual o conceito pode expressar algo de fundamental.

Podemos dizer, antes de partirmos para o texto propriamente dito, que, à primeira vista, os significados para a crise do capitalismo que surgem de imediato à mente são o de crise econômica, periódica, mais ou menos prolongada etc. e a crise que põe em questão a própria possibilidade de sustentação do capitalismo como modo de produção, o que passou na literatura como “crise final” do capitalismo ou o seu “colapso”. As relações entre uma crise e outra, isto é, entre as crises econômicas e o fim do capitalismo, não serão examinadas aqui a fundo⁵. Basta, primeiro, situar essa diferença em termos precisos, para apresentar o foco de nossa análise. Enquanto a crise econômica representa a dificuldade do capital em manter suas condições de valorização e a necessidade de se recompor, e isso é uma necessidade inerente do mecanismo de acumulação, essencialmente econômica, portanto; a crise que aponta para a possibilidade do fim do capitalismo implica a tendência ou perspectiva de dissolução da hegemonia burguesa e, portanto, depende fundamentalmente do desenvolvimento do poder de classe do proletariado, isto é, da polarização da luta de classes como disputa de projetos societários antagônicos, alcançando um nível em que a continuidade do controle burguês sobre o Estado e a base econômica fica ameaçada. É certo que o desenvolvimento do poder de classe do proletariado não resulta de um movimento interno da pura “vontade” ou da subjetividade da classe consigo mesma, como se se pusesse a si mesma num patamar

⁵ Ver sobre isso, por exemplo, ARCARY, Valério. **Notas sobre crises econômicas e revolução em perspectiva histórica**. In: SAMPAIO JR., Plínio de Arruda (Org.). *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

determinado em função de um movimento meramente subjetivo da consciência. Nos momentos de crise econômica, os ataques do capital sobre o trabalho obrigam os trabalhadores a resistirem para manter suas condições de vida e trabalho, intensificando as lutas e os conflitos sociais. Os períodos de crise econômica tendem a ser, portanto, períodos de efervescência política e de desenvolvimento da consciência de classe. Mas há a possibilidade de essa tendência ser revertida para o lado da burguesia, tão logo em certas conjunturas se mostrem desfavoráveis para o desenvolvimento dessa consciência de classe, em função de outros condicionantes sociais. De uma forma ou de outra, os conflitos sociais tornam-se mais intensos. Mas não nos cabe desenvolver esse assunto. Basta reconhecer que, do que foi dito, a crise econômica e a crise de hegemonia do capitalismo são, enquanto fenômenos ou processos, coisas distintas. Do ponto de vista da unidade do conceito de crise, ambos os fenômenos são expressões distintas das contradições do capitalismo em níveis determinados. Mas enquanto a crise econômica – abstraindo a luta de classes – tende a recolocar as contradições do capital para operar em condições que possibilitem novamente a valorização do capital, a crise de hegemonia representa o movimento no sentido da verdadeira superação das contradições do capital⁶ – e aqui entra não só a luta de classes, mas a evolução da consciência de classe do proletariado etc. Como, na realidade, as diversas determinações do capitalismo se manifestam e se desenvolvem simultânea e articuladamente, entendemos ser de caráter puramente metodológico que uma expressão da crise seja apresentada sem as determinações que a outra forma explicita primordialmente, e isso implica em compreender a crise econômica como resultado do mecanismo de acumulação, o que independente (de certo modo) da luta de classes para eclodir. Dito isto, vamos, enfim, ao conteúdo do trabalho.

⁶ Sobre a questão da superação do capitalismo, o debate teórico, muitas vezes, se desenvolve em duas direções principais: ou se dá primazia à dimensão subjetiva, no sentido de afirmar a necessidade da decisão do proletariado pela revolução, ou se dá primazia às condições objetivas, no sentido de que o fundamento material da revolução, a contradição entre forças produtivas e relações de produção, deve atingir certo estágio para desembocar necessária e inevitavelmente numa revolução. É sempre recomendável encontrar uma concepção dialética que unifique os dois aspectos do problema e os supere. Aqui chamamos atenção também para teorias que tendem a suprimir a subjetividade ou apresentá-la como resultado secundário da evolução das contradições essenciais do capitalismo, tratando a superação do capitalismo como “colapso”, resultante de contradições puramente econômicas. Teremos a oportunidade de debater um pouco do conteúdo de teóricos vinculados a essa e a outras concepções no decorrer do trabalho.

2 CONTRADIÇÕES DA PRODUÇÃO DO CAPITAL EM FUNÇÃO DAS QUAIS SE ORIGINAM AS CRISES (LIVRO I)

2.1 Tendência à Superprodução

Neste momento, iniciaremos a análise da crítica de Marx às contradições do modo de produção capitalista, porquanto são fundamentais para se compreender as razões ou origens da crise do capital, entendida, em seu sentido básico, como a desvalorização do capital, conforme indica Jorge Grespan⁷. Identificamos o primeiro núcleo de contradições que tende a afetar a valorização do capital na sua *tendência à superprodução*. Nossa tarefa inicial é analisar como e por que o desenvolvimento capitalista, segundo Marx, desemboca num período de crise de superprodução, ou, em outras palavras, por que e como as tendências próprias do capital devem resultar numa superprodução. O material de referência é, sobretudo, o Livro I, cujo subtítulo é “o processo de produção do capital”, e especialmente as seções I, III, IV, V e VII. Entendemos que seja um ponto de partida interessante para a questão a compreensão das determinações fundamentais da forma de produção e reprodução da grande indústria, pois é no contexto da grande indústria em que o capitalismo se consolida como modo de produção dominante e, ao mesmo tempo, em que emergem suas crises gerais e periódicas⁸.

2.1.1 Grande indústria, mercadoria e extração do mais-valor

É importante mencionar que, para Marx, a grande indústria guarda, enquanto forma histórica, uma dimensão revolucionária: a aplicação da técnica e da ciência permitem a substituição de força humana de trabalho por força mecânica e abre caminho para a aceleração das suas autotransformações⁹. Além disso, a concentração do capital em grandes

⁷ “Se o capital é conceituado na tradição de Marx como valor que se valoriza, uma crise pode ser definida em geral como valor que se desvaloriza” (GRESPLAN, 2015).

⁸ Ver o seguinte trecho: “...a partir do momento em que a indústria mecanizada, tendo lançado raízes tão profundas, exerceu uma influência preponderante sobre toda a produção nacional (...) é somente dessa época que datam aqueles ciclos sempre recorrentes, cujas fases sucessivas se estendem por anos e que desembocam sempre numa crise geral, marcando o fim de um ciclo e o ponto de partida de outro” (MARX, 2013, p.709).

⁹ “As formas variegadas, aparentemente desconexas e ossificadas do processo social de produção se dissolveram, de acordo com o efeito útil almejado, nas aplicações conscientemente planejadas e sistematicamente particularizadas das ciências naturais. (...). A indústria moderna jamais considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, ao passo que a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. Por meio da maquinaria, de processos químicos e outros métodos, ela revoluciona continuamente, com a base técnica da

empreendimentos industriais significa também concentração de força de trabalho: na grande indústria, milhares e milhares de trabalhadores se reúnem no mesmo espaço para a realização da produção, que é, nesse sentido, ampla e diretamente coletiva, social. O ganho em produtividade do trabalho social nesse contexto não tem precedentes na história. Como Marx explica, o fundamento sociotécnico desse fenômeno está no fato de que a maquinaria da grande indústria liberta o processo de trabalho das limitações corpóreas do ser humano: tudo pode se produzir conforme a performance da máquina objetiva e automovente¹⁰.

Marx está ciente de que toda indústria capitalista é, por sua vez, produtora de mercadorias. O destino de toda mercadoria – como o nome já diz – é o mercado. O sentido do trânsito da mercadoria ao mercado é, explica ele, realizar o valor de troca, é trocá-la por uma quantia em dinheiro que realize seu valor, fazendo esse valor refluir para o capitalista, proprietário da indústria que a produziu¹¹. Para que o capitalista constitua uma produção, é preciso que concentre capital em forma de dinheiro para comprar força de trabalho e meios de produção em volume suficiente para operar seu capital produtivo por determinado período¹². Para que, passado esse período, o capitalista tenha condições de voltar (ou continuar) a produzir suas mercadorias é preciso que o valor gasto inicialmente retorne ao seu bolso através das vendas das mercadorias. O processo de produção só se mantém se for reproduzido, ao passo que isso depende da produção e da realização, na venda das mercadorias. Nesse sentido, a reprodução pressupõe produção e venda, extração e realização do valor, e se efetiva, segundo Marx, num movimento cíclico do valor de capital (cf. Cap. 1. In: MARX, 2014). O caráter cíclico da reprodução do capital nos parece uma dimensão básica para a compreensão do processo capitalista de reprodução.

Mas o capitalista não se contenta em simplesmente reproduzir seu capital na mesma escala de produção em que operou antes: ele investe seu capital para que, a partir da produção e da venda de mercadorias, reflua um valor superior àquele lançado inicialmente (valor adiantado). A mera produção e a mera venda das mercadorias pode reproduzir o processo de

produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho” (Id., 2013, pp.556-557).

¹⁰ Cf. Cap.13. In: MARX, 2013.

¹¹ É assim que Marx inicia o primeiro capítulo de **O Capital**: “A riqueza das sociedades em que reina o modo de produção capitalista aparece como uma 'enorme coleção de mercadorias', e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2013, p.113). E analisa, em seguida, a mercadoria: ela tem duplo valor – valor de uso e valor de troca. Enquanto o primeiro se expressa em suas qualidades ou propriedades materiais, inscritas em seu corpo, e resulta do caráter concreto do trabalho que a fez, o segundo se revela pelo *quantum* de valor correspondente ao tempo de trabalho social necessário à sua produção, isto é, tempo de trabalho humano em geral, trabalho abstrato (cf. Cap.1. In: MARX, 2013).

¹² O dinheiro é, segundo Marx, por isso, a primeira forma do capital (cf. Cap.2. In: MARX, 2013).

produção sem representar valorização do capital, no caso de o valor refluído nas vendas for equivalente ao valor adiantado: ter-se-ia, nesse caso, uma reprodução simples. Se essas fossem as condições normais de investimento, o capitalista sequer aplicaria seu dinheiro como capital, pois a troco de que correria o risco de parte de seu valor se perder pelo caminho, na concorrência, por exemplo? Melhor seria manter seu dinheiro entesourado, já que a circulação dele não oferece nenhuma vantagem. Diferentemente, a fórmula geral do capital, segundo Marx, é D-M-D', isto é, dinheiro (D) que compra mercadorias M (força de trabalho e meios de produção) com a venda do produto (mesma forma M) do trabalho das quais o capitalista se apodera de mais dinheiro (D'). A diferença entre o dinheiro investido e o apoderado ao final do ciclo é o que Marx chama de mais-valia ou mais-valor¹³. Do que foi até aqui dito sabemos que, segundo Marx, o processo de reprodução do capital se efetiva num movimento cíclico, e cujo sentido é expandir o valor, ampliá-lo: trata-se de um ciclo repetido e expansivo.

Um dos elementos fundamentais da análise de Marx nas duas primeiras seções do Livro I, e que precisamos resgatar aqui, é a resposta para a pergunta: qual a origem do mais-valor? Enquanto os economistas burgueses apontavam sempre para o plano da circulação, onde reina indivíduos na situação de livres portadores de mercadorias, Marx demonstra que a origem ocultada do mais-valor está na esfera da produção¹⁴, onde desempenha um papel essencial uma mercadoria particular: a força de trabalho. Vejamos, com Marx (cf. Cap.4. MARX, 2013, pp. 241-54), que a força de trabalho é uma mercadoria como qualquer outra: é comprada por um comprador interessado nas suas qualidades específicas (valor de uso) segundo o valor correspondente ao necessário para produzi-la socialmente (valor de troca). O que a diferencia de outras mercadorias é o que diferencia qualquer mercadoria específica das demais: suas qualidades concretas. É interessado nelas que o capitalista a adquire, embora efetive sua compra por meio do pagamento em dinheiro, na forma de salário. Mas que qualidade é essa? Qual a propriedade específica da força de trabalho? Ora, exatamente a de,

^{13c}“A forma completa desse processo é, portanto, D-M-D', onde $D' = D + \Delta D$, isto é, à quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (*surplusvalue*)” (MARX, 2013, p.227). Fizemos nosso estudo a partir da tradução de **O Capital** feita por Rubens Enderle, da edição brasileira da Boitempo Editorial, 2013. Por isso usaremos preferencialmente a expressão “mais-valor”, adotada na tradução referida.

¹⁴ Isso não quer dizer que Marx condene a esfera da circulação como terreno definitivo da mera aparência do real, isso seria absurdo. Na verdade, Marx denuncia a limitação da economia política burguesa a essa esfera e seu silêncio diante da produção. A esfera da circulação é sempre necessária e revela, sob formas determinadas, contradições importantes do capital. Como afirma Marx: “sem travar contato com outros possuidores de mercadorias, é impossível que ele [o capitalista] valorize o valor (...) o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação” (MARX, 2013, p.240). No entanto, a *criação* do mais-valor, que é um momento fundamental da valorização do capital, tem origem na produção.

ao ser consumida, não somente perder valor de uso, mas criar valor *in acto*. A força de trabalho perde valor de uso no sentido de que suas energias vitais (físicas, intelectuais e motoras) são consumidas e precisam ser, em seguida, repostas através da alimentação, do descanso, mas também da proteção do corpo com o vestuário, da manutenção da saúde, da própria reprodução na família etc., pois sua forma material é a forma de um indivíduo vivo, um ser humano. Porém – e essa, sim, é sua característica peculiar e fundamental para o capitalista (mais importante que qualquer coisa) – o seu consumo, isto é, o consumo da força de trabalho, é, imediata e simultaneamente, produção, é o trabalho efetivo e, como tal, criação de valor¹⁵.

Se a origem do mais-valor está na produção e, mais especificamente, na força de trabalho, como se dá o processo de valorização do capital? Marx explica que ao atuar nas fábricas, como operador de meios de produção, o trabalhador articula a técnica, habilidade, força etc. necessárias para constituir uma massa de produtos. Os meios de produção consumidos (e na proporção em que foram consumidos) na produção dessa massa de produtos transferem, junto com seu valor uso (sua forma material ou parte de sua vitalidade) o seu valor de troca¹⁶. A parte do capital investido, correspondente ao gasto com meios de produção, isto é, aquilo que Marx chama de capital constante, portanto, a grosso modo, não se perde na produção, se conserva ao ser transferido ao produto. Mas o mesmo processo de trabalho só se efetiva sob determinado tempo de trabalho e, como tal, é nova fonte de valor. Para repor o valor de capital gasto no pagamento de salários, isto é, aquela parcela do capital total que Marx chama de capital variável, a força de trabalho tem de atuar num tempo determinado¹⁷. O fundamento do mais-valor, desse ponto de vista, está na exigência do

¹⁵ Vejamos a seguinte passagem: “Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho” (MARX, 2013, p.242).

¹⁶O valor de uso é, afinal, portador material do valor de troca (cf. Cap.1. In: MARX, 2013).

¹⁷ “Dada a existência do indivíduo vivo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor” (MARX, 2013, p.245). O pagamento do valor dos meios de subsistência assume a forma do salário, mas o preço do salário não corresponde, necessariamente, ao valor da força de trabalho. Em geral, os capitalistas pressionam para pagar ao trabalhador um salário abaixo do seu valor, isto é, abaixo do necessário para reproduzir adequadamente suas funções vitais, físicas, intelectuais e motoras. Deixamos, no entanto, tal como Marx no Livro I, essa questão de lado, supondo que o capitalista paga ao trabalhador o salário pelo preço equivalente ao seu valor social integral.

capitalista de que o trabalhador extrapole esse tempo mínimo¹⁸. Se se limitar a esse tempo, o capital apenas se reproduz na mesma escala, não se amplia, não pode se valorizar, realiza uma reprodução simples. O mais-valor se origina, portanto, de um tempo-extra de trabalho, ou seja, nas palavras de Marx, ele é trabalho excedente ou mais-trabalho (cf. Cap.6. In: MARX, 2013). Resulta da produção capitalista de mercadorias uma massa de mercadorias em que o valor de capital adiantado se corporifica e que a ele se acrescenta um valor-extra, o mais-valor, que também se apresenta na forma de mercadoria, num produto-extra, o que Marx chama de mais-produto. Assim o mais-valor é *extraído*.

2.1.2 Acumulação, concorrência e elevação das forças produtivas

Considerando a reprodução do capital na forma de um ciclo expansivo, considerando ainda os fatores, a origem e o pressuposto básico da extração do mais-valor, como momento fundamental da valorização do capital, precisamos retornar à reprodução do capital. Mas, antes, para retomar o “fio da meada”, reafirmemos: interessa ao capitalista, essencialmente, independente do ramo em que atua, que a força de trabalho produza uma massa de valor novo que supere o valor que o capitalista pagou por ela, isto é, tem de produzir além do seu valor mesmo, um mais-valor. Assim, o valor de capital investido assume, daí em diante, a forma de produto-mercadoria e, nessa forma, contém um acréscimo proveniente da ação da força de trabalho. Agora, o valor aumentado de capital tem de dar continuidade ao seu movimento circular, adentrando na esfera da circulação, onde a massa de mercadorias é deslocada e vendida. Com a venda das mercadorias (e, provavelmente, seu proprietário vendeu a um intermediário, antes de chegar à ponta final do mercado, última mediação para o consumo efetivo, embora isso não mude os termos da questão), o que refluí para o proprietário das mercadorias não é só o valor investido, é o valor investido *e* o mais-valor. Ao vender as mercadorias o capitalista cede sua mercadoria em troca de dinheiro, aliena seu valor de uso, converte o valor de troca investido em dinheiro e se apodera de parte do valor, que só existia na forma de mercadoria, agora, também na forma de dinheiro. O capital, com isso, *realiza* o mais-valor. Dado o sucesso dessas operações de produção e venda (troca), extração e realização, estão dadas as condições adequadas de reprodução do capital, que tem de ser condições de reprodução ampliada do capital.

Sendo C o valor total do capital, de cujas partes, c representa o capital constante, v o

¹⁸ A forma pela qual a atividade do trabalhador se efetiva como tempo de reposição de si mesmo e de produção para o capital é a jornada de trabalho.

capital variável, m o mais-valor e $'$ representa ampliação do valor; vejamos a conclusão de Marx (2013, p.289), nesses termos: “Originalmente, portanto, $C = c + v$, de modo que, se o capital adiantado é, digamos, £500 = £410 const. + £90 var. Ao final do processo de produção, resulta uma mercadoria cujo valor é $= (c + v) + m$ ”, e, assim, “o capital original C transformou-se em C' , de £500 ele passou a £590”.

Sabemos, assim, que o capitalista faz seu dinheiro circular como capital somente para ao final se apoderar de um mais-valor¹⁹, e sabemos também os pressupostos básicos desse processo. Mas o que nos parece que é decisivo na forma capitalista (e para a compreensão do problema da crise), para Marx, é, na verdade, o que o capitalista faz – pois tem de fazer (e porque tem de fazer) – com o mais-valor. Se o capitalista gastar o mais-valor integralmente no seu consumo pessoal, só disporá, para financiar a continuidade da sua produção, de valor equivalente ao valor investido na primeira vez em que transformou seu dinheiro em capital produtivo (força de trabalho, representado aqui pela sigla FT, articulada com meios de produção, MP). Levando em conta a representação acima exposta, C' voltaria ao patamar C tão logo $'$ fosse gasto em consumo pessoal do capitalista. Seu negócio (abstraindo certas variáveis de produtividade) continuaria a funcionar com a mesma extensão e capacidade que anteriormente, com um mesmo volume de produção e sob a mesma capacidade de extração de mais-valor. Embora o mais-valor tivesse sido extraído e realizado com sucesso, a reprodução em escala ampliada depende de outra operação. É necessário que parte do mais-valor seja reaplicada na produção, possibilitando compra de força de trabalho e meios de produção adicionais. Por isso, afirma Marx o seguinte:

Na realidade, porém, uma parte do mais-valor é gasto como renda, e outra parte se converte em capital. A acumulação efetiva ocorre apenas sob esse pressuposto. A ideia de que a acumulação se realiza à custa do consumo é – enunciada desse modo geral – ela mesma uma ilusão, que contradiz a essência da produção capitalista, na medida em que pressupõe que o objetivo e a mola propulsora desta última é o consumo, e não a subtração de mais-valor e sua capitalização, isto é, acumulação. (MARX, 2014, p.610)

Ao investir o mais-valor na produção, o capitalista amplia seu capital, efetiva a acumulação. Em abstrato, essa operação de reaplicação na produção aparece como uma

¹⁹O trabalho excedente, o mais-trabalho, não é novidade na história. Como diz Marx: “O que diferencia as várias formações econômicas da sociedade, por exemplo, a sociedade da escravatura daquela do trabalho assalariado, é apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extraído do produtor imediato, do trabalhador” (MARX, 2013, p.293).

possibilidade, uma mera opção do capitalista, mas, tão logo se considere as condições reais da produção social, vê-se que se trata de uma questão necessária. Parte do mais-valor extraído e realizado, que refluíu para o capitalista proprietário produtor das mercadorias vendidas, tem de ser aplicada como investimento para ampliar, incrementar e modernizar a produção, pois, se não o fizer, em proporções determinadas, o capital individual tende a ser desbancado pela concorrência, que, em função dessas mudanças, reduz o preço do seu produto final e toma seu mercado consumidor. A concorrência, portanto, pressiona os capitais individuais para que desloquem uma parte significativa do mais-valor extraído para o investimento de ampliação.

Aqui nos parece fundamental entender que o caráter concorrencial do capital tem origem na própria natureza privada da produção. Um indivíduo (ou grupo limitado deles) detém o direito de propriedade sobre a produção, os meios de trabalho e seu produto, em virtude de ter pago pelos seus componentes materiais e humanos com dinheiro seu²⁰. Cada ramo de produção capitalista se representa por uma variedade de proprietários privados. Todos eles produzem para o mercado, para vender suas mercadorias e, com essa venda, se apoderar do valor aumentado através da ação produtiva do trabalhador. A valorização do capital depende da efetivação da venda, ou seja, da disponibilidade de compradores que possuem dinheiro e interesse em adquirir mercadorias com o mesmo. O mais importante aqui, ao que nos parece, é que parte do mais-valor tem de ser aplicada na expansão ou modernização da produção com o intuito de manter a competitividade do empreendimento, manter, pode-se dizer, condições de continuidade do próprio capital individual. Se não acumular em níveis adequados, o produtor capitalista atrasará a modernização do seu capital, produzirá em escalas abaixo da média do seu ramo, e isso é problemático, pois será ultrapassado pela concorrência. “A livre-concorrência impõe ao capitalista individual, como leis eternas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista” (MARX, 2013, p.342), diz Marx, isso “independente da boa ou má vontade” do capitalista.

O caráter privado da produção do capital tem implicações fundamentais para o processo de reprodução e para as crises do capital. Em primeiro lugar, implica que o gerenciamento do processo produtivo é realizado no interior de cada unidade individual sob o

²⁰ Marx explica que, embora a posse do dinheiro garanta o direito de propriedade sobre os bens comprados, a origem histórica do dinheiro e do capital concentrado pelos capitalistas revela o reverso da questão, ou seja, que a propriedade capitalista advém não da conquista de bens com o próprio trabalho, mas da exploração e do saque de bens alheios. No estudo das origens históricas, que a economia política se refere como “acumulação primitiva”, Marx desenvolve os determinantes da luta de classes que constituíram a violenta concentração dos meios de produção, em oposição à ideologia dominante que representa os capitalistas como supostos herdeiros de indivíduos laboriosos (ver Cap.24. In: MARX., 2013).

comando e a autoridade do capitalista. O capitalista, então, aplica a ciência e a técnica no controle de cada processo e movimento da produção, acelerando o tempo e aumentando a produtividade. Visando a disputa de mercado, ele amplia sua produtividade pressupondo, no âmbito geral da sociedade, condições de venda do produto. Ao mesmo tempo, em virtude do mesmo caráter privado da produção do capital, não ocorre uma ingerência da sociedade no sentido de regular o volume de produção de cada ramo de produção em função das necessidades reais, nem dos diferentes ramos entre si, nem em função do todo. As condições de sucesso ou fracasso do empreendimento dizem respeito, *a priori*, às suas condições de competitividade no ambiente de mercado, mas a situação, em conjunto, pode ser ainda outra. Como diz Marx, no capitalismo, o entendimento social só se dá *post festum*, isto é, não há um cálculo prévio das necessidades de consumo ou um planejamento para dimensionar a produção e distribuir racionalmente seu produto²¹. Ainda que as condições de competitividade (preço etc.) sejam boas, é preciso que haja compradores interessados na mercadoria, possuidores de dinheiro disposto a gastá-lo. Nesse contexto, uma proporcionalidade razoável entre oferta geral de produtos e demanda efetiva da sociedade tem de existir para que tudo ocorra como o esperado. Mas essa natureza privada do controle do processo de produção no contexto da grande indústria, acaba originando uma contradição entre, de um lado, a produção individual altamente racionalizada, ancorada no desenvolvimento da técnica, na aplicação da ciência, no cálculo preciso dos seus custos e na maximização da capacidade de produção e, de outro lado, o que Marx chamou de *a anarquia social da produção*, isto é, o descontrole e a ausência de referência prévia em relação ao consumo, a desregulação dos ramos e setores, o excesso de capitais e de mercadorias e a possibilidade crescente de crise em virtude desse desajuste, inerente ao caráter privado do capital.

Considerando esses elementos, isto é, o fato de a natureza privada do capital implicar um regime de concorrência que, por um lado, impulsiona a modernização constante da produção, mas que, do ponto de vista social, fomenta a anarquia e a irracionalidade, concluímos que isso tende a levar a produção social a um descontrole entre a oferta de produtos e a demanda social, colocando a emergência da crise de superprodução não somente

²¹ Ao analisar essa questão em relação às formas anteriores de produção, Marx afirma o seguinte: “Se na sociedade do modo de produção capitalista a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho se condicionam mutuamente, as formas sociais anteriores (...) apresentam por um lado, o quadro de *uma organização do trabalho social submetida a um planejamento e a uma autoridade, enquanto, por outro, excluem inteiramente a divisão do trabalho na oficina*, ou só a desenvolvem numa escala ínfima, ou ainda apenas de forma esporádica, acidental” (MARX, 2013, p.430, grifos nossos). Na sociedade capitalista, a divisão do trabalho no interior da produção se desenvolve ao máximo, mas o planejamento e a autoridade em função das quais são conduzidas são meras funções da valorização do capital e, como tais, determinados pelos seus impulsos expansivos e pelo caráter privado do capital.

como uma possibilidade, mas como uma tendência derivada das leis necessárias da produção do capital. Mas outra questão se coloca nesse processo e tende a complicá-lo ainda mais. Pois como, na sociedade capitalista, a troca tem de ser efetuada pela circulação do dinheiro, não basta haver demanda social pelo produto, no sentido da necessidade de consumi-lo; é preciso haver possuidores de dinheiro capazes de realizar sua demanda comprando as mercadorias, pagando pelo seu equivalente. Em outras palavras, é preciso haver um mercado de consumo cujas necessidades de consumo se apresentem significativamente como demanda solvente, demanda capaz de se realizar pelo pagamento em dinheiro. Agora, para analisar os aspectos que nos interessam acerca do mercado de consumo, nos parece importante retomar em maiores detalhes algumas forças oriundas da concorrência sobre as condições de produção do capital, especialmente as tendências que implicam elevação das forças produtivas e seu impacto sobre o salário.

Sabemos que um elemento central da disputa concorrencial entre capitais é o preço das mercadorias. O valor das mercadorias é formado pelo tempo de trabalho *social médio* necessário para produzi-las. Assim, aumentar a produtividade para reduzir o tempo de trabalho necessário rebaixa o valor das mercadorias e é sempre um recurso acionado pelos capitais para a disputa de mercado. O tempo de trabalho social médio é o tempo médio necessário para o ramo de produção determinado. Para um capital produtor de artigos de confecção, por exemplo, o valor da mercadoria corresponderá, independentemente do tempo individual nessa produção específica, ao tempo social médio de trabalho necessário para produzir artigos de confecção. No entanto, em torno dessa média, há capitais que estão mais adiantados, enquanto outros que estão mais atrasados, isso em termos de inovações e de produtividade do trabalho e, portanto, capitais distintos em cujas mercadorias encarna um valor real variável e heterogêneo. Nesse cenário, o momento em que cada capital se situa e se posiciona dentro de seu ramo, tende a ser decisivo na disputa concorrencial. A razão disso é a seguinte: se é possível atuar com uma produtividade superior à média do ramo (em virtude de um ou de vários fatores que atuam nessa direção), é possível vender a mercadoria com um preço um pouco abaixo do valor social médio e, ainda assim, maior que o valor real contido²²; dessa forma, a captação de mais-valor é potencializada. Nesse caso, trata-se da apropriação de um mais-valor que não guarda origem na produção de onde a mercadoria advém, mas tem origem na própria disputa concorrencial, na esfera da circulação. Isso pode ser confirmado na

²² “Ele as venderá, por isso, acima de seu valor individual, porém abaixo do seu valor social (...) Desse modo, ele ainda obtém de cada produto um mais-valor adicional” (MARX, 2013, p.392).

seguinte passagem: “O capitalista que emprega o modo de produção aperfeiçoado é, portanto, capaz de apropriar-se de uma parte maior da jornada de trabalho para o mais-trabalho do que os demais capitalistas no mesmo ramo de produção (MARX, 2013, p.393). A antecipação na compra de meios de produção mais modernos têm essa motivação e é praticada, sobretudo, pelas empresas de maior porte, que concentram grande volume de capital. É claro que os capitais, ao elevar a produtividade do trabalho, elevam a massa de mercadorias produzidas e, no total do produto, aumentam a produção de valor total. Mas se tomarmos uma mercadoria, individualmente, no interior dessa massa aumentada de produtos, podemos perceber que nela se corporifica um valor reduzido, já que foi gasto em sua produção um tempo de trabalho social menor que o tempo gasto por outros capitais menos produtivos ou anteriormente à modernização feita. Daí a queda do valor real contido na mercadoria.

É verdade que não é só elevando a produtividade do trabalho e rebaixando, assim, o preço das mercadorias que os capitais enfrentam a concorrência e ampliam sua margem de ganho. Vejamos o que diz Marx na seguinte passagem:

Descontadas as épocas de prosperidade, graça entre os capitalistas a mais encarniçada luta por sua participação individual no mercado. Tal participação é diretamente proporcional ao baixo preço do produto. Além dessa rivalidade que essa luta provoca pelo uso de maquinaria aperfeiçoada, substitutiva de força de trabalho, e pela aplicação de novos métodos de produção, chega-se sempre a um ponto em que se busca baratear a mercadoria por meio da redução forçada dos salários abaixo do valor da força de trabalho. (MARX, 2013, p.525)

Segundo Marx, o rebaixamento salarial²³ e o corte de custos gerais com a força de trabalho também beneficia o capital, pois reduz o custo de produção no quadro de uma massa fixa de valor-produto, aumentando o mais-valor. Para reduzir o preço da força de trabalho é preciso, considerando que ela seja paga pelo seu valor, acelerar a produtividade nos setores que produzem meios de subsistência para o trabalhador. Igualmente é vantajoso reduzir o custo dos meios de produção, que são transferidos aos produtos sob determinadas proporções.

²³ Já comentamos que, para Marx, o valor da força de trabalho corresponde, como o de qualquer mercadoria, ao trabalho social necessário para produzi-la; que, dadas as características dessa mercadoria, especialmente o fato de ser um ser humano, seu valor corresponde ao trabalho necessário para mantê-la viva e reproduzi-la, isto é, corresponde ao valor dos meios de subsistência necessários à reprodução de um trabalhador e sua família. Para além disso, Marx argumenta que a forma salário apresenta a propriedade de ocultar a divisão da jornada de trabalho em trabalho pago e trabalho não-pago, como se o valor da força de trabalho correspondesse ao valor integral produzido pela força de trabalho onde atua produtivamente, isto é, como se o salário fosse o pagamento não pela força de trabalho, mas pelo trabalho mesmo (cf. Seção 6. In: MARX, 2013, pp.605-40 para consultar análise do salário e suas formas na produção capitalista).

Acelerar a produtividade no setor que produz meios de produção se torna, assim, fundamental²⁴. Dessas determinações advém impulsos permanentes para elevação das forças produtivas do trabalho no capitalismo. Para indicar elementos importantes para pensar o mercado de consumo, torna-se necessário ainda passar pela questão da elevação da extração de mais-valor.

Segundo Marx, o capital tem diante de si duas possibilidades para elevar a extração de mais-valor, tão logo essa exigência se coloque no seu processo de reprodução. Em todo o caso, trata-se de aumentar o tempo de mais-trabalho, ou seja, o tempo destinado à produção de mais-valor. A primeira é a expansão da jornada de trabalho, digamos de 8h para 12h²⁵, fazendo crescer o tempo de mais-trabalho. Essa é a chamada mais-valia absoluta ou mais-valor absoluto. A outra possibilidade é aumentar, dentro de uma jornada de trabalho fixa, o tempo de mais-trabalho, porquanto o tempo de trabalho necessário seja reduzido: trata-se da mais-valia relativa ou mais-valor relativo²⁶. Ambos aumentam a capacidade de extração do mais-valor para do capital, aumentam a exploração do trabalho, mas o mais-valor relativo está associado com o desenvolvimento tecnológico da produção, isto é, com transformações na técnica e na razão em que são articulados força de trabalho e meios de produção. A extração do mais-valor relativo tem de implicar em elevação da força produtiva do trabalho²⁷, e, enquanto tal, nas palavras de Marx, uma “revolução nas condições de produção” (MARX, 2013, p.389).

Podemos concluir que, do ponto de vista da questão do mercado de consumo, o capital

²⁴ “Para reduzir o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de afetar os ramos da indústria cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, portanto, aqueles ramos que ou pertencem ao círculo dos meios de subsistência habituais, ou podem substituí-los por outros meios. Porém, o valor de uma mercadoria não é determinado apenas pela quantidade de trabalho que lhe confere sua forma última, mas também pela massa de trabalho contida em seus meios de produção. (...) Portanto, a queda no valor da força de trabalho também é causada por um aumento na força produtiva do trabalho e por um correspondente barateamento das mercadorias naquelas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, isto é, os meios e os materiais de trabalho para a produção dos meios de subsistência” (MARX, 2013, p.390).

²⁵ Na proposta de Reforma Trabalhista que o governo brasileiro tem formulado recentemente e que pretende aprovar em poucas semanas, consta a possibilidade de aumento da jornada diária de trabalho de 8 para 12h, isso após quatro anos de recessão da economia brasileira.

²⁶ “O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo” (MARX, 2013, p.390).

²⁷ Atentamos aqui para o conceito de elevação das forças produtivas do trabalho. Vejamos o seguinte trecho: “Por elevação da força produtiva do trabalho entendemos precisamente uma alteração no processo de trabalho por meio da qual o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso” (MARX, 2013, p.389).

tende a reduzir o salário como condição de elevação da extração do mais-valor. Mas, ao fazer isso, o próprio capital acaba por comprimir a massa de dinheiro que circula das mãos dos trabalhadores para os capitalistas produtores de meios de subsistência. Na proporção em que cresce o grau de extração de mais-valor se dá uma queda da capacidade de compra do salário, que só é capaz de converter em dinheiro uma parcela cada vez menor do produto total de valor. Nesse sentido, no interior do modo de produção capitalista, pode-se dizer que se desenvolve uma tendência à compressão do mercado de consumo, no que isso dependa do volume de massa salarial que circula como dinheiro capaz de comprar mercadorias. Podemos notar também, com esses aspectos levantados, que há um deslocamento entre necessidades sociais e consumo solvente, nos termos aqui trabalhados, o que expressa o processo de submissão da sociedade aos imperativos de valorização do capital na forma de redução do poder de consumo e, portanto, de contenção da satisfação de necessidades latentes. Ao capital interessa as necessidades humanas enquanto esfera que possibilita o consumo solvente, isto é, enquanto momento da circulação do valor, não como meio de satisfação das necessidades individuais ou coletivas, que podem estar separadas da posse do dinheiro.

A nossa conclusão é que isso tende a agravar a tendência de superprodução em função de uma inconversibilidade de parte crescente da mercadoria em dinheiro, resultando em um subconsumo que a própria forma assumida pela distribuição capitalista (o salário) condiciona. É uma contradição imanente da produção e da distribuição capitalista entre o impulso de elevação do grau de extração de mais-valor e a necessidade de convertimento integral do valor contido no produto-mercadoria na esfera do consumo. O capital tende, em suma, a produzir uma massa de valor e retirar as condições de realização desse mesmo valor²⁸.

²⁸ O problema da realização integral do valor de capital produzido ocupou inúmeras polêmicas no interior do marxismo. Em uma de suas mais polêmicas e originais expressões, essa problemática aparece em Rosa Luxemburg (1870-1919). Em sua obra **A Acumulação do Capital**, Rosa defende a tese de que Marx não resolveu o problema da realização da mais-valia na análise da reprodução ampliada do capital. Segundo ela, no momento supostamente dedicado a tratar dessa questão em **O Capital**, mais especificamente no Livro II, na seção sobre reprodução do capital social total, Marx teria oscilado entre a busca por uma resposta para o problema da origem do dinheiro necessário para realizar a mais-valia e entre demonstrar, contra Adam Smith, que não se poderia resolver a questão supondo o preço das mercadorias como $c + m$. Para Rosa, o fato de o Livro II ser uma obra incompleta e sujeita a retificações pelo próprio Marx reforçava sua convicção de que Marx não teria se dedicado realmente ao problema (ver LUXEMBURG, 1985, pp.102-103). A questão, para ela, se tratava da seguinte: "onde está a procura pela mais-valia acumulada?" (LUXEMBURG, R. **Anticrítica**, *apud* SWEEZY, 1986, p.162). Assim, segundo Rosa, Marx não colocou a questão fundamental, que não era pela origem do dinheiro, mas pela demanda pela mais-valia entesourada. "A pergunta de onde vem o dinheiro para se realizar a mais-valia não tem nenhuma finalidade aparente. Dever-se-ia perguntar, pelo contrário, de onde surge a demanda e onde estão as necessidades sociais efetivas para a compra da mais-valia" (LUXEMBURG, 1985, p.101). Não se trata, certamente, de um problema secundário do ponto de vista da compreensão do capital, pois diz respeito à própria possibilidade de continuidade da acumulação capitalista. "Foi assim", diz Rosa, que o problema da acumulação, "ou seja, da realização da mais-valia com vistas à capitalização, ficou relegado a segundo plano e mal chegou a ser elaborado por Marx" (LUXEMBURG, 1985,

Analisando essa questão, Marx diz, numa anotação feita no manuscrito de onde se originou **O Capital**, o que se segue:

Contradição no modo de produção capitalista: os trabalhadores, como compradores de mercadorias, são importantes para o mercado. Mas como vendedores de sua mercadoria – a força de trabalho –, a sociedade capitalista tem a tendência de reduzi-los a um mínimo preço.

Contradição adicional: as épocas em que a produção capitalista desenvolve todas as suas potencialidades mostram-se regularmente como épocas de superprodução, porquanto as potências produtivas jamais podem ser empregadas a ponto de, com isso, um valor maior poder não só ser produzido como realizado; mas *a venda das mercadorias, a realização do capital-mercadoria e, assim, também a do mais-valor, está limitada* não pelas necessidades de consumo da sociedade em geral, mas *pelas necessidades de consumo de uma sociedade cuja grande maioria é sempre pobre e tem de permanecer pobre.* (MARX, 2014, p.412, grifos nossos).

Retomando agora as determinações postas no início do capítulo, podemos articular os seguintes problemas. Se entendemos que a venda é um momento necessário na reprodução do capital, que ela se efetiva mediante uma operação de troca entre mercadoria e dinheiro, mas que o capitalismo comporta uma tendência de, por um lado, desenvolver as potencialidades do trabalho social sem qualquer planejamento prévio em torno da demanda real e, por outro, de reduzir a massa salarial que pode servir de meio de compra na esfera da circulação, isso num contexto de uma produção socializada e revolucionada, parece compreensível que nas crises de superprodução, ao lado da miséria social em expansão, resultante dos baixos salários, do desemprego etc., figure nos mercados uma massa de mercadorias sem consumidores capazes de comprá-las. Some-se a isso o fato de que, quando os capitais produtivo e comercial se separam, as coisas se complicam ainda mais, pois enquanto o comerciante compra determinado conjunto de mercadorias, caso perceba saturação dos mercados poderá suspender as compras futuras (as compras que o comerciante faria do capitalista produtor). No entanto, enquanto ele está vendendo suas mercadorias, o produtor não encerra sua produção,

p.104). Para Rosa, portanto, a obra de Marx contém uma lacuna grave, que precisa ser resolvida. Concordamos com Paul Singer (SINGER, P. **Apresentação**. in: LUXEMBURG, 1985, p.XXXIX) quando explica que "nos termos dos esquemas de Marx essa demanda é tão previsível como as demais. Assim como a mais-valia consumida encontra sua demanda nos capitalistas enquanto consumidores, a mais-valia acumulada encontra sua demanda nos capitalistas enquanto acumuladores". Ainda segundo Singer (Id., Ibid., p.XXXIX), "essa resposta, inteiramente lógica nos termos do esquema, Rosa Luxemburg não aceita, deslocando a questão inconscientemente do plano do equilíbrio macroeconômico para o plano da motivação microeconômica: 'E o que fazem eles (os capitalistas) com sua crescente mais-valia? O esquema responde: eles a usam para ampliar sua produção cada vez mais. Esses capitalistas são, portanto, fanáticos da ampliação da produção por amor à ampliação da produção'", finaliza Singer.

mantendo-a “a todo vapor”. A queda das vendas é, portanto, um importante sinal da crise, mas é só a partir da “quebra” na relação de compra entre o capitalista comercial e o produtor que a produção é obrigada a desacelerar. Até isso acontecer, mais e mais mercadorias já foram produzidas (cf. MARX, 2014, pp.154-155) e precisam ser vendidas para realizar o capital²⁹.

Pode-se dizer, então, definida a tendência à superprodução, que as crises de superprodução bloqueiam, dificultam ou comprometem a reprodução ampliada do capital pela perda de capacidade de conversão da massa de mercadorias em dinheiro, em função do descontrole da produção em relação à capacidade de consumo e às contradições dos impulsos capitalistas de extração de mais-valor e sua forma de distribuição. O resultado é o que alguns marxistas (destaco aqui o nome de Paul Sweezy³⁰) chamaram de *crise de realização*, que repercute na reprodução e instaura crise no conjunto do sistema, pois será impossível reverter o capital investido e o mais-valor lançado na circulação em ampliação da força de trabalho e aumento de produtividade, sequer em uma reposição normal do volume de produção anterior, desacelerando a produção, gerando desemprego em alta, aumento da exploração do trabalho e queda do consumo.

Em suma, quanto maior a acumulação de um capital individual, maior sua capacidade de enfrentar a concorrência, reduzir preços, enfrentar certas flutuações de mercado, inovar e modernizar sua produção, alcançar novos mercados e, portanto, continuar a existir, reproduzir-se. O mais-valor absoluto e relativo são essenciais para esse desenvolvimento. Portanto, se o capitalista produz para extrair mais-valor e realizá-lo, ele busca na verdade potencializar ao máximo a extração desse mais-valor para que a aplicação dessa parte aumentada de mais-valor lhe possa reverter em condições cada vez mais favoráveis de se reproduzir no ambiente de competição de mercado e não fracassar na concorrência. Seguindo seu impulso de acumulação ou concentração, a produção capitalista produz além do consumo solvente, empobrece a classe trabalhadora ao máximo, incapacita-a para o consumo, e isso se torna um problema para o capital porque acaba imobilizando o capital na forma-mercadoria, estancando o movimento total, paralisando ou desacelerando a produção e o consumo. Assim, cada vez mais as razões da acumulação se convertem nos próprios motivos de suas crises, e todo o desenvolvimento apoiado nesses alicerces tende a apontar para problemas graves na reprodução do capital. Esses nos parecem os elementos fundamentais para analisar a

²⁹ Aprofundaremos essa questão quando analisarmos o ciclo industrial, no Capítulo 4.

³⁰ Cf. SWEEZY, Paul. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**: Princípios de Economia Política Marxista. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

tendência à superprodução a partir do Livro I.

2.2 Queda tendencial da taxa de lucro

Tendo desenvolvido o problema da tendência à superprodução, nos cabe agora analisar a tendência à queda da taxa de lucro. Nos pareceu justo indicar como segundo núcleo de contradições, em função das quais as crises se originam, o problema da queda tendencial da taxa de lucro, derivada, sobretudo, da elevação da composição do capital³¹. Esse tema guarda certa recorrência nos textos de Marx, aparecendo na análise da maquinaria, do ciclo do capital fixo e em momentos dedicados à acumulação. Para desenvolvermos este assunto é útil seguir o mesmo ponto de partida do subcapítulo anterior: as condições de produção e reprodução da grande indústria. Mas, estando dadas as condições gerais enunciadas no subcapítulo anterior, analisaremos as mesmas determinações, as quais se somarão a outras, de outro ponto de vista, para demonstrar mais um aspecto do movimento da indústria moderna que aponta para a crise

³¹ Dissemos explicitamente queda tendencial da taxa de lucro “derivada, sobretudo, da elevação da composição do capital” porque entendemos que esse é, para Marx, o elemento primordial da referida lei, e porque isso, no entanto, não é consensual dentro do marxismo. No final dos anos 1970, no período que se vivia os impactos mais diretos da crise mundial do capitalismo que eclodiu por volta de 1973, o então marxista Manuel Castells (1942-), por exemplo, considerara que a lei da queda tendencial da taxa de lucro de Marx teria de ser revista em dois aspectos: não se trataria, na verdade, de uma “tendência necessária”, mas de uma possibilidade, que pode ser compensada por fatores contratendências, e, além disso, ela não é balizada prioritariamente pelo impulso de elevação das forças produtivas (mudança de composição do capital), mas pela dinâmica geral da luta de classes (CASTELLS, 1979). Castells faz, em **A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo**, um breve panorama do debate em torno da questão da queda tendencial da taxa de lucro na explicação das crises na década de 1970, envolvendo Paul Boccara, os comunistas da *Economie et Politique*, o grupo Pró-IV Internacional da revista *Critiques de l'Economie Politique*, Paul Baran, Paul Sweezy, Hodgson, Ernest Mandel, Michael Lebowitz, entre outros. Bastante apoiado em Michel Aglietta, um dos nomes centrais da chamada Escola Regulacionista, a avaliação de Castells é a de que o debate estava polarizado entre, de um lado, leituras dogmáticas que tentavam reproduzir o esquema de queda tendencial da taxa de lucro, mas pobre em material empírico que sustentasse a própria posição e presa a uma visão mecanicista dessa lei como queda necessária da taxa de lucro oriunda da elevação inexorável da composição orgânica do capital; e, de outro lado, posturas que desejavam rejeitar a referida lei a partir da mera exposição das tendências empíricas que demonstravam o contrário, muitas vezes tomando unicamente o caso da economia norte-americana (isoladamente) no pós-Segunda Guerra. Castells partilhava com Erick O. Wright (embora rejeitasse sua solução) da convicção de que a teoria da queda tendencial da taxa de lucro “é a única que une a teoria das crises a uma explicação das causas da acumulação do capital. É a única teoria geral do desenvolvimento capitalista que tratou de explicar as contradições históricas do sistema” (CASTELLS, 1979, p.66). Não obstante, ela precisaria passar por uma reformulação fundamental para manter sua validade. Nesse sentido, Castells propõe a revisão dessa teoria nos termos enunciados no início desta nota. Isso seria, para Manuel Castells, condição essencial para se analisar o que chamava de *crise estrutural* do capitalismo, nos anos setenta, embora não fosse ainda o suficiente. Antes mesmo de M. Castells, o norte-americano Paul Sweezy, em seu **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**, apontava problemática semelhante. Mas para Sweezy, os dois elementos mais importantes da teoria marxista da crise são: a queda do lucro em função do aumento dos salários, aumento proveniente da própria dinâmica expansiva da acumulação, quando esse impulso do capital avança além do crescimento da “oferta” de trabalho; e a queda da taxa de lucro em função da dificuldade de vender as mercadorias pelo seu valor integral, e, nesse caso, tem-se uma “crise de realização” (cf. SWEEZY, 1986).

do capital. Entendemos que se torna necessário captar o conceito de Marx de “composição do capital”, que expressa o fato de a unidade de capital ou mesmo o capital social ser formado por certa proporção de valor referente ao pagamento em salários (capital variável) e o pagamento de meios de produção (capital constante), proporção essa conectada com as condições técnicas de produção, no sentido de avaliar o impacto dessa distribuição e de suas modificações possíveis sobre a lucratividade do capital³². Podemos dizer que, se, a partir da análise anterior, segundo Marx, o capital tende a enfrentar dificuldades no processo de valorização em função do distanciamento entre produção e consumo, que deve eclodir como impossibilidade de realização³³ integral do valor (“crise de realização” nos termos de Paul Sweezy, 1986), como superprodução, por outro lado, a taxa de lucro tende a ser atingida a partir de outra contradição, cujo sentido cabe expor.

2.2.1 Capital constante, capital variável e mais-valor

Sabemos que todo capital individual é composto por força de trabalho e meios de produção. Vimos que, segundo Marx, no processo de trabalho esses fatores de produção interagem para resultar um produto-mercadoria, o qual pertence ao proprietário dos meios de produção e comprador da força de trabalho, o capitalista. Vimos também que, para Marx, o valor de uma mercadoria corresponde ao tempo de trabalho social despendido na sua fabricação. Mas o seu valor não é constituído apenas desse tempo de trabalho. Os meios de produção, na medida em que são gastos no processo de trabalho e ao longo dos dias, meses e anos, tem seu valor transferido ao produto gradualmente. Se for uma matéria-prima, seu valor se transfere na proporção em que sua massa material (seu valor de uso) é transformada em produto do novo trabalho. No processo de produção, portanto, o valor dos meios de produção, ou seja, aquela parcela do capital adiantado que representa o gasto em meios de produção, é gradualmente transferido ao produto, e, com as vendas da mercadoria, ele também retorna ao capitalista. A força de trabalho, ao produzir em interação com esses meios de produção, por isso, como explica Marx, ao mesmo tempo, conserva seu valor para o capitalista, faz com que

³² Ao nível conceitual, lembramos que capital variável e capital constante são as expressões de valor dos fatores da produção capitalista. Como diz Marx, nesse sentido: “Os mesmos componentes do capital, que, do ponto de vista do processo de trabalho, distinguem-se como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, distinguem-se, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável” (MARX, 2013, p.286).

³³ Entenda-se “realização” como o momento de conversão do valor de capital na forma-mercadoria em valor de capital na forma-dinheiro, ato operado, portanto, no momento da venda da mercadoria.

o valor circule como mercadoria e, depois de um tempo de venda determinado, reflua integralmente. Isso já não é novidade (cf. Cap.5. In: MARX, 2013; Cap. 13. In: Id., pp. 459-467).

Vimos, além disso, que, enquanto, no mesmo processo de trabalho, o valor transferido dos meios de produção representa valor de um trabalho passado, trabalho morto revitalizado pelo trabalhador, o tempo de ação da força de trabalho é novo tempo de trabalho social e, portanto, cada tempo de sua ação é acréscimo de valor. Já sabemos que o capitalista faz com que o trabalhador trabalhe além do tempo necessário para que o acréscimo de valor reponha o valor gasto com salários. O valor excedente, como dito, representa mais-valor, um valor extra em função do qual o capitalista investe seu capital. O mais-valor, para Marx, tem de advir sempre de trabalho novo, trabalho vivo, portanto, da força de trabalho. Esses fatores de produção, entretanto, quando se trata de examinar o processo de valorização, são representados por quantias de valor expressos no capital total adiantado, dividido em gasto com meios de produção (capital constante) e gasto com salários (capital variável). Nesse sentido, é do capital variável que o mais-valor advém. Marx explica que, dentro de um capital adicional determinado esse valor se divide e se distribui entre os fatores de produção sob determinadas proporções. Temos de analisar como isso se dá e os efeitos das variações possíveis e tendenciais nessa distribuição sobre a valorização do capital.

2.2.2 Composição e valorização do capital

Para demonstrar essa questão, é importante examinar relações de valor. Os valores supostos aqui certamente ter alta dose de arbitrariedade, mas o fundamental é compreender as relações que estabelecem entre si e como modificam-se conforme as proporções da composição do capital se altera. O objetivo, em suma, é demonstrar o que rege essas relações e quais suas relações com a lucratividade do capital. Por isso, supomos capitais A, B, C etc. e valores em R\$ (reais) somente para dar uma visão das regras que coordenam as relações entre os valores usando como medida a moeda nacional brasileira, sem que essa escolha implique qualquer significado de conteúdo para o problema. Marx, em seus exemplos em **O Capital**, usa predominantemente a moeda britânica, a libra (£). Considerando isso, modificar os casos exemplares pode ser didático, pois fica evidente que não importa tanto o tipo de produto, a moeda específica, a produção em determinado país etc. mas unicamente as relações capitalistas de valor, que se estabelecem no processo de produção e reprodução do capital, as quais finalmente procuraremos definir e desenvolver adiante.

Se considerarmos, então, um capital A, produtor de artigos de limpeza doméstica, que articula um capital constante (valor gasto com meios de produção) de volume de R\$100.000,00 para um ano de operações, com um capital variável (valor pago em salários) de R\$50.000,00 para o mesmo ano, atuando sob uma taxa de mais-valor de 30%³⁴. Considere que todas as mercadorias foram vendidas pelo seu valor. O capital constante tem seu valor transferido para o produto-mercadoria, de forma que a venda delas significa seu refluxo integral: retornaram para o capitalista R\$100.000,00 das vendas referentes à reposição do capital constante. Da mesma forma, ocorre o refluxo integral do valor referente ao capital variável anual, salários de trabalhadores diversos, gastos em produtos de limpeza doméstica, reembolsados pelo capitalista. Dado que é do capital variável que provem o mais-valor, a taxa de mais-valor incide sobre R\$50.000,00, representando um acréscimo de R\$15.000,00 que já figurava na forma-mercadoria do produto total de valores de uso postos no mercado, e que repousam agora nas mãos do capitalista A, na forma-dinheiro. Supondo que todo o valor referente ao mais-valor seja aplicado na produção de A, sem gasto pessoal, teríamos que A pode distribuir seus R\$15.000,00 na compra de meios de produção e força de trabalho adicionais, ou seja, mais meios de produção e mais trabalhadores. Mas A tem de distribuir esse gasto na mesma proporção em que gastou o valor inicial de capital, dado que essa distribuição revela a proporção em que trabalhadores e meios de produção são articulados no processo mesmo de produção, sob as mesmas condições técnicas. Considerando A_c o capital constante de A, e A_v o capital variável de A, nesse caso, a proporção é a seguinte (em R\$): $50.000A_v/100.000A_c$, isto é, $\frac{1}{2}$. Os R\$15.000,00 teriam de ser empregados na mesma proporção, sendo: $5.000A_v/10.000A_c$.

Ao aplicar os R\$15.000,00 referente ao mais-valor – representaremos, daqui em diante, por $15.000m$, sendo m sempre o mais-valor – o capitalista distribui nas proporções necessárias, segundo o grau de composição do capital. Considera-se ainda A_{ca} o capital constante adicional extraído por A, A_{va} o capital variável adicional, e A' o capital A acrescido do valor adicional após o primeiro ano de circulação, A'' o capital acrescido após o segundo ano, e assim por diante. Com a aplicação de $15.000m$ nas proporções dadas, tem-se, agora, pronto para operar, um capital de $100.000A_c + 10.000A_{ca} = 110.000A'_c$ e $50.000A_v + 5.000A_{va} = 55.000A'_v$. Se considerarmos que ele atua sob uma mesma taxa de extração de

³⁴O valor em sua expressão monetária, do mais-valor, segundo Marx, expressa “a grandeza absoluta do mais-valor produzido, mas sua grandeza proporcional, isto é, a proporção em que se valorizou o capital variável, é obviamente determinada pela relação entre o mais-valor e o capital variável, sendo expressa em m/v . (...) Essa valorização proporcional do capital variável, ou grandeza proporcional do mais-valor”, diz Marx, “denomino taxa de mais-valor” (MARX, 2013, p.292).

mais-valor e que as mercadorias são integralmente vendidas por seu valor, teremos, ao final do ano seguinte, uma taxa de mais-valor (tm) de 30%, a qual incide sobre $55.000A'v$, resultando em $16.500m$.

Se, ao final desse segundo ano esses $16.500m$ forem aplicados integralmente na produção, segundo as mesmas proporções, porquanto a composição do capital não se alterou em nenhum sentido, se converterão em $5.500A'va$ para $11.000A'ca$, compondo um capital total de $121.000A'c + 60.500A'v = 181.500A'$ em valor. Pode-se se representar o esquema da seguinte maneira:

Para o 1º ano:

$$A150.000 \Rightarrow 100.000A_c + 50.000A_v \rightarrow tm30\%(A_v) = 15.000m$$

Mas $15.000m$, ao ser distribuído na proporção de $\frac{1}{2}$, passa a constituir:

$$110.000A'c + 55.000A'v = 165.000$$

Para o 2º ano:

$$A'165.000 \Rightarrow 110.000A'c + 55.000A'v \rightarrow tm30\%(A'v) = 16.500m$$

Sendo m distribuído entre c e v na mesma proporção $\frac{1}{2}$, tem-se:

$$121.000A''c + 60.500A''v = 181.500$$

Para o 3º ano:

$$A''181.500 \Rightarrow 121.000A''c + 60.500A''v \rightarrow tm30\%(A''v) = 18.150m$$

Sendo $18.150m$ aplicados na mesma proporção $\frac{1}{2}$, tem-se:

$$A'''c193.600 + 66.550A'''v = 260.150A''''$$

Em termos mais específicos, uma taxa de mais-valor de 30% significa que do total de valor novo produzido durante o ano – portanto, excluindo do produto anual o valor referente à reposição de meios de produção – 70% corresponde a gasto com salários e 30% representa mais-valor, o que revela a distribuição proporcional da jornada de trabalho em 70% de trabalho necessário e 30% de mais-trabalho. No ano considerado, pressupondo as mesmas condições, para uma jornada de 10h diárias, teríamos: 7h diárias para repor o capital variável (pagamento do salário) e 3h restantes trabalhadas “de graça” para o capitalista (mais-

trabalho). No produto total de mercadorias produzidas durante o ano (ao final do 1º ano obteve-se 165.000, do 2º ano obteve-se 181.500 e do 3º ano obteve-se 260.150), digamos hipoteticamente 400.000 unidades de artigos de limpeza doméstica no primeiro ano, o total de valor se distribui entre $A_c + A_v + A_m$. Pode-se considerar também que cada mercadoria individual se divide entre $A_c + A_v + A_m$, ou seja, $A_c + A_v + A_m / 400.000$ sendo a proporção de distribuição de valor individual da mercadoria para A.

Retenhamos as seguintes observações:

- a) Ao final do primeiro ano A se expandiu, na sua totalidade, de $A_c + A_v = 150.000$ para $A_c + A_v + A_m = 165.000A'$. O mais-valor m não aparece ao início do primeiro ano porquanto esse era o primeiro ano de operações do capital A, não importando se qualquer parte do valor em dinheiro adiantado vem da acumulação de m em outro ramo de produção em anos anteriores;
- b) a taxa de mais-valor (tm) de 30% com que A operou nesse ano resultou que a aplicação de $50.000v$ ao lado dos demais fatores reverteu-se em $15.000m$, ao passo que, se submetermos o ganho 15.000 em relação com o total investido, aí teríamos que um investimento total de 150.000 reverteu, ao final de seu primeiro ano de operação, em $15.000m$;
- c) a manutenção da composição do capital no seu interior e no ramo onde ele atua fez com que as mesmas proporções se reproduzissem no ano seguinte, de forma que $55.000v$ reverteram $16.500m$, e, em relação ao total investido, 165.000 “produziram” $16.500m$, e assim por diante, conforme o passar dos anos, sob as mesmas condições dadas.

A partir do exemplo acima exposto é possível concluir o que se segue:

- a) A distribuição do gasto do valor de capital segue uma proporção necessária. Essa proporção é condicionada pela base técnica da produção, ou seja, de acordo com a natureza da base técnica, o estágio de evolução das forças produtivas alcançado etc., se torna necessário articular uma massa definida de força de trabalho para uma massa definida de meios de produção. Essa articulação, na medida em que é distribuição de *massas* determinadas de força de trabalho e meios de produção

revela a densidade do que Marx chamou de composição *técnica* do capital;

- b) sobressai que essa proporção se revela no gasto de valor de capital como distribuição relativa entre capital variável e capital constante aplicados (dos R\$150.000,00 que compunha o valor integral da unidade de capital, 100.000A_c e 50.000A_v representam essa proporção de valor em 1/2). Porquanto essa articulação se expressa na distribuição *do valor de capital* adiantado na produção, revela o grau do que Marx chamou de composição *de valor* do capital;
- c) entre uma e outra, segundo Marx, se dá uma interconexão necessária, cuja unidade se representa pelo conceito de composição orgânica do capital ou simplesmente *composição do capital*³⁵;
- d) além disso, conclui-se que o valor de capital investido e oriundo do processo de produção de mais-valor se converte, tão logo os elementos de produção atuam sob determinadas condições de produtividade, em produto-mercadoria na qual o valor se expressa. A mercadoria atua como portadora material do valor de capital e na sua massa se movimentam as proporções determinadas em função das quais as parcelas de valor do capital referentes aos elementos específicos da produção e ao mais-valor tem de ser distribuídas; e
- e) por fim, pode-se notar que, em condições de constância na composição e na taxa de mais-valor, o crescimento do total investido é acompanhado pelo aumento proporcional de mais-valor produzido anualmente, que fica na proporção de 10% anuais (em relação em valor total), como se pode notar quando: 150.000A → 15.000m; 165.000A' → 16.500m; e 181.500A" → 18.150m.

O fato de o capital A, do ramo de artigos de limpeza doméstica, manter sua

³⁵ “A composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. Chamo a primeira de *composição de valor* e a segunda, de *composição técnica do capital*. Entre ambas existe uma estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição do valor, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de *composição orgânica do capital*. Onde se fala simplesmente de composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica” (MARX, 2013, p.689, grifos nossos).

produtividade e composição constantes (embora aumente o volume de produção ano a ano) significa, aqui, que ele não altera a intensidade da produção e só se expande em sentido *extensivo*, conforme aplica mais-valor como capital adicional. Não importa o quanto a produção cresça lateralmente, isto é, simplesmente eleve o volume de produção sob um mesmo regime de intensidade e de produtividade relativa do trabalho social, as proporções segundo as quais determinada porção de força de trabalho e meios de produção tem de se converter em mercadorias, nas quais se representa e distribui valor adiantado e mais-valor, não se alteram, não se alterando também a taxa de lucro de 10%.

2.2.3 Elevação da composição do capital

Como dissemos, segundo Marx, há duas modalidades de elevação da extração de mais-valor pelo capital. A elevação da taxa de mais-valor em função do prolongamento da jornada de trabalho, da extensão real da jornada de trabalho, mantendo inalterado o valor da força de trabalho e aumentando extensivamente o tempo de mais-trabalho: é a ampliação via mais-valor absoluto. E a redução, dentro de uma jornada de trabalho fixa, inalterada, do tempo de trabalho necessário, com o conseqüente aumento proporcional do tempo de mais-trabalho, o que, por sua vez, representa o mais-valor relativo. A partir de agora acompanhemos a evolução da produtividade do capital segundo os dois fatores.

Em primeiro lugar considere que 150.000A, ao final de seu primeiro ano de atuação, sob taxa de 30% de mais-valor, ao se apoderar de 15.000m não decidiu simplesmente comprar mais força de trabalho e meios de produção na mesma proporção de $\frac{1}{2}$, mas aumentou a jornada de trabalho de 10h para 11h diárias, sem aumento salarial, sem novas contratações. Assim, A aumentou o mais-trabalho em 1h diária, ou em 10%. Sem necessidade de elevar seu gasto com capital variável, manteve o investimento na casa dos 50.000Av necessário para pagamento de salários no ano seguinte, ao passo que pode assim investir todo os 15.000m em capital constante. Ora, se a jornada de trabalho sobe, o volume de produção teria de subir, o que exige um crescimento proporcional de volume de meios de produção disponibilizado na produção, para que mais mercadorias possam ser produzidas. Em vez de aplicar 10.000 em Ac (que corresponde ao valor de A'c segundo a composição de $\frac{1}{2}$), aplicou 15.000 integrais em capital constante. Tem-se então a seguinte configuração para o início do segundo ano:

$$150.000 \Rightarrow (30\% A_v) = 15.000m, \text{ que aplicados integralmente em } A'c \text{ resultaram em:}$$

$$115.000A'c + 50.000A'v = 165.000A'$$

Agora a distribuição de capital revela uma composição em que $A'v$ representa 30,30...% do capital total, e $A'c$ representa 69,69...% de A' . Em 150.000A, tinha-se $A'v$ representando 1/3 ou 33,3...%, e $A'c$ representando 2/3 ou 66,6...% do total de A. Isso representa uma mudança na proporção da articulação material entre massa de força de trabalho, porquanto mais meios de produção passaram a se incorporar no processo de produção, o que repercute na dimensão de valor da composição do capital A. O aumento da massa de meios de produção em relação à massa de força de trabalho representou uma elevação do gasto real e proporcional do valor total na direção do capital constante. Nesse caso, tem-se o que Marx chama de *elevação da composição do capital* (cf. Cap.23. In: MARX, 2013, especialmente pp.689-704).

Mas o aumento da massa de meios de produção consumidos produtivamente foi possível com a mesma massa de força de trabalho em função do aumento da jornada de trabalho em 1h diária. Caso contrário, o capitalista precisaria intensificar o trabalho, acelerar o ritmo das máquinas ou atarefas mais ainda os trabalhadores – isto é, teria que, nas palavras de Marx, *condensar* trabalho (sobre intensificação e condensação do trabalho, cf. Cap.15. Item 2, In: MARX, 2013). Para esse novo ano de operações, o capital A passou a atuar com uma taxa aumentada de mais-valor, pois se antes a jornada de trabalho se dividia em 7h diárias de trabalho necessário, 3h diárias de mais-trabalho, agora se divide em 7h diárias de trabalho necessário e 4h diárias de mais-trabalho. Da jornada total anual do capital A, 36,36...% corresponde a mais-trabalho e 63,63...% a trabalho necessário. Vejamos como se passou a valorização nesse ano:

$$115.000A'c + 50.000A'v = 165.000A' \rightarrow tm36,36...%(50.000A'v) \rightarrow 18.180m$$

Se compararmos a massa de mais-valor obtida a partir da elevação da jornada de trabalho, onde o tempo de trabalho aumenta mas o valor do salário é o mesmo, com incremento de capital constante, se compararmos esse resultado de 18.180m com a massa de mais-valor obtida com a mera extensão do volume de produção no mesmo grau de composição do capital, 16.500m, concluímos que, com a taxa de mais-valor crescendo de 30% para 36,36...% em função do aumento da jornada de trabalho e aumento do consumo produtivo de meios de produção, cresceu também a massa de mais-valor. Se a taxa de lucro no regime constante de composição era de 10% anuais, agora, com a mudança na composição

passou para aproximadamente 11,02% ($18.180m/165.000A^{c+v}$). Além disso, nesse caso, embora a massa de trabalho tenha aumentado (em função da jornada aumentada de trabalho em 1h), o número de trabalhadores é o mesmo, mantendo o gasto com força de trabalho paralisado, crescendo apenas o consumo produtivo, de meios de produção. No produto total, ao final do ano, teríamos reproduzido o valor de capital constante, a reposição do capital variável e um mais-valor, na seguinte proporção:

$$115.000A^c + 50.000A^v + 18.180m = 183.180A^m$$

$$(62,77\%)(27,29\%) \quad (9,92\%)$$

Essa proporção do valor total do produto anual pode ser transferido para cada mercadoria individual. Mas por enquanto basta. Assim, concluímos a análise do aumento do mais-valor absoluto que eleva a composição do capital, resultando em crescimento da taxa de mais-valor e da taxa de lucro. Agora temos de observar como as coisas se passam na aplicação da elevação do mais-valor relativo. Lembrando que o mais-valor relativo representa a redução do tempo de trabalho necessário e, conseqüentemente, aumento proporcional do tempo de mais-trabalho num jornada de trabalho fixa. Voltamos a considerar o capital A, produtor de artigos de limpeza doméstica, desde o seu ano de inauguração, no volume de 150.000A, sendo seu capital distribuído na composição de $\frac{1}{2}$ e taxa de mais-valor (tm) de 30%. Não há o que desenvolver em detalhes, pois o resultado seria idêntico ao do movimento anterior, com a diferença que, em vez de o processo de trabalho ser estendido por mais tempo, foi mais intensificado, condensado. A taxa de lucro seria igualmente de 11,02%, a taxa de mais-valor na casa dos 36,36...%, sem que a jornada aumentasse. A mudança na composição aqui é obtida por um trabalho condensado, intensificado, sob ritmo mais frenético.

2.2.4 Comprometimento da rentabilidade do capital

Os exemplos acima descritos importam naquilo em que introduzem aos conceitos fundamentais de composição do capital, taxa de mais-valor, taxa de lucro e as combinações e relações entre valores, grau de composição e interferência na lucratividade do capital. O exemplo seguinte é o último e decisivo para este momento. Não é necessário trabalhar com números precisos, já que os exemplos anteriores devem ter habituado o leitor acerca das relações internas entre os valores e a distribuição de valores, conforme as alterações na composição do capital. Por isso, consideremos que um capital B, do mesmo ramo em que A

atua, mas que, em vez de gastar todo o mais-valor imediatamente em capital constante, passou a reservar uma parte dele e, em certo momento, depois de anos de operação, obteve condições de adquirir com ele uma maquinaria nova, de última geração, muito mais produtiva e eficaz que a anterior. Com a nova maquinaria, mantendo-se constante o valor da força de trabalho, suponhamos que agora só seja necessário 3h de trabalho para reposição do capital variável, sendo 7h restantes destinadas a mais-trabalho. No entanto, enquanto que, com determinado valor de capital variável, bastava que o dobro fosse aplicado em meios de produção (composição em $\frac{1}{2}$ ou $1v/2c$), a nova máquina, muito mais produtiva, exige para o mesmo valor de capital variável um investimento 4 vezes maior em meios de produção, de tal forma que a composição do capital seja de $\frac{1}{4}$, isto é, $1v/4c$. A necessidade de aumentar o investimento em capital constante em escala muito superior à necessidade de investir em capital variável provem de dois elementos: 1) para constituir uma soma maior de mercadorias no mesmo espaço de tempo – o que a nova maquinaria o faz – é necessário um consumo elevadíssimo de meios de produção capazes de constituir novos valores de uso, ao passo que, 2) dada a alta eficácia da nova máquina, um número relativamente reduzido de operários precisa ser acrescentado à produção, pois a maquinaria é tanto produtiva quanto mais substitui trabalho vivo (cf. Cap.13. In: MARX, 2013). Dessa forma, o crescimento do investimento em capital variável caminha lado a lado a um crescimento superior de investimento em capital constante. Isso implica numa recomposição do capital na ordem suposta de $\frac{1}{4}$, em que é preciso agora gastar duas vezes mais em capital constante que no exemplo inicial.

Sendo capaz de arcar com esse crescimento do capital constante adiantado para a produção, o capital B só tem as mesmas 10h de jornada para explorar seus trabalhadores, supondo que agora em 3h, apenas, ela pague o capital variável. Isso representa um grau de exploração do trabalho bem maior que na situação anterior, em que era preciso trabalhar 7h para repor o capital variável. Caso seja colocado em relação com o capital variável adiantado, a massa de mais-valor produzida nessas condições tende a revelar uma taxa altíssima de exploração do trabalho. Mas por maior que seja a taxa de exploração, um número reduzido de operários tem uma capacidade sempre limitada de produção de valor. Se colocada em relação com o montante de recursos necessários para constituir todo o processo, sustentando o crescimento exponencial do capital constante, vai se revelar que, muito embora a taxa de mais valor seja elevada, o custo de produção também cresceu bastante, enquanto a capacidade de crescimento da massa de mais-valor pelo número reduzido de operários atuando em tempo limitado não cresce no mesmo ritmo. A dinâmica desse processo tende, portanto, a se dirigir

para o ponto em que a lucratividade do negócio será afetada. Embora usemos exemplos próprios e um percurso próprio de argumentação, é nesse sentido que se encaminha a argumentação de Marx no Livro I.

Considerando o que foi dito e sabendo que as elevações na composição do capital representam um mecanismo interno indispensável ao capitalista, que tem de fazer crescer a taxa de exploração do trabalho para elevar a apropriação de mais-valor relativo e sua capacidade de acumulação; e considerando que, conforme assume certas proporções, bastante elevadas, essas elevações tendem a aumentar a exploração, mas somente na condição de um custo tão alto do capital constante que a lucratividade é proporcionalmente rebaixada. Pode-se deduzir que, nessa direção, a taxa de lucro cai, e com ela, cai a disposição do capitalista em aplicar seu capital produtivamente. Tem-se, então, crise de queda da taxa de lucro. Vale observar que essa conclusão advém muito mais da derivação das tendências expostas por Marx na sua obra do que de afirmativas explícitas do autor.

Vamos analisar alguns detalhes da questão, retomando alguns elementos da formação do valor. Como Marx (cf. MARX, 2013, p.478-480) explica, a produção de valor novo é exclusividade da força de trabalho, não importando a proporção que assume a composição do capital, isto é, ainda que do ponto de vista do valor de capital o gasto com força de trabalho seja muito reduzido em comparação com o gasto feito com meios de produção. E mesmo que, como demonstra Marx, no processo de emergência da grande indústria, as elevações nas forças produtivas do trabalho, desde a produção cooperativa de base artesanal, passando pela divisão manufatureira do trabalho até o sistema de maquinaria; mesmo que no bojo dessas transformações se observe um processo progressivo de transferência da força e da técnica necessárias à produção, deslocadas do trabalhador para a máquina, o que produz, por sua vez, uma fábrica moderna em que o trabalhador ocupa uma posição marginal do ponto de vista da fabricação direta do produto, enquanto o capitalista concentra as funções de controle, planejamento interno e tomada de decisões centrais; por maior que seja a importância desses dois fenômenos, ou seja, da *elevação da composição do capital* no sentido do aumento do volume de valor de capital necessariamente aplicado em capital constante e redução do capital variável, e a alienação do trabalho e sua subsumção ao capital, eles não alteram o fato de que, no processo de formação do valor somente o capital variável *gera* valor, somente a força de trabalho participa da produção com o poder de produzir valor novo, pois é trabalho vivo³⁶.

³⁶ Já vimos questões relevantes sobre isso no subcapítulo anterior. Mas também é possível confirmar essa posição consultando, por exemplo, a seguinte passagem: “As condições técnicas do processo de trabalho podem ser revolucionadas de modo que, por exemplo, se antes dez trabalhadores, usando dez ferramentas de

Para Marx, na origem da problemática do impacto da elevação da composição para a valorização do capital se encontra uma contradição fundamental. Sabendo que "o mais-valor provém unicamente da parcela variável do capital" (MARX, 2013, p.479) e que "a indústria mecanizada, por mais que, à custa do trabalho necessário, expanda o mais-trabalho mediante o aumento da força produtiva do trabalho", ela mesma "só chega a esse resultado ao diminuir o número de trabalhadores ocupados por um dado capital" (Id., Ibid., p.470-480). Conclui Marx (Id., p.480) que

na aplicação da maquinaria à produção de mais-valor reside, portanto, uma contradição imanente, já que dos dois fatores que compõem o mais-valor fornecido por um capital de dada grandeza, um deles, a taxa de mais-valor, aumenta somente na medida em que reduz o outro fator, o número de trabalhadores.

Dessa contradição o capital também não pode se livrar, tão logo as elevações da sua produtividade precisem sempre acionar, em certo momento da acumulação, os recursos do mais-valor relativo, dado os limites de ordem moral e física à expansão da jornada de trabalho (sobre isso cf. Cap.8. In: MARX, 2013). A crise oriundas desse tipo de contradição tende a ser uma crise de encarecimento do processo de reprodução, em que os capitalistas resguardam seu capital na forma monetária para retirar, posteriormente, vantagens das condições criadas com essa suspensão temporária (veremos isso posteriormente). É uma crise em que, para os capitalistas, parece caro investir, pouco lucrativo, e, conforme essa baixa lucratividade alcança o conjunto da produção, torna-se necessário operar modificações na composição de valor do capital que retomem a lucratividade do capital.

2.3 Conclusões parciais

Após finalizar os dois momentos anteriores, onde analisamos a constituição da tendência à superprodução e o sentido da queda tendencial da taxa de lucro em Marx, a partir do estudo do Livro I de **O Capital**, podemos sintetizar o movimento até aqui feito, retirar dele

baixo valor, trabalhavam uma quantidade relativamente pequena de matéria-prima, agora apenas um trabalhador, usando apenas uma máquina mais cara, trabalha uma quantidade de matéria-prima cem vezes maior. Nesse caso, tem-se um grande aumento de capital constante, isto é, da quantidade de meios de produção empregados, e uma grande diminuição da parte variável do capital, investida na força de trabalho. Tal mudança, no entanto, altera apenas a relação quantitativa entre o capital constante e o variável, ou a proporção em que o capital total se decompõem em seus componentes constante e variável, mas não altera em nada a diferença entre os dois" (MARX, 2013, p.288). Esse nos parece um aspecto importante a se notar no debate a respeito dos efeitos da automação no capitalismo contemporâneo e a validade da lei do valor. A tese do fim do trabalho tem, ao que nos parece, de levar, equivocadamente, a uma anulação da lei do valor, tão logo se considere sua origem necessária no capital variável.

algumas conclusões parciais e apontar o sentido do próximo passo da exposição. Ao analisar a tendência à superprodução, verificamos que, segundo Marx, há uma desregulação estrutural (no sentido de inerente) da produção capitalista em relação ao consumo, e que essa desregulação tende a eclodir em crises de superprodução, as quais denotam o distanciamento da produção em relação ao consumo, forçando a desaceleração e afetando as vendas. Da análise da queda tendencial da taxa de lucro verificamos que a oposição entre trabalhador e máquina na produção capitalista tende, no processo de elevação da produtividade, a comprometer a lucratividade do capital. Tais tendências são inerentes ao modo de produção capitalista tão logo a produção privada voltada para o mercado e o monopólio capitalista dos meios de produção são estruturas fundantes do capitalismo e ele não pode se separar delas³⁷. A crise, portanto, deriva da essência do próprio capital.

O que até aqui desenvolvemos nos parece fundamental, indispensável até, mas ainda certamente insuficiente para retirar conclusões mais aprofundadas a respeito da crise. É preciso ainda levar em conta as determinações da circulação do capital. Ora, se a crise se dá no processo de reprodução do capital e esse processo é articulação entre produção e circulação, as categorias e determinações da circulação do capital também devem representar elementos fundamentais na formação das crises, isto é, condicionante da sua *origem*, mas também da sua *processualidade*. Nesse sentido, é ao processo de circulação que teremos de nos voltar adiante, e ao estudo do Livro II de **O Capital**, que é dedicado a ele.

³⁷Jadir Antunes e Hector Benoit reafirmam, em **A Dialética do Conceito de Crise em 'O Capital' de Karl Marx** (2008), a ideia de que as “causas últimas” das crises são o próprio capital, e, nesse caso, não são “causas” no sentido usual, mas expressões das contradições do mesmo. Nesse sentido, defendem que a compreensão da teoria da crise em Marx tem de compreender a dialética da manifestação do conceito de crise e não propriamente as suas “causas”, categoria estranha ao procedimento dialético de Marx.

3 CONTRADIÇÕES DA CIRCULAÇÃO DO CAPITAL, AS QUAIS CONSTITUEM OU ACENTUAM TENDÊNCIAS DE CRISE (LIVRO II)

3.1 Rotação e reprodução do capital

Nossa tarefa neste momento é desenvolver, a partir do estudo do Livro II, os elementos mais importantes da circulação do capital, os quais estão, de um modo determinado, envolvidos na constituição e na dinâmica da crise. Entendemos que, sem a apreensão desses elementos, a compreensão da dinâmica do capital se empobrece, e em tal grau que a compreensão da processualidade da crise se torna quase impossível de ser apreendida, pelo menos se se quer alcançar certo nível razoável de profundidade na questão. Não se trata, exatamente, de investigar novos tipos de crise, decorrentes de fatores radicalmente distintos daqueles da produção. Mesmo ao considerarmos os dois fenômenos analisados anteriormente, a superprodução e a queda da taxa de lucro, sabemos que, apesar de elementos distintos estarem diretamente envolvidos na sua eclosão e que, por isso, se torna necessário, do ponto de vista da exposição do problema, distanciar um problema do outro para elucidar a lógica interna presente em cada um, em última análise, ambos decorrem dos mesmos fundamentos objetivos do capital. As contradições do capitalismo se desenrolam em conjunto. Não se trata, insistimos, de separar “crises de produção” de “crises de circulação”; cabe, na verdade, avançar na elucidação da dinâmica reprodutiva do capital (que é unidade entre produção e circulação), de forma que, com os acréscimos categoriais e conceituais, a própria questão da crise se ponha num terreno mais aproximado da complexidade do movimento efetivo da reprodução real. Trata-se, enfim, de examinar as principais determinações da circulação (em sentido amplo) desenvolvidas no Livro II de **O Capital**, as quais devem apontar ou interferir nas tendências que dirigem o processo reprodutivo do capital para a crise. Podemos dizer que a pergunta de partida deste novo momento é a seguinte: dadas as condições e leis da circulação do capital, em que sentido as tendências que perturbam a valorização do capital estão implicadas no seu processo de reprodução?

3.1.1 Circulação do capital como rotação: tempo de produção e tempo de curso

Ora, Marx inicia o Livro II de **O Capital** com a análise das formas do capital: capital produtivo, capital monetário e capital-mercadoria; e dos ciclos correspondentes ao movimento de valorização do capital (cf. Cap.1. In: MARX, 2014). Desde o capítulo anterior, o processo

de valorização do capital já nos tem aparecido como unidade entre produção e venda de mercadorias, sendo que, enquanto no primeiro momento se dá a criação ou extração de mais-valor $[M(FT+MP) \rightarrow M']$, no segundo se dá sua realização, quando ele abandona sua forma-mercadoria (M') e aparece nas mãos do capitalista como valor aumentado na forma-dinheiro (D'). No entanto, importa ao processo de valorização do capital não somente o tempo de produção e a mera realização da venda, mas importa o *tempo de circulação* da mercadoria, o tempo que se demora desde a conclusão da produção até o retorno do dinheiro em que o mais-valor figura realizado – isto é, importa, por um lado, o tempo de venda, e importa o período gasto na nova compra de capital produtivo, ou seja, o que Marx chama de tempo de compra (cf. Cap.5 e 6. In: MARX, 2014). Antes de explicar a razão dessa importância, nos parece válido fazer algumas observações prévias.

Nos parece que a compreensão correta do processo de circulação do capital, em Marx, tem de abandonar a ideia de que circulação e produção são instâncias sempre apartadas e excludentes. É preciso ver os momentos da circulação do capital – até aqui: a compra do capital produtivo, a venda do produto-mercadoria – não simplesmente como fases autônomas e independentes da produção, que a antecedem ou a sucedem temporalmente, e que dela se distanciam no espaço. É preciso percebê-las como fases de um processo mais abrangente, do qual a própria produção é parte. Se a esfera da circulação compreende o terreno da compra e venda de mercadoria, representada nos atos ou operações de troca, o processo mediante o qual o capital muda de forma em função da sucessão dessas operações também é circulação (em sentido amplo), porquanto se trata de um movimento de caráter circular realizado pelo valor de capital em constante metamorfose. O capitalista, ao aplicar dinheiro na compra de capital produtivo, abandona a esfera da circulação no sentido de que não está operando compra ou venda de fatores de produção. Na produção mesma, há fundamentalmente uma operação conjunta de consumo produtivo, isto é, trabalho ou produção propriamente dita. Entretanto, é preciso se dar conta de que o intercâmbio que possibilita essa circulação em sentido estrito é mediado pela propriedade privada do capitalista, nas mãos de quem certa soma de valor na forma-dinheiro, com a primeira operação de compra ($D-M$), não desaparece, mas se transforma em capital produtivo ($M \rightarrow FT + MP$) a ele equivalente; em seguida, do processo de produção (transferência e criação de valor) o valor de capital volta a se transformar, agora em forma-mercadoria do capital, sem abandonar o capitalista, seu proprietário. Este, por sua vez, só a libera para outras mãos mediante pagamento de dinheiro equivalente (supõe-se) ao valor contido nas mercadorias (que excede, no conjunto, o valor inicial devido ao mais-valor),

e, com isso, o capital apenas muda de forma nas suas próprias mãos, agora aparecendo, novamente, como capital na forma-dinheiro (em volume aumentado), a partir da qual pode retornar à compra dos fatores de produção, sem nunca abandonar seu proprietário. Se o capitalista transita do mercado para fazer compras, vender, ora se desloca na sua própria produção; o capital, no entanto, mantém sua unidade como forma de valor que se transmuta processualmente, realizando uma metamorfose periódica e circular. E é nesse sentido que a produção também é circulação, isto é, mudança de forma do capital-produtivo em capital-mercadoria e mais que isso: fase determinada da circulação do capital entendida como movimento periódico (cf. Cap.1. In: MARX, 2014). Dito isto, retomaremos o assunto há pouco abandonado.

Ao se dizer, então, que importa ao capital não somente o tempo de produção, mas também o tempo de circulação (ou tempo de curso), isso implica que, segundo Marx, ao capital importa não somente acelerar a produção propriamente dita das mercadorias, seu tempo de trabalho, mas também acelerar o refluxo do capital na esfera da circulação em sentido estrito, seu tempo de curso, reduzindo, por sua vez, o tempo total de circulação (em sentido ampliado) do capital. Tanto um aspecto quanto o outro só importam ao capital enquanto forças propulsoras da sua autovalorização. Mas se o tempo de trabalho³⁸ impacta na valorização do capital em função de sua importância para a formação do valor da mercadoria e para o grau de extração de mais-valor (grandeza do mais-trabalho), o tempo de curso impacta, segundo Marx, de outra forma. Para compreender o modo desse impacto é preciso tratar da circulação do capital em sentido ampliado, como ciclo periódico do valor de capital, isto é, como *rotação* (cf. Seção II, Caps.7, 8 e 9. In: MARX, 2014). Essa é uma questão fundamental para pensar a dinâmica da crise.

3.1.2 Rotações, lucratividade e liberação de capital

Para elucidar o terreno da circulação enquanto rotação, ressaltamos, com Marx, o capital como unidade de valor nas mãos do capitalista, percorrendo formas sucessivas num ciclo periódico. O tempo total desse ciclo é a soma do tempo de produção com o tempo de

³⁸ Marx se refere a *tempo de trabalho* como o período em que o trabalhador precisa atuar diretamente sobre a matéria. Esse tempo não é, contudo, todo o *tempo de produção* da mercadoria, dado que há momentos em que é preciso deixar com que reações químicas atuem sobre a matéria sem intervenção humana, repousando a mercadoria, expondo-a ao vento, ao sol etc., e com isso esperar o momento certo para voltar a atuar sobre ela. No período de produção em que não há trabalho sendo executado, não ocorre, em sentido estrito, valorização. Daí a tendência de transformar todo o tempo de produção em tempo de trabalho (MARX, 2014; ver também ANTUNES & BENOIT, 2008).

curso e se representa pelo *tempo de rotação* (ver, p. ex., MARX, 2014, p.235). No Capítulo 15 (In: MARX, 2014) do Livro II, Marx demonstra que, conforme os tempos de produção e o tempo de circulação de um capital são iguais, distintos, múltiplos ou desproporcionais, varia a necessidade de adiantamento de capital para constituir a produção, afetando sua rentabilidade e a possibilidade e volume de liberação de capital no mercado, como capital monetário disponível. Vejamos como se dá o processo de reprodução levando em conta esses fatores: o tempo de produção e o tempo de circulação.

Se um capital determinado atua com período de produção de x meses, e, após essa produção demora em média os mesmos x meses para vender o mesmo conjunto de mercadorias, isso significa que tempo de produção e tempo de curso são idênticos, sendo o tempo de rotação igual a $2x$. O resultado é que basta ao capitalista adiantar um valor correspondente ao necessário para constituir a produção no período $2x$, pois tão logo termina esse período o valor de capital reflui e pode novamente entrar na produção como investimento, sem necessidade de buscar outro adiantamento externo de capital, sem precisar de um capital adicional. A necessidade de adiantar capital para a produção em $2x$ e não simplesmente em x é para que o processo de produção não se interrompa ou só recomece depois de passado todo o período de curso da mercadoria, quando o valor necessário para o primeiro período x já retornou ampliado. Isso causaria um desperdício no consumo do capital fixo, que se desgastaria no tempo em que ficou afastado da produção, sem gerar qualquer valor e, portanto, perderia valor sem fazê-lo circular em outra forma³⁹. Daí em diante, esse valor recém-apropriado pode voltar a financiar o próximo período de produção enquanto a outra massa de mercadorias do segundo período x encontra-se à venda. Logo que concluído o terceiro período, o valor aplicado no segundo período x terá retornado e poderá, então, financiar mais um período. Dessa forma, há uma alternância rotacional dos capitais⁴⁰.

Mas se, por exemplo, um capital D atua com tempo de produção de 60 dias e tempo de curso de 180 dias, sendo, portanto, o tempo de rotação igual a 240 dias. Consideremos, ainda, taxa de lucro⁴¹ de 100% e um custo de investimento em capital variável e constante para cada período de 60 dias na ordem de R\$10.000. Considerando o andamento do tempo de produção,

³⁹ Vemos aqui, novamente, em que sentido o processo de produção realizado pela força de trabalho conserva o valor dos meios de produção na medida em que seu valor é transferido para a mercadoria produzida, fazendo esse valor circular, modificando apenas sua forma.

⁴⁰ Sobre os modos de rotação dos valores de capital, cf. Cap.15. In: MARX, 2014.

⁴¹ Consideramos a taxa de lucro como a razão entre o capital adiantado ou investido antecipadamente e o mais-valor apropriado (cf. MARX, 2013).

em períodos, definidos os seus dias, e o valor adiantado, isto é, gasto naquele período para sustentar a produção, e levando em conta o período de reembolso ao fim dos períodos de circulação, teríamos os seguintes números:

Tabela 1 – Tempo de produção e adiantamento de capital (caso 1)⁴²

Período (P)	Dias do Período (DP)	Valor Adiantado (VA)
1º	1-60	10.000
2º	61-120	10.000
3º	121-180	10.000
4º	181-240	10.000
5º	241-300	-
6º	301-360	-
7º	361-420	-
8º	421-480	-
9º	481-540	-
10º	541-600	-
11º	601-660	-

A ausência de gasto a partir do 5º período de produção indica que o prosseguimento do negócio pode se dar a partir de recursos oriundos do retorno do capital, tendo em vista o final de períodos de circulação dos capitais investidos. Acompanhem também o processo de andamento dos períodos de circulação, levando em conta, igualmente, os períodos, os dias dos períodos e o momento e quantia do valor reembolsado com a venda integral das mercadorias em que o valor adiantado se corporificou. Teríamos o seguinte:

Tabela 2 - Tempo de Circulação e Reembolso de Capital (caso 1)

Período (P)	Dias do Período (DP)	Valor Reembolsado (R\$) ao final do período
1º	60-240	20.000

⁴² Considere, para as tabelas: P = período; DP = dias do período; VA = valor adiantado; VR = valor reembolsado. O traço “-” sempre indica que não há custo adicional, tendo em vista que sua operação é financiada pelo refluxo de capital anteriormente investido. Considera-se os valores em R\$ (Reais).

2º	121-300	20.000
3º	181-360	20.000
4º	241-420	20.000
5º	301-480	20.000
6º	361-540	20.000
7º	421-600	20.000
8º	481-660	20.000
9º	541-720	20.000

A partir do 5ª período de produção, começa a refluir, a cada 60 dias, o valor investido na produção com o mais-valor de 200% sobre 10.000 de capital variável (+20.000) ou 100% de taxa de lucro. Cada volume de valor que reflui é capaz de custear dois períodos de produção, garantindo a continuidade da produção até o final do funcionamento do capital, isso somente com o que refluiu até o 8º TP. Do 9º TP em diante, o valor refluído – ou seja, $4 \times 20.000 = 80.000$, não é reinvestido e se acumula como capital produtivo potencial nas mãos do capitalista. Assim, o investimento requereu um capital adiantado de R\$40.000, sendo R\$20.000 em capital variável, R\$20.000 em capital constante (composição de proporção 1/1), e resultou, ao final do processo, abatendo os gastos futuros até o final do funcionamento do capital, num valor em forma de capital monetário potencial de volume equivalente a R\$80.000, ou seja, contabilizando uma taxa de lucro final de 100%. Nesse caso, tempo de curso e de produção, embora não fossem iguais, eram proporcionais e, com isso, a partir do 5º TP, porquanto TC (180) é múltiplo de TP (60). Por isso, doze períodos de produção equivalem a nove de curso.

Mas se o tempo de rotação é mais extenso, por exemplo, em virtude de um tempo de curso não de 180 dias mas, sim, de 240 dias, teríamos o seguinte cenário:

Tabela 3 – Tempo de Produção e Adiantamento de Capital (caso 2)

Período (P)	Dias do Período (DP)	Valor Adiantado (VA)
1º	1-60	10.000
2º	61-120	10.000
3º	121-180	10.000
4º	181-240	10.000

5º	241-300	10.000
6º	301-360	-
7º	361-420	-
8º	421-480	-
9º	481-540	-
10º	541-600	-
11º	601-660	-
12º	661-720	-

Estamos levando em conta, assim, que, a partir do 6º período de produção, o negócio passa a ser financiado pelo capital refluído nas vendas, daí que não consta adiantamento de capital nos períodos seguintes, pois há, na verdade, reembolso e reaplicação, sem custo adicional. Observemos a Tabela 4, então, refletindo o cenário referente ao tempo de circulação e reembolso de capital para esse segundo caso.

Tabela 4 – Tempo de circulação e Reembolso de capital (caso 2)

Período (P)	Dias do Período (DP)	Valor Reembolsado (R\$) ao final do período
1º	60-300	20.000
2º	121-360	20.000
3º	181-420	20.000
4º	241-480	20.000
5º	301-540	20.000
6º	361-600	20.000
7º	421-660	20.000
8º	481-720	20.000

A principal mudança no TC, ampliado de 180 para 240, advém do fato de que o valor adiantado só começa a refluir a partir do 6º TP. Daí em diante, financia-se a produção com valor oriundo da venda das mercadorias anteriormente produzidas. Entretanto, em função da diferença entre 240 e 180 dias, ou seja, 60 dias, o valor adiantado tem de ser maior para o segundo caso, porquanto o montante demora mais 60 dias para começar a refluir e poder financiar o restante dos TP. Isso impacta no saldo final do negócio, que só realizou 8 TC ao

invés de 9, o que deveria se representar pelo saldo de +70.000 contra +80.000 do primeiro caso. De onde vem o decréscimo de 10.000 que diferencia o volume de capital final do primeiro para o segundo caso? Sabemos que o tempo de rotação está implicado nisso, mais não se trata de uma desvalorização pelo tempo excedente em si mesmo, mas porque se torna necessário aplicar mais dinheiro em capital constante e capital variável, ao passo que o mais-valor provem unicamente do segundo. Os 10.000 de diferença custearam por um TP a mais o capital constante da produção. Podemos concluir, assim, que o tempo de curso interfere no tempo de rotação e, assim, na lucratividade do negócio, na medida em que seu crescimento eleva o volume de capital adiantado necessário. Vale ressaltar novamente aqui que usamos exemplo próprio, embora as determinações do conceito de rotação, tempo de produção e circulação advenham da análise de Marx.

Comentando esse fenômeno do ponto de vista do ciclo do capital variável, Marx diz o seguinte:

Quanto mais curto é o período de rotação do capital – quanto mais curtos são os intervalos em que se renovam seus prazos de reprodução durante o ano –, tanto mais rapidamente sua parte variável, inicialmente adiantada pelo capitalista na forma-dinheiro, converte-se em forma-dinheiro do produto de valor (que, além disso, inclui mais-valor) criado pelo trabalhador para a reposição desse capital variável; tanto mais curto, portanto, o tempo para o qual o capitalista tem de adiantar dinheiro de seu próprio fundo, e tanto menor, em proporção à escala da produção, o capital que ele adianta em geral; e tanto maior, comparativamente, a massa de mais-valor que ele extrai durante o ano com uma dada taxa de mais-valor, porque tanto mais frequentemente poderá comprar o trabalhador com a forma-dinheiro do produto de valor criado pelo próprio trabalhador e, assim, pôr em movimento seu trabalho com tanto maior frequência.

Com uma dada escala da produção, a grandeza absoluta do capital monetário variável adiantado (como o do capital circulante em geral) decresce na mesma proporção do decréscimo do período de rotação, ao mesmo tempo que aumenta a taxa anual do mais-valor. (...) Da investigação precedente resulta, em geral, que, *conforme as diversas grandezas do período de rotação, é necessário adiantar capitais monetários de volumes muito distintos para pôr em movimento a mesma massa de capital circulante produtivo e a mesma massa de trabalho, com o mesmo grau de exploração deste último.* (MARX, 2014, p.409, grifos nossos)

Vejamos que, ainda que os capitais tenham funcionado com taxa de mais-valor idêntica, de 200%, ressaltando que seu volume era todo quanto possível reinvestido na produção, a lucratividade do negócio, que para o primeiro foi de 100%, porquanto o investimento total de R\$40.000 retornou acrescido de mais R\$40.000, no segundo caso foi o seguinte: um investimento total de R\$50.000 retornou acrescido de R\$20.000, representando uma taxa de lucro de $20.000/50.000 = 0,4$ ou 40%.

Se desconsiderássemos o mais-valor desse ciclo de rotações encadeadas, e, assim, em vez de refluir R\$20.000 ao término de cada TC, refluíssem os R\$10.000 suficientes para custear o restante da produção, poderíamos concluir com razão que, em virtude de $TC > TP$, cada valor refluído é imediatamente reinvestido, não podendo haver capital suspenso, à espera de seu período certo de investimento. Nas mesmas condições, diferente ocorreria nos casos em que os tempos de produção e de curso não são iguais, regularmente proporcionais ou múltiplos, isto é, os casos em que há entrecruzamento de capitais, ou quando $TC < TP$. Sobre esses casos, Marx explica o seguinte:

Verifica-se, portanto, uma liberação de capital ao final do período de trabalho sempre que o tempo de circulação não for um múltiplo simples do período de trabalho; e justamente esse capital liberado é igual à parcela de capital que deve cobrir o excedente do período de circulação sobre um período de trabalho ou sobre um múltiplo de períodos de trabalho. (MARX, 2014, p.375)

Dado que esse regime de entrecruzamento (e não o de mera alternância) de capitais constitui a regra no capitalismo, também “a liberação de capital tem de constituir a regra” (MARX, 2014, p.377). Consequentemente, “com o desenvolvimento da produção capitalista, aumenta a duração do período de circulação e, com isso, também o período de rotação nos casos em que o período de trabalho [é menor que o período de circulação e] não há qualquer proporção regular nos dois períodos” (MARX, 2014, p.377). A liberação de capital vem do fato de que o valor que reflui ao fim dos períodos de curso não precisa ser reaplicado imediatamente, porquanto há um período de trabalho em andamento. Nesse sentido, o capital fica suspenso, liberado. Ao ser liberado, explica Marx, o capital passa a figurar como capital monetário disponível no mercado e o tempo que compreende seu período de liberação, ao final do qual deverá ser reinvestido, define os prazos do crédito disponibilizado no mercado⁴³. Retomaremos adiante este assunto.

Por enquanto, isso basta para elucidar a problemática que pretendemos analisar. Sabemos que, conforme o tempo de curso das mercadorias seja mais curto, em menos tempo o capitalista se reapodera dos valores investidos em capital variável e constante, bem como apodera-se do mais-valor. Isso oferece a possibilidade de o capitalista arcar com certos custos

⁴³ Vejamos a seguinte passagem: “...durante o ciclo anual de rotações, uma parte muito considerável do capital circulante social, que efetua várias rotações por ano, existirá periodicamente sob a forma de capital liberado. Além disso, supondo-se como constantes todas as demais circunstâncias, é evidente que a grandeza desse capital liberado cresce com o volume do processo de trabalho ou com a escala da produção e assim, em geral, com o desenvolvimento de produção capitalista” (MARX, 2014, p.377).

normais da produção, como custos de reparo, manutenção, substituições emergenciais etc. e até da reposição de capital circulante com recursos oriundos da venda das mercadorias produzidas e vendidas naquele período, como foi o caso do exemplo acima exposto. Ora, se em função do largo tempo de rotação do capital isso não se torna possível, quer dizer que será preciso um capital adicional a ser adiantado na produção para arcar com esses pagamentos. Pode-se concluir que o custo da produção se eleva em capitais de período de rotação alongado, exigindo maior adiantamento de capital, enquanto capitais que atuam com períodos de rotação reduzidos podem financiar parte de seu negócio com recursos oriundos de seu próprio trabalho. Nas palavras de Marx, “de acordo com a grandeza do período de rotação, uma massa maior ou menor de capital monetário é necessária para pôr em movimento o capital produtivo” (MARX, 2014, p.455). Isso é válido não somente para ramos de produção distintos, mas para capitais que atuam em um mesmo ramo de produção, acirrando a disputa comercial para fazer o valor refluir com maior rapidez e, assim, desencarregar o capital da busca por empréstimos, bem como liberando capital adiantado tornado desnecessário, que passa a figurar no mercado como capital monetário disponível.

3.1.3 Variações de preços e reembolso de capital

O papel do encurtamento do tempo de rotação para a valorização do capital e os fundamentos da liberação de capital monetário são essenciais para se compreender a dinâmica da reprodução do capital e, demonstraremos posteriormente, elementos fundamentais para se pensar a dinâmica do ciclo industrial, em que as crises aparecem como fase necessária. Mas nos parece muito importante ressaltar também as colocações de Marx que permitem compreender o efeito das variações de preços que ocorrem durante os ciclos de rotação do capital, na medida em que esse é um aspecto importante que interfere na lucratividade do capital. Marx desenvolve esse assunto no Livro II, seção II, especialmente no item V do Cap.15, cujo título é “Efeitos da variação de preços”. O objetivo é demonstrar como as mudanças de preços na conjuntura do mercado podem afetar positiva ou negativamente a valorização, possibilitando embolso ou perda de capital durante a rotação do capital. Dada a importância desse elemento na dinâmica da reprodução (vale lembrar o destaque que Paul Sweezy (1986) dá a essa questão da determinação da origem da crise), vale desenvolvê-lo.

Se consideramos, por exemplo, um capital que reúne capital adiantado R\$200.000, numa composição de 1/1 (ou seja, 50% representa capital variável, 50% capital constante),

com tempo de produção 6 meses e tempo de curso também de 6 meses. Será necessário um capital para os seis meses iniciais, o qual circulará nos próximos seis meses; bem como um capital para atuar na produção, de mesmo volume, necessário para atuar produtivamente enquanto a primeira parcela de valor circula no mercado. O capital total adiantado no valor de 200 mil reais cobre, portanto, 1 ano de produção. Realizada a compra dos fatores de produção, o processo produtivo opera até o final dos seis meses necessários e, ainda mais, durante o período de curso da primeira parcela investida. Somente ao final de 1 ano (tempo de rotação) é que o valor investido começa a refluir e poderá financiar ele mesmo a continuidade do negócio. Para simplificar as coisas, ignoremos o mais-valor, imaginemos que todas as mercadorias foram vendidas pelo seu valor e que há constância de produtividade. Agora suponhamos que, na virada do semestre, após ter concluído seu primeiro período de produção e com os contratos de força de trabalho e de meios de produção fechados até o final do ano, ocorra um aumento salarial na ordem de 10%, que passa a valer a partir do início do mês de julho (novo semestre). Assim sendo, os 200 mil reais tem de ser redistribuídos, tão logo os 100.000 (50% x 200mil) de capital variável tem de subir 10%. O resultado será que o novo capital variável será de: $100.000 + 10\% \times 100.000 = 110.000$. Com isso, o capital variável passa a representar $110.000/200.000 = 0,55$ ou 55% do capital total. Como supomos constância de produtividade, deverá haver, na mesma proporção do aumento em capital variável, uma queda em capital constante. Nesse caso, seria impossível conservar a produtividade, já que seria impossível produzir a mesma massa de mercadorias com capital constante (matérias-primas, materiais acessórios etc.) reduzido. Em consequência, o princípio da constância da produtividade seria desrespeitado, teríamos queda de produção.

Se sobem, considerando as mesmas condições do capital do exemplo anterior, não os salários, mas o preço dos meios de produção em 10%, o resultado é que, para sustentar a mesma produtividade seria necessário redução salarial na mesma proporção. Se a subida de preços ocorre durante o tempo de curso e precisa ser recoberta antes de concluir a rotação do capital, será necessário capital adicional para fazer a produção seguir até o final de seu período de rotação, já que o capital adiantado será, em virtude do aumento, gasto mais rapidamente. Se os preços caem, temos que: caindo o preço da força de trabalho ou caindo o preço dos meios de produção, temos que uma parte relativa ao impacto da queda dos preços nos custos de produção aparece a partir de então como supérflua, desnecessária, e é liberada.

Mas se não variam os preços do salário ou dos meios de produção, mas o preço dos produtos em 20%. Se caem 20%, nesse caso, os 200 mil reais investidos, após o processo de

produção, ao refluir com preços reduzidos nas vendas, voltará diminuído de tamanho em 20%, ou seja, teríamos: $200.000 - 20\% \times 200.000 = 160$ mil reais reembolsados⁴⁴. O resultado, mantendo-se a proporção da composição de 1/1, seria uma reprodução que representa queda de produção. Se os preços subissem 20% em vez de cair, teríamos que os 200 mil reais investidos na produção e que agora assumem a forma de mercadoria, portam um valor superior em 20%, ou seja: $200.000 + 20\% \times 200.000 = 240$ mil reais, que, ao refluírem representam uma reprodução ampliada para o próximo período na mesma proporção. Nesse último caso o capital reembolsa um valor que não aplicou na produção, que advém unicamente da esfera da circulação (MARX, 2014, p.390). Dado que essas variações nos preços são um problema de certa forma frequente na reprodução capitalista, tendo em vista as diversas forças que atuam na direção da elevação constante da produtividade e as tendências de crises, quanto mais rápido for possível encurtar os períodos de rotação, tanto melhor para proteger o capital de turbulências oriundas das oscilações do mercado, ou seja, para reduzir o tempo durante o qual o investimento está sujeito a enfrentar esse tipo de fenômeno⁴⁵.

Podemos concluir, em virtude do que foi dito, que o capital tem de assumir a tarefa de desenvolver condições sociais necessárias ao encurtamento do tempo de curso da mercadoria. A base material desse tempo de curso, segundo Marx, é a distância espacial entre os polos de produção e de venda das mercadorias, e entre os locais de venda e os “consumidores”. Torna-

⁴⁴ Para Paul Sweezy, o problema da queda dos preços para a reprodução do capital é uma questão essencial para se compreender as principais causas das crises capitalistas, e especialmente, das crises que chamava “crise de realização”, quando os capitais tem sua taxa de lucro decrescida em função da incapacidade de vender suas mercadorias pelo seu valor integral. A problemática de Paul Sweezy na análise das crises pode ser compreendida, segundo Hoffman, na sua **Apresentação** (In: SWEEZY, 1986) de **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**, como uma proposta de resgate do estatuto teórico da questão da realização do capital, mas a partir de um ponto de vista distinto da teoria de Rosa Luxemburg. Segundo Sweezy, se a crise capitalista é, essencialmente, interrupção da circulação do capital (D-M-D') em decorrência da queda da taxa de lucro (SWEEZY, 1986, p.120), é preciso analisar os fatores que deprimem a taxa de lucro. Sweezy nega a primazia dada por outros marxistas ao problema da elevação da composição orgânica do capital para explicar esse fenômeno e argumenta criticamente contra Marx a respeito da forma como expôs essa tendência, supondo constância da taxa de mais-valia (Id., Ibid., p. 88-91). "Atrás da composição orgânica do capital está o processo de acumulação de capital, e é aqui que devemos procurar as forças que tendem a reduzir a taxa de lucro", diz Sweezy (1986, p.91). Para Sweezy os dois elementos mais importantes na teoria marxista da crise são: 1) a redução da taxa de lucro em função da elevação dos salários, elevação oriunda da expansão da acumulação e do impulso do capital além da oferta regular de trabalho, e 2) a redução da taxa de lucro em função da dificuldade de vender as mercadorias pelo seu valor integral, o que Sweezy chama, como dito, de "crise de realização" (cf. SWEEZY, 1986, p.124).

⁴⁵ Como diz Marx: “Para que o ciclo se realize normalmente, M' deve ser vendida pelo seu valor e em sua totalidade. Ademais, M-D-M implica não apenas a substituição nas mesmas condições de valor. Aqui, partimos do pressuposto de que isso é assim. Na realidade, porém, os valores dos meios de produção variam; é justamente característica da produção capitalista a mudança constante das condições de valor, nem que seja por meio da mudança constante operada na produtividade do trabalho que caracteriza a produção capitalista” (MARX, 2014, p.152).

se necessário, então, desenvolver os meios de comunicação e de transporte, e, com isso, diz Marx, abre-se um novo campo de negócios para o capital atuar. Os meios de transporte permitem não só um deslocamento mais rápido, mas um transporte de uma massa maior de mercadorias, atraindo investimentos para o espaço coberto por sua malha (MARX, 2014, p.345). Além disso, permitem o deslocamento de certos tipos de mercadorias que tem curta durabilidade (como as frutas, vegetais etc.) para locais mais distantes da produção. Enquanto isso, os meios de comunicação despertam o interesse de compra (não só pela informação, como também pela manipulação do desejo e da criação de um clima cultural de apelo ao consumo), transformando cada indivíduo capaz de pagar pela mercadoria em seu comprador potencial e, além disso, reduzem o tempo de procura no mercado ao anunciar preços, locais de venda etc⁴⁶. Ao abrir esse novo campo de negócios o capital passa a deslocar uma massa importante de força de trabalho para setores de produção que atuam na esfera da circulação das mercadorias.

3.1.4 Reprodução do capital fixo

Antes de retomar a análise das condições de crise do capital a partir dos elementos até aqui desenvolvidos no capítulo, se impõe a necessidade de compreender melhor o modo de rotação e de reprodução do capital fixo, dado que é o tempo de suas rotações que definem os limites da rotação total ou integral do capital, estando amplamente implicado nas crises. A esse assunto precisamos dedicar este momento. Vale indicar aqui que o desenvolvimento das determinações do capital é um momento necessário da investigação e da compreensão do conceito de crise. O conceito de crise transparece e se constitui na própria constituição do conceito de capital, daí a necessidade de se referir insistentemente às suas determinações intrínsecas.

Vejamos que, como parte de capital de maior volume e de desgaste mais demorado, é na base das suas rotações graduais – do capital fixo – que as demais partes do capital circulam até o valor integral de meios de produção ser recomposto monetariamente. Lembramos que, para Marx, capital fixo é o valor de capital referente à parte mais duradoura dos meios de produção, ou seja, máquinas, ferramentas, motores, geradores, transmissores, esteiras etc., aos quais corresponde o elemento de maior volume de valor do capital. A compra dessa parte de meios de produção requer um alto valor acumulado e gasto “de uma só vez”. Segundo Marx,

⁴⁶ Imaginemos o papel atual da Internet para a circulação de mercadorias. Dentre outras propriedades, os sítios virtuais colocam em contato vendedores e compradores do mundo todo, tendo as vendas facilitadas pelo crédito de aceitação global.

“a determinação que confere o caráter de capital fixo a uma parte do valor de capital investido em meios de produção repousa exclusivamente no modo peculiar como esse valor circula” (MARX, 2014, p.242). O valor do capital fixo, explica Marx, se reproduz da seguinte forma: conforme o desgaste médio, isto é, o tempo de vida útil pela produtividade, cada mercadoria carrega uma parcela muito reduzida referente à reposição desse capital. Quando a mercadoria é vendida, do capital constante que refluí, parte dele tem de custear a reposição de matéria-prima, produtos acessórios etc. e, assim, volta a circular imediatamente a essa compra. Por sua vez, a parcela responsável pela reposição do capital fixo se acumula, é reservada ao lado da produção, e permanecerá assim até o fim do tempo de vida útil dos aparelhos cuja reprodução representa, quando, enfim, atingirá o volume necessário para ser repostos no mercado. “Até que se inicie esse período de reposição”, explica Marx, “seu valor irá se acumulando gradualmente, na forma de um fundo monetário de reserva” (MARX, 2014, p.246).

Na verdade, o capital fixo é assim denominado por Marx porque seu valor não circula. Circula o valor referente à reposição dos materiais que ele representa quando está inteiro. Tão logo começa a funcionar, e, com isso, seu desgaste se inicia até o fim, o valor referente à reposição desses materiais que circula é capital líquido ou circulante, enquanto a parcela de valor que está resguardada, ainda nos aparelhos, sem circular e que, ao longo do tempo, reduz gradualmente, permanece “fixada”. Assim, explica Marx, “ele não circula em sua forma de uso: é apenas seu valor que circula e, mesmo assim, gradualmente, de modo fragmentado” (MARX, 2014, p.240). Quando o valor de reposição dos aparelhos que o capital fixo representa inteiro é totalmente repostos em forma de dinheiro, não há mais capital fixo, ele foi zerado: há, na verdade, capital produtivo potencial na forma-dinheiro.

Vejamos rapidamente a questão a partir de um exemplo. Consideremos um capital F, cujo valor de capital total se representa na ordem de R\$500.000, que funcionará pelo período útil de 10 anos, sob condições constantes de preços e produtividade. Do valor total, 400 mil reais se referem ao capital constante, sendo 200 mil referentes ao capital fixo, 200 mil ao capital constante circulante inicial (adiantado), e o restante 100 mil de capital variável. Desconsidere-se o mais-valor e o tempo de curso. Com a venda das mercadorias e ao lado de uma rotação de capital circulante que dura 1 ano, ao final de um ano o valor total do capital fixo teria se reduzido em 1/10, ou 10%, isto é, em $200.000/10 = 20$ mil reais. O capital fixo aqui seria, então: $200.000 - 20.000 = 180$ mil reais. Os 20 mil reais tem de ser resguardados porquanto são incapazes de repor a parte que representa do capital produtivo. A diminuição seguiria na proporção de 1/10 a cada ano de rotação, crescendo na mesma proporção como

capital produtivo potencial. No início do último ano haveria reservado ao lado da produção um valor na ordem de 9/10 ou 90% de 200 mil reais, ou seja, 180 mil reais, restando 20 mil fixado, que circulará ainda nesse ano. Finalizado o ano não há mais capital fixo, assim como a vida útil (valor de uso) do corpo em que ele se encarnara, há uma maquinaria inutilizável e um montante em dinheiro, capital produtivo potencial na forma monetária.

Em virtude dessa forma de reposição do capital fixo, enquanto o processo de reprodução social se opera o capitalista tem de, gradualmente, reservar capital potencial na forma de dinheiro. Esse capital tem de se acumular pelo período necessário até que se recomponha o valor aplicado em capital fixo. Dado o caráter privado da produção (e, portanto, descontrolado ou desregulado em relação às necessidades reais, pois não há ingerência de um planejamento social do processo) e conforme se trata da parte mais representativa do capital em termos de volume, podemos considerar que se trata, como processo geral, de um movimento de forte contenção de dinheiro lado a lado com a produção e fora de circulação de mercadorias. A demora na reserva de dinheiro e, conseqüentemente, na nova compra do capital fixo revelam que essa é uma mercadoria de largo tempo de rotação social para quem a produz. Mas deixemos essa questão para adiante, quando falaremos do intercâmbio entre os setores de produção. Por enquanto, basta esta explicação. Podemos, agora, resgatar o que foi dito e apontar na direção precisa do nosso problema.

3.1.5 Circulação e crise

O primeiro elemento a considerar é que, com o desenvolvimento do Livro II de **O Capital**, torna-se explícito que “o capital, como valor que valoriza a si mesmo, não encerra apenas relações de classes, um caráter social determinado e que repousa sobre a existência do trabalho como trabalho assalariado” (MARX, 2014, p.184). Além disso, diz Marx, “ele é um movimento, um processo cíclico que percorre diferentes estágios e, por sua vez, encerra três formas distintas do processo cíclico” (MARX, 2014, p.184), a forma-dinheiro, a forma de capital produtivo e a forma-mercadoria⁴⁷. As determinações desse processo compreendido como ciclo periódico nos levou à análise das rotações do capital e seus condicionantes (o tempo de curso, de produção, as variações nos preços, as rotações do capital fixo etc.). Se

⁴⁷Como diz Marx, “o verdadeiro ciclo do capital industrial, em sua continuidade, não é apenas a unidade dos processo de circulação e produção, mas a unidade de todos os seus três ciclos” (MARX, 2014, p.182). Vejamos ainda quando diz: “A existência constante dessas três formas é mediada justamente pelo ciclo do capital total que percorre essas três fases” (MARX, 2014, p.183).

tomarmos algumas das questões centrais dispostas acima é possível concluir que:

- a) A necessidade de continuidade da produção em função da ocupação dos períodos de curso na rotação comprime a capacidade total de produção no tempo de rotação dado, tanto quanto for necessário para cobrir as lacunas deixadas pelo tempo de curso, até o consumo integral do capital fixo. Essa intensificação da produção, portanto, não tem nenhuma relação direta com a demanda pelo consumo, mas com a eficiência na aplicação do capital durante o tempo de seu funcionamento produtivo, considerando o tempo de curso e, enfim, seu tempo total de rotação;
- b) de outro lado, o constante encurtamento do período de curso resulta em liberação de capital que pode, em outro ponto da reprodução, constituir novo campo de produção em função da disponibilidade de capital monetário, sem isso ter um vínculo direto com alguma necessidade social de consumo posta previamente, mas com a mera disponibilidade e com o impulso natural do capital em se valorizar;
- c) para reproduzir o capital fixo se torna sempre necessário uma acumulação de capital monetário de grande volume, sendo praticada por todo capital individual. A rotação do capital fixo acaba oferecendo a base sobre a qual se operam as rotações do capital circulante na qual a reprodução se mostra como integração das três formas do capital;
- d) conforme a natureza do ramo de produção (ou do setor de produção) do capital e das condições de circulação que determinam seu tempo de circulação, podendo ele ser menor ou maior, ou conforme varia esse tempo total, varia a necessidade de adiantamento de capital na forma de capital-monetário para custear a produção, na medida em que aumenta o tempo a partir do qual os valores de capital começam a refluir às mãos do capitalista; e
- e) podemos presumir que, conforme se processam, sob constante pressão oriunda da forma capitalista mesma do processo, as variações na produtividade do trabalho, nos preços das mercadorias de todo tipo (seja meios de produção, seja do meios de subsistência), as mudanças na conjuntura do mercado que impactam na rotação

dos capitais, as variações na composição, na dimensão do exército de reserva etc., a continuidade do processo de reprodução capitalista eleva tanto o grau de acumulação – inclusive para se contar com reservas de dinheiros (fundo de reserva) necessário para arcar com as turbulências naturais desse tipo de desenvolvimento – quanto impõe, em função das mesmas questões, flutuações abruptas para o mercado monetário.

Como é sabido, o sentido de todo capital é autovalorizar-se mediante extração e realização de mais-valor que permita uma reprodução em escala ampliada. A crise do capital constitui a impossibilidade de realizar o fim em função do qual ele organiza todo o processo de produção e reprodução e, conforme ela se origina de suas leis imanes, é contradição imane ao capital, crise do capital. Entendido como ciclo periódico, a crise na circulação do capital significa, em primeiro lugar, a dificuldade de converter o capital nas formas sucessivas pelas quais ele tem de passar para dar vida à sua autovalorização (MARX, 2014; ANTUNES & BENOIT, 2008; GRESPAN, 2012). Como diz Marx,

O ciclo do capital só se desenrola normalmente enquanto suas distintas fases se sucedem sem interrupção. Se o capital estaciona na segunda fase D-M, o capital monetário se enrijece como tesouro; se estaciona na fase da produção, tem-se, de um lado, que os meios de produção restam desprovidos de qualquer função e, de outro, que a força de trabalho permanece ociosa; se estaciona na última fase M'-D', as mercadorias não vendidas e acumuladas bloqueiam o fluxo da circulação. (MARX, 2014, p.132)

A paralisação do capital significa a interrupção de seu movimento de transmutação por meio do qual ele realiza sua valorização como ciclo periódico. É preciso, portanto, que as condições de conversão sejam propícias: que se possa acumular capital monetário suficiente para convertê-lo em fatores de produção; é preciso disponibilidade desses fatores no mercado e condições favoráveis para o capital nessa troca; é preciso que a produção ocorra normalmente, sem interrupções de qualquer natureza, convertendo o valor de capital aumentado em mercadoria; é preciso que haja deslocamento da mercadoria aos locais de venda e compradores interessados nas mesmas, possuidores de dinheiro etc. E em virtude do que ficou demonstrado, embora seja fundamental, não basta que as mutações sejam realizadas, mas também é importante que as façam num tempo determinado. É preciso que o mínimo de tempo seja gasto em cada operação, pelo menos conforme o previsto. Muito tempo na forma dinheiro o capital não valoriza, muito tempo na forma produtiva significa improdutividade, muito tempo na forma-mercadoria significa dificuldade nas vendas, e no

regime de propriedade privada e de concorrência dele derivado esse tempo sempre conta na constituição de condições de vantagem para a reprodução futura, obrigando o capitalista individual a se submeter a essas leis ou sofrer pelo seu desrespeito.

Além disso, não só o cumprimento dos tempos estimados de rotação possibilitam a rotação mais adequada do capital e as vantagens que daí decorrem, mas essa própria forma de rotação se efetiva no sucesso das rotações das diversas partes do capital individual como um todo. Em virtude disso, a paralisação de determinada parte do valor de capital em uma forma determinada tende a atingir não somente sua circulação particular, mas o capital como um todo. Assim, “cada estancamento da sucessão provoca uma desorganização da justaposição; cada estancamento num estágio causa um estancamento maior ou menor em todo o ciclo, não apenas da parte do capital imobilizado, mas também do capital individual em sua totalidade”, diz Marx (2014, p.182).

Consideraremos, agora, o processo social de reprodução como movimento de múltiplos capitais individuais em operação nas condições acima dadas, que perfazem, como conjunto, um movimento cíclico, representado no ciclo industrial. Sabemos que a rotação do capital fixo é a base sobre a qual se realizam as múltiplas rotações do capital circulante, sendo que seu tempo total define o tempo de vida do próprio capital. Ao mesmo tempo, os capitais têm início de operações em períodos distintos e estão uns mais atrasados e outros mais adiantados do ponto de vista do consumo de determinada base técnica produtiva. Com a constante alteração na produtividade do trabalho, também os meios de produção perdem valor. Assim sendo, acontece com os capitais mais atrasados que, antes que o capital fixo seja repostado nas rotações sucessivas do capital circulante, o valor social dos meios de produção cai em função do emprego mais ou menos difundido, no ramo de produção em questão, de uma nova base técnica mais moderna, repercutindo em queda do preço dos produtos e prejudicando a reposição do valor do capital fixo e suas perspectivas de reprodução ampliada. Por sua vez, esse mesmo processo aparece do lado dos grandes capitais, que atuam há mais tempo que a média dos capitais desse ramo com essa base técnica revolucionada, que os lucros maximizados em função da diferença entre valor individual e valor social da mercadoria caem em função do equilíbrio atingido entre esses valores, isto é, pela difusão da base técnica modernizada no ramo em questão⁴⁸. Com a queda dos lucros, enquanto para os capitais menores a crise se apresenta como tendência de reprodução precária, os grandes capitais buscam já outra compra de maquinaria. Essa renovação da base técnica é

⁴⁸Ver MARX, 2013, pp.698-704.

condicionada não pela perda de valor de uso da maquinaria, mas pelo que Marx chamou de seu *desgaste moral*⁴⁹. Tendo isso em conta, vejamos o seguinte:

Os meios de trabalho são, em grande parte, constantemente revolucionados pelo progresso da indústria. Eles não são, por isso, substituídos em sua forma original, mas na forma revolucionada. Por um lado, a massa do capital fixo que é investido num determinada forma natural e tem de perdurar no seu interior durante um determinado tempo médio de vida constitui uma razão para a introdução gradual de novas máquinas etc. e, por conseguinte, um obstáculo à rápida introdução geral de meios de trabalho melhorados. Por outro lado, a luta concorrencial, especialmente quando se trata de revolucionamentos decisivos, força a substituição dos antigos meios de trabalho por novos antes que os primeiros tenham chegado ao término natural de sua vida. São principalmente as catástrofes, as crises que forcem tal renovação prematura dos equipamentos industriais em grande escala social. (MARX, 2014, p. 252-253)

Sabemos, no entanto, que cada revolucionamento da base técnica da produção representa para o capital, por um lado, uma elevação da massa de mercadorias produzidas de forma mais ou menos independente da capacidade de consumo do mercado e, por outro lado, uma elevação da composição do capital em função da qual o montante de investimento sobe bastante e pende para o lado do capital constante, que representa um valor percentual cada vez maior do investimento total, isso ao mesmo tempo em que a redução proporcional de capital variável tende a tornar a massa de mais-valor maior porém, em relação ao total de investimento, menos expressiva. Se a renovação antecipada da base técnica proporciona aos grandes capitais uma vantagem na concorrência, conforme já explicitado, oferece também essas problemáticas relativas à lucratividade. Em função disso, os grandes capitais podem suspender suas operações em busca de melhores condições de valorização, e daí que para os grandes capitais as crises podem representar mera suspensão do capital produtivo já bastante consumido e reserva na forma de capital produtivo potencial, na busca de condições ainda melhores de reprodução. Vejamos o que diz Marx na seguinte passagem:

⁴⁹O desgaste moral representa a depreciação do valor do capital fixo em função da emergência no mercado de uma maquinaria mais moderna, ainda que seu desgaste mecânico seja limitado e ela teria condições operacionais de utilidade por mais alguns anos. Sobre isso, lê-se numa passagem do Livro II o seguinte: “...na mesma medida em que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, desenvolvem-se o volume de valor e a duração de vida do capital fixo empregado, também a vida da indústria e do capital industrial se desenvolve, em cada investimento especial, até abarcar um período maior, digamos, em média, de dez anos. *Se, por um lado, o desenvolvimento do capital fixo prolonga essa vida, esta é, por outro lado, encurtada pelo revolucionamento constante dos meios de produção, que também aumenta constantemente à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista. Com esse desenvolvimento, portanto, também aumentam a mudança dos meios de produção e a necessidade de sua constante reposição em consequência de seu desgaste moral, muito antes que estejam esgotados fisicamente.* Pode-se supor que hoje, nos ramos mais decisivos da indústria, esse ciclo de vida seja, em média, de dez anos” (MARX, 2014, p.269, grifos nossos). Ver também MARX, 2013, p.477.

Se a segunda metamorfose D-M[, isto é, uma segunda compra de fatores de produção,] se choca com obstáculos (por exemplo, se faltam no mercado os meios de produção), o ciclo, o fluxo do processo de reprodução é interrompido, do mesmo modo como ocorreria se o capital fosse imobilizado na forma do capital-mercadoria. *Mas a diferença, em primeiro lugar, é que na forma-dinheiro ele pode se fixar por mais tempo que em sua perecível forma-mercadoria anterior. (...) Em segundo lugar, na forma-dinheiro ele pode assumir, em vez de sua original forma original de capital produtivo, outra forma, ao passo que, como M' ele não sai do lugar.* (2014, p.153, grifos nossos)

Ao suspenderem suas atividades, os grandes capitais reduzem a massa de capital variável em circulação e suspendem as compras de meios de produção, afetando o nível do consumo individual das classes e de meios de produção, comprometendo a realização dos capitais atrasados e sua capacidade de resolver suas dívidas, contraídas no período de prosperidade. Todo o processo, do ponto de vista social, é marcado por turbulências que afetam a dinâmica da reprodução. As problemáticas da superprodução e da composição do capital, para serem enfrentadas, imprimem uma “pausa” ou desaceleração mais ou menos demorada para que certas condições da produção (valor dos salários, por exemplo) melhorem para o capital e certo espaço de circulação de mercadorias seja reaberto.

É nesse sentido que a crise pode ter um sentido negativo e positivo para o capital, pois se é dificuldade de realizar o valor, é crise em sentido negativo, mas se é imanente ao capital e somente através dela as condições de valorização podem ser retomadas, ela deve ser, em certo nível, vantajosa. Para a classe trabalhadora, por sua vez, se a acumulação capitalista é, em seus períodos “normais”, fundada na exploração do trabalho, e considerando tudo o que daí deriva, nos períodos de crise o crescimento do desemprego produz a queda dos salários e de todo valor que aparecia ao lado do trabalhador (auxílios, benefícios etc.), maximizando a exploração e imprimindo condições ainda mais duras de miséria social. Em contrapartida, tende-se, nos períodos de crise, a aumentar a revolta dos trabalhadores diante da injustiça social e das contradições do capital. Todo final de ciclo industrial tende a apontar, por isso, para o acirramento das lutas de classes.

Voltaremos a desenvolver essas questões quando tratarmos com maior detalhe do ciclo industrial. Aqui elas são importantes na medida em que ajudam a situar cada elemento já posto no processo de circulação no quadro da reprodução do capital e suas crises, ainda que de forma introdutória e incompleta. Além disso, vale a antecipação desses elementos porquanto o próximo subcapítulo se refere a uma nova dimensão do processo de circulação.

Até aqui o processo de circulação do capital se alargou na medida em que deixou de representar somente as operações de compra e venda e passou a representar também o processo geral de rotação do valor de capital. Mais à frente, esse conceito volta a se modificar e a se ampliar. É o que precisamos ver agora.

3.2 Relações entre os setores de produção

Dissemos que Marx, ao tomar a circulação como momentos de troca e depois como ciclo periódico de rotação dos capitais, amplia o conceito de circulação. Por sua vez, na última seção do Livro II, a seção III, cujo título é “A reprodução e a circulação do capital social total”, o conceito de circulação volta a se ampliar, incluindo o intercâmbio interno entre capitais de distintos tipos, conforme o setor de produção em que atua. Em outras palavras, a circulação de que se trata aí já é intercâmbio intersetorial. Marx, ao incluir a questão da divisão, distribuição e conexão entre os setores de produção, desenvolveu novas determinações para o processo de produção e reprodução do capital. Ele justifica esse passo da seguinte maneira:

Na primeira seção do Livro II, consideramos as diversas formas que o capital assume em seu ciclo e as diversas formas desse próprio ciclo. Ao tempo de trabalho analisado no Livro I acrescenta-se agora o tempo de circulação.

Na segunda seção, consideramos o ciclo em sua periodicidade, isto é, como rotação. (...)

Porém, tanto na primeira quanto na segunda seção trata-se de um capital individual, do movimento de uma parte autonomizada do capital social.

Mas os ciclos dos capitais individuais se entrelaçam, pressupõem e condicionam uns aos outros, constituindo, precisamente nesse entrelaçamento, o movimento do capital social total. (MARX, 2014, p.450-1)

3.2.1 Circulação do capital social: intercâmbio e proporção intersetorial

Essa é a última problemática fundamental na análise das condições de crise do capital no Livro II, e corresponde à seção III da obra. Nesse momento Marx vai demonstrar como se dá o processo de circulação monetária e de mercadorias no intercâmbio entre as classes sociais que atuam em diferentes setores, ou seja, como o adiantamento de capital (investimento em capital produtivo) e o gasto pessoal das classes dos diferentes setores da

produção (seu consumo) se interconectam e permitem, na circulação do dinheiro e de mercadorias, as conversões de forma do capital, a realização do mais-valor contido nas mercadorias e a reprodução das próprias classes de capitalistas e trabalhadores enquanto tais (cf. MARX, 2014, p.520-25). Isso significa que os diferentes tipos de mercadorias, na medida em que servem a finalidades específicas, entram de forma distinta no consumo social e sua troca movimenta valor para direções distintas, mas articuladas no todo. Nas palavras de Marx (2014, p.496),

A questão que a nós se apresenta diretamente é: como se repõe, segundo seu valor [e segundo sua forma natural]⁵⁰ e a partir do produto anual, o capital consumido na produção, e como o movimento dessa reposição se entrelaça com o consumo que os capitalistas e os trabalhadores efetuam, respectivamente, do mais-valor e do salário?

Para responder a essa questão, Marx parte da divisão entre os setores da produção social, o setor de produção de meios de consumo e o setor de produção de meios de produção, em seguida define a estrutura do intercâmbio segundo esquemas de reprodução social e permite, assim, que avaliemos as possibilidades e tendências de crise, conforme esse intercâmbio social se realiza sob a forma capitalista de produção e reprodução.

3.2.2 Condições de proporcionalidade e reprodução capitalista

Conforme Marx, os dois grandes setores da produção social são: o setor de produção de meios de produção (I) e o setor de produção de artigos de consumo (II), sendo que este último, por sua vez, se divide entre os subsetores de produção de artigos necessário (*a*) e de artigos de luxo (*b*). O setor de produção de meios de consumo produz mercadorias adquiridas pelas classes sociais no seu consumo pessoal, fornecendo elementos materiais (e espirituais) essenciais e artigos “supérfluos” à reprodução da vida dos indivíduos que as compõem (cf. Seção III, Cap.20, Item II. In: MARX, 2014). Mas enquanto o subsetor de produção de artigos de consumo necessários (*IIa*) produz artigos necessários à sobrevivência e reprodução de todos os indivíduos (capitalistas e trabalhadores de I e de II), no subsetor *IIb*, de produção de artigos de luxo, trata-se de artigos superfluos, que entram no consumo pessoal apenas das classes de capitalistas (de I e de II). O setor de produção de meios de produção produz materiais auxiliares, matéria-prima, produtos semielaborados, ferramentas, motores, máquinas

⁵⁰ Acrescentamos aqui esse trecho presente no manuscrito e retirado por Engels na edição final, conforme repõe a edição brasileira de 2014, da Boitempo Editorial (ver MARX, 2014).

etc. com os quais os diversos capitais (dos setores I e II) alimentam seu consumo produtivo a partir de fatores de produção que assumem a forma valor de capital constante.

Torna-se necessário observar as coisas do ponto de vista do intercâmbio geral para se esquematizar a questão. Trata-se, em suma, de reconstituir os conhecidos “esquemas de reprodução de Marx”, em função dos quais vários debates e polêmica surgiram no marxismo a respeito da teoria da crise. Sabemos que capitalistas e trabalhadores dos setores I e II são compradores de II, embora o sejam de forma distinta, já que trabalhadores gastam seu salário em *IIa*, não tendo acesso a bens de luxo, enquanto capitalistas, além de consumirem artigos necessários (são, portanto, compradores de *IIa*), ainda gastam uma parcela do mais-valor como renda pessoal também em artigos de luxo (*IIb*). Mas capitalistas dos setores I e II são ambos compradores de meios de produção, com os quais constituem e renovam periodicamente seu capital produtivo, isto é, I e II são compradores de I (cf. Seção III, Cap.20. Item II; In: MARX, 2014).

Dados os motivos essenciais da produção capitalista, o intercâmbio entre as classes sociais e os setores e subsetores da produção social tem de se constituir em instância de realização mútua dos capitais. Conforme cada setor, subsetor e ramo particular de produção produz mercadorias distintas e necessárias aos indivíduos e capitais no interior da sociedade burguesa, o intercâmbio entre mercadorias tem de fazer movimentar o valor de capital investido nas diversas áreas para concluir o processo de valorização que parte de múltiplos pontos. Esse intercâmbio geral é condição do processo mesmo de reprodução ampliada dos capitais e das classes sociais desde os diversos ramos econômicos, produtores de mercadorias de diversos tipos, e é, em parte fundamental, mediado pela circulação monetária.

Até aqui, as condições de realização do capital diziam unicamente respeito à venda em geral, mas na medida em que essa venda está conectada na distribuição geral dos capitais nos setores da produção, é preciso que haja uma adequação na relação estabelecida pelas vendas no quadro da conexão entre os setores. Enquanto o setor I precisa abastecer o setor II, esse fornece os meios imediatos de reprodução das classes sociais, mas isso tudo sempre em proporções determinadas não só pela necessidade imediata de cada classe ou capital, mas pela necessidade de ampliação continuada da produção. Dessa forma, é preciso que haja alguma forma de proporcionalidade entre o volume e o tempo de produção dos dois grandes setores e seus subsetores, bem como entre o volume de produção e as condições de troca de classes e capitais.

Para analisar as condições dessa proporcionalidade, Marx parte da análise de um

regime de reprodução simples, em que tanto excesso (superprodução) quanto falta (escassez) de mercadorias tem de ser descartados para se atingir o objetivo da reprodução em escala estacionária, onde tudo o que é produzido anualmente é anualmente realizado (cf. Seção III, Cap.20, Item III. In: MARX, 2014). Nesse regime o mais-valor é sempre gasto inteiramente como renda, não podendo haver acumulação. Aqui Marx abstrai a reprodução do capital fixo (pelo menos inicialmente), a formação de fundos de reserva, o crédito e a variação de preços. Sabendo que a produção anual de cada setor se divide proporcionalmente em $c + v + m$, ou seja, capital constante, variável e mais-valor, as condições para se obter esse resultado, segundo a análise de Marx (cf. Seção III, Cap.20, Itens III e IV. In: MARX, 2014), são as seguintes:

- a) é preciso que, do valor-produto anual do setor de produção de meios de produção, aquela parcela referente ao valor criado, ou seja, aquele que repõe o capital variável e representa o mais-valor e exclui o valor meramente transferido, seja equivalente ao valor correspondente ao capital constante consumido pelo setor II, o setor de produção de artigos de consumo. Na representação de Marx: $I(v+m) = IIc$ (MARX, 2014, p.502);
- b) O restante Ic é trocado no interior da própria classe I, ou seja, o restante dos meios de produção que são produtos do setor I ficam, assim, equivalentes à necessidade de reposição dos meios de produção desse mesmo setor (cf. MARX, 2014, p.526);
- c) Em termos materiais, isso significa que é preciso que o volume da produção de meios de produção (I) reponha não somente o próprio capital constante consumido produtivamente no interior de seu setor (Ic), mas que o capital variável e o mais-produto oriundos do trabalho empregado nele ($Iv+m$) seja equivalente à necessidade de reposição de capital constante (c) consumido produtivamente no setor II (cf. MARX, 2014, p.506-512).

Deve haver, portanto, proporcionalidade e equilíbrio entre os setores, de forma que, na reprodução simples, o intercâmbio e a necessidade regulam o volume da produção e da oferta no mercado dos distintos tipos de mercadorias. Tudo deriva do fato de não poder haver excesso ou falta para o consumo individual e produtivo, bem como de não haver acumulação. Assim sendo, toda a produção anual de meios de produção deve ser estritamente suficiente

para constituir no ano seguinte uma produção social de mesma escala, para ambos os setores, enquanto a produção anual de meios de consumo deve ser o suficiente para repor o mesmo número de capitalistas e trabalhadores ativos, já que Marx, neste momento da exposição, cujo objetivo é definir as condições de proporcionalidade, está pressupondo um regime de reprodução simples.

Agora, se considerarmos o intercâmbio entre os subsetores de II, temos, de acordo com Marx (cf. Seção III, Cap.20, Item IV. In: MARX, 2014), o seguinte. Dado que, para o capitalista do setor de produção de meios de consumo necessários (IIa) o capital variável tende inteiramente a retornar das mãos dos trabalhadores para esses mesmos capitalistas, já que esses trabalhadores não consomem artigos de luxo e gastam seu salário em artigos necessários, a reprodução do capital variável se dá como que diretamente, sem desvios no percurso (cf. MARX, 2014, pp.506-7). Pois

- a) Trabalhadores de IIa são unicamente compradores de IIa, gastam nele mesmo todo o seu salário, fazendo esse valor refluir diretamente de dentro do próprio setor;
- b) já o capital variável aplicado na produção de artigos de luxo (IIb), ou seja, aquele que paga os salários dos trabalhadores de IIb, também circula para o setor de produção de artigos necessários (IIa), realizando parte do mais-valor m do capitalista IIa;
- c) e somente quando o capitalista IIa gasta seu mais-valor como renda e na proporção em que esse gasto se divide entre bens necessários (IIa) e de luxo (IIb) é que o valor retorna ao capitalista IIb, perfazendo, portanto, um ciclo desviante e condicionado por essa distribuição⁵¹;

⁵¹ Pode-se atestar a correspondência dessa problemática com o texto de Marx consultando, por exemplo, a seguinte passagem: “Tais capitalistas[, isto é, capitalistas do setor IIa,] vendem esses meios a seus próprios trabalhadores pelo montante do capital variável pago a estes últimos em salários. Esse refluxo é *direto* no que diz respeito a todo esse subsetor *a* da classe capitalista II, por numerosas que sejam as transações entre os capitalistas dos diferentes ramos industriais envolvidos, por meio das quais esse capital variável refluyente é distribuído *pro rata*. (...) mas é diferente o que ocorre com o subsetor IIb. A parte integral do produto de valor com a qual aqui temos de lidar, IIb ($v + m$), existe sob a forma natural de artigos de luxo, isto é, artigos que a classe trabalhadora tem tão pouca possibilidade de comprar quanto o valor-mercadoria Iv, que existe sob a forma de meios de produção, ainda que esses artigos de luxo, como aqueles meios de produção, sejam produtos desses trabalhadores. O refluxo por meio do qual o capital variável adiantado nesse setor retorna aos produtores capitalistas em sua forma-dinheiro não pode, portanto, ser direto, mas tem que ser mediado, de modo análogo ao caso de Iv”(MARX, 2014, p.507, grifos do autor).

- d) pensando no intercâmbio das partes do produto anual entre os setores *IIa* e *IIb*, teríamos que o capital variável de *IIa* (representa-se, aqui: *IIav*) circula dentro do próprio setor de onde se origina, digamos, realizando a si mesmo;
- e) o mais-valor a que corresponde o restante de *IIa* (representa-se: *IIam*) tem de ser realizado no intercâmbio dessa parcela do produto com os próprios capitalistas de *IIa* (na parte em que se destina à compra de artigos necessários) e com os trabalhadores de *IIb*, isto é, com *IIbv*;
- f) mas é preciso que *IIbv* seja menor que *IIam*, pois enquanto *IIam* se divide entre compra de meios necessários (realizando parte de *IIam*) e compra de artigos de luxo (realizando *IIbv*), se trabalhadores de *IIb* gastassem seus salários e consumissem toda a produção de *IIa* restante, capitalistas de *IIa* não teriam como realizar parte do próprio mais-valor e ficariam sem produtos no montante correspondente à sua parcela de meios necessários;
- g) o consumo de artigos de luxo por capitalistas de *II* tem de resolver a totalidade da produção anual de artigos de luxo, mas a parte de valor de *IIa* relativa ao consumo de artigos de luxo é a parte de valor que os trabalhadores de *IIbv* realizaram na compra de meios de consumo necessários e que, agora, esses capitalistas *IIa* gastam em artigos de luxo;
- h) resta, então, realizar *IIbm*, que tem de circular dentro do próprio setor, circulando de forma direta. Isto é, os diferentes capitalistas de *IIb*, na medida em que gastam com artigos de luxo seus e de outros capitalistas de *IIb*, realizam o mais-valor de seu próprio subsetor.

Toda essa combinação de condições requer um planejamento de cada setor em função do todo e uma regulação do importe de valor gasto nas distintas subáreas, para haver equilíbrio entre oferta e demanda na troca, realizando a reprodução em escala simples. Tal como na sociedade burguesa todo valor de capital circula socialmente na forma de produto-mercadoria, sendo a troca realizada entre equivalentes, e a produção se divide em setores distintos, os valores totais correspondentes à produção anual dos setores de produção circulam

na forma particular de mercadoria que serve a um tipo ou outro de consumo, ou ao consumo individual ou ao consumo produtivo, mas sempre regulado pelo valor social. Enquanto a produção de I representa material de reposição da produção social total, a produção de II repõe salários e realiza o mais-valor de ambos os setores (I e II), isto é, repõe as classes e realiza o excedente⁵². Apesar de ser *incompatível* com a forma capitalista, a manutenção desse regime em equilíbrio parece, até aqui, como algo, pelo menos abstratamente, possível.

Mas até esse ponto da argumentação, Marx (cf. Cap.20, Item XI. In: MARX, 2014, especialmente p.562) propositadamente desconsiderou que a forma de reprodução do capital fixo envolve um tipo de reserva de dinheiro que impõe a não-troca imediata de valor de capital por mercadoria do outro setor (que produz capital fixo, no caso, parte da produção do setor I), uma reserva gradual que só precisa se converter em novo capital fixo quando atingir o tempo e o volume adequados. Entre uma troca e outra requer-se um tempo, digamos, de 10 anos, em que o dinheiro circula só para um lado, até atingir o ponto em que reverte de lado mediante uma nova troca. O problema é que a compra que II realiza de mercadorias de I também é fundamental para II na medida em que I se apoderará desse valor e tornar-se-á, com ele, comprador de II. Portanto, se II reserva parte desse valor sem trocá-lo com I, como I poderia reconvertê-lo em seguida em mercadorias de II? “Uma determinada quantidade de mercadorias II (...) é aqui apenas um veículo desse valor correspondente ao desgaste, valor que tem que ser precipitado em dinheiro por meio do intercâmbio”, diz Marx (2014, p.565). Ter-se-ia um subconsumo de I para com II, em função do bloqueio da circulação de dinheiro de I e, em decorrência disso, superprodução em II. A reprodução simples estaria comprometida e teríamos crise de produção (cf. MARX, 2014, p.573).

Como Marx explica (cf. MARX, 2014, p.564-5), esse aparente paradoxo pode ser desfeito. Considerando que os capitais individuais do setor II renovam seu capital fixo em períodos distintos e, portanto, enquanto uns somente renovam *in natura* seu capital constante circulante ou líquido, outra parte do setor II tem de renovar *in natura* seu capital fixo. Com esse intercâmbio diferencial, I reembolsa o valor e em seguida o gasta em meios de consumo de II, fazendo refluir o valor de forma diferente entre os setores de II (conforme se situam

⁵² “Socialmente considerada, a parte da jornada de trabalho social que cria meios de produção [I] e, assim, lhes adiciona novo valor [$Iv+m$], bem como lhes transfere o valor dos meios de produção consumidos para produzi-los [Ic], não produz senão novo *capital constante* destinado a repor o capital constante que, tanto em I como em II, é consumido sob a forma dos velhos meios de produção. Ela cria apenas produto destinado a integrar o consumo produtivo. (...) Por outro lado, a parte da jornada de trabalho social que produz meios de consumo [II] não produz nenhuma parcela do capital social de reposição. Produz apenas produtos destinados, em sua forma natural, a realizar o valor do capital variável [v] e do mais-valor [m] em I e em II” (MARX, 2014, p.537, grifo do autor).

entre os que estão renovando um ou outro elemento do capital constante). Isso quer dizer que os diferentes capitais do setor II alternam entre compra de capital fixo e entesouramento a alocação do seu valor referente à reposição capital constante fixo (MARX, 2014, p.560), o qual participa da realização de m do setor I. Nos termos dados da reprodução simples, a condição para essa conversão é que a parte de II que renovou *in natura* seu capital fixo seja simétrica ao desgaste do componente fixo da outra parcela de capitais do mesmo setor II, que circula na mercadoria vendida e é reservado como capital produtivo potencial (MARX, 2014, p.569). Em suma, mais uma condição para a realização da reprodução simples, nesses termos, é que, no intercâmbio entre I_{v+m} e II_c , os distintos capitais individuais de II mantenham proporcionalidade e simetria entre as operações de reprodução do capital fixo durante o ano, comprando capital fixo na mesma proporção que se reserva capital produtivo potencial na forma de capital monetário, para compra futura. Temos, até aqui, condições de proporcionalidade, ainda que exijam um controle social do processo em função do objetivo de reproduzir-se em escala estacionária.

Em seguida, Marx (cf. Id., 2014, p.369-71) coloca a seguinte questão: o que acontece com as alterações, durante os anos, da necessidade de reposição de capital fixo? Nesse caso, altera-se, na mesma proporção, a reposição de capital constante circulante. Supondo que cresça a necessidade de reposição de capital fixo, então, decresceria a do circulante. Isso, no entanto, comprometeria a manutenção da produtividade, pois com menos recursos materiais seria impossível produzir a mesma massa de mercadorias. “Se uma parte maior do capital-mercadoria I consiste de elementos do capital fixo de II_c , uma parte tanto menor será formada de componentes circulantes de II_c , porquanto a produtividade total de I para II_c se conserva inalterada” (MARX, 2014, p.572), mas como a produtividade de II também não pode se alterar, segundo o pressuposto da reprodução simples, “como isso é possível, dado o decréscimo de suas matérias-primas, produtos semifabricados, materiais auxiliares (isto é, os elementos circulantes do capital constante II)?” (Id., Ibid., p.572). Se, ao contrário, decresce a compra de capital fixo e cresce o entesouramento de valor, é maior a quantidade de valor que passa a não circular de II para I, o que incapacita I a intercambiá-lo normalmente com meios de consumo de II, afetando a reprodução de II. É mais dinheiro que não medeia a troca de mercadorias (Id., Ibid., p.572). Crescendo ou decrescendo a necessidade de reposição *in natura* da parte fixa do capital constante, sob o pressuposto da reprodução simples, se incorreria em *crise de produção* (Id., Ibid., p.572-3). Em suma, no intercâmbio entre setores, conclui Marx, a reprodução simples não se sustenta tão logo se considere as variações

necessárias no grau de reposição de capital fixo⁵³.

No pressuposto até aqui considerado do intercâmbio intersetorial no quadro de uma reprodução simples, o consumo é que referencia a produção, ele é seu fim, porquanto não há produção de mais-valor para fins de acumulação. No modo capitalista de produção, a reprodução simples é uma parte necessária da reprodução enquanto não pode haver nem escassez, nem superprodução. Mas ela não basta, é preciso ampliar os investimentos realizando uma reprodução ampliada. Daqui em diante, o consumo está em segundo plano, o fundamental é acumular. Entretanto, seja como for, o intercâmbio entre os setores têm de se constituir como instância de realização mútua entre os capitais e, dessa forma, certas condições de proporcionalidade tem de ser sempre buscadas, na medida em que superprodução e escassez representam prejuízos para o capitalista, ainda que a escala de sua reprodução não seja estacionária, mas ampliada (cf. Seção III, Cap.21. In: MARX, 2014, pp.595-632).

Nesse caso, isto é, num regime de reprodução ampliada, ter-se-ia, segundo Marx, as seguintes determinações. Em primeiro lugar, a ampliação dos investimentos pressupõe aplicação de mais-valor em capital adicional, constante e variável. Dessa forma, o mais-valor tem de ser superior ao simples gasto dos capitalistas como renda pessoal para sua reprodução e maior o suficiente para se distribuir entre capital constante e variável em volume razoável e necessário. Para sustentar esse crescimento é preciso que a produtividade de I cresça o suficiente para abastecer não só a reposição normal, mas também o volume de crescimento de produtividade dos dois setores (I e II): isto é, para que se produza mais é preciso maior volume de meios de produção, em proporções congruentes, para a ampliação do capital constante aplicado. Enquanto a produção de I representa material de reposição da produção social total e a produção de II repõe salários e realiza o mais-valor de ambos os setores (I e II), também é preciso haver condições de equilíbrio para evitar crise de produção.

⁵³ “Se no caso da reprodução simples, e mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias (...), não se pressupusesse uma proporção constante entre o capital fixo que se extingue (...) e o que continua a operar em sua velha forma natural (...), o resultado seria que, num caso, manter-se-ia igual a massa dos componentes circulantes que devem ser reproduzidos, mas teria crescido a massa dos componentes fixos que carecem de reprodução; seria necessário, pois, um crescimento da produção total de I, ou, do contrário, haveria, mesmo abstraindo das condições monetárias, um *déficit* da reprodução. No outro caso: se diminuísse a grandeza proporcional do capital fixo II que deve ser reproduzido *in natura* e, portanto, aumentasse na mesma proporção o componente do capital fixo II que deve ser repostado em dinheiro, teríamos que a massa dos componentes circulantes do capital constante II – reproduzidos por I – permaneceria inalterada, porém diminuiria a dos componentes fixos necessários à reprodução. Assim, o resultado seria ou a diminuição da produção total I ou um excedente (tal como antes havia um *déficit*), e um excedente inconversível em dinheiro” (MARX, 2014, p.573, grifos do autor).

Tornar-se-ia necessário, para evitar as crises, que as variações na necessidade de reposição de capital fixo pudessem conviver com uma produção excedente administrável ao longo dos anos na forma de estoque da sociedade, sem que isso representasse problemas para a própria produção⁵⁴. Na medida em que a produção é capitalista, entretanto, essa superprodução afeta a rotação dos capitais do setor, exige capital adicional para bancar a produção futura e compromete os pagamentos de empréstimos realizados, afetando sua lucratividade e sua reprodução, recaindo em crises.

Ao se considerar o mais-valor, não se pode pressupô-lo fora do contexto da própria natureza privada da produção capitalista de mercadorias de onde se origina. A mesma imprime, como temos visto, segundo Marx, um perfil anárquico ao controle da produção social. Qualquer equilíbrio entre os setores pressuporia uma regulação do capital que submeteria os capitalistas ao controle e à distribuição racional da força de trabalho nos diversos setores e ramos da produção, o que é incompatível com a própria forma capitalista da produção. Aqui o entendimento social se dá, nas palavras de Marx, somente *post festum*, sendo as decisões concernentes à reprodução condicionadas pela concorrência e sem planejamento em função das necessidades e condições de realização social⁵⁵. Além disso,

⁵⁴ “Uma vez suprimida a forma capitalista da reprodução, a questão se reduz ao fato de que a grandeza da parte já morta do capital fixo, a qual é preciso, portanto, repor *in natura* (nesse caso, a parte que opera na produção dos meios de consumo), varia de um ano para o outro. Se é muito grande num ano (se excede a mortalidade média, como no caso dos homens), no ano seguinte ela é, decerto, ainda menor. Mantendo-se constantes as demais circunstâncias, a massa necessária de matérias-primas, produtos semielaborados e materiais auxiliares para a reprodução anual de meios de consumo não diminui; a produção total de meios de produção terá, pois, de aumentar num caso, decrescer no outro. Isso só pode ser remediado por uma contínua superprodução relativa: de um lado, certa quantidade de capital fixo, da qual se produza mais do que o imediatamente necessário; de outro, e principalmente, um estoque de matérias-primas etc. que exceda as necessidades anuais imediatas (isso vale particularmente para o caso dos meios de subsistência). Esse tipo de superprodução é igual ao controle da sociedade sobre os meios objetivos de sua própria reprodução. No âmbito da sociedade capitalista, no entanto, ele é um elemento anárquico” (MARX, 2014, p.573-4, grifos do autor).

⁵⁵ O alemão Rudolf Hilferding (1877-1941), membro da social-democracia alemã e destacado quadro intelectual daquela tendência socialista, no seu **O Capital Financeiro**, atesta, na sua interpretação de **O Capital**, as complicações do caráter anárquico da produção para a questão da reprodução social, tendo em conta as relações intersetoriais. Para compreender a relação entre capital financeiro e crises na atualidade veja Iturbe (2009). Segundo Hilferding, “o cumprimento dessa proporção [necessária entre os setores] é constantemente perturbado, devido à anarquia da sociedade capitalista” (HILFERDING, 1985, p.237). Além disso, cabe observar que provavelmente cabe a Hilferding a apreciação do tema da desproporção intersetorial com maior importância para a teoria da crise econômica no interior do marxismo. Em **O Capital Financeiro**, escrito na primeira década do século XX, Hilferding, partindo de **O Capital** de Marx e buscando “atualizá-lo”, analisou os novos fenômenos do capitalismo moderno, como o desenvolvimento do crédito e o papel dos bancos, os cartéis e os trustes, as crises e o imperialismo (Cf. BOTTOMORE, T. *Introdução à Edição Inglesa de 1981*. In: HILFERDING, 1985). No que diz respeito ao problema das crises, Hilferding dava centralidade à questão da tendência à desproporcionalidade entre os setores da produção social no regime capitalista. Para Hilferding, a periódica e problemática desproporcionalidade era expressão da anarquia social da produção no âmbito da circulação do capital social. A análise de Hilferding parte de pressuposto de que são “os preços que regulam a produção capitalista” (Id. *Ibid.*, p.245). Assim sendo, as perturbações na proporcionalidade da produção social devem ser explicadas pelas perturbações na formação dos preços. Da análise do ciclo

como as operações de troca entre os setores são distanciadas por um longo período, e dado que, por um lado, as trocas capitalistas têm de ser efetuadas por importes de valor equivalentes ao valor da mercadoria, enquanto, por outro lado, a própria forma capitalista da reprodução impõem problemáticas e frequentes flutuações nos preços, é muito provável que o importe de valor que medeia as trocas, com o passar dos anos, seja incapaz de repor, pelo valor movimentado, a massa material de produtos de que se necessita e o importe de valor adiantado para isso⁵⁶. Dessa forma, a tendência de se apresentar desequilíbrios e turbulências na reprodução em função da desproporção entre oferta e demanda e em virtude das variações de preço dos tipos específicos de mercadorias, conforme alimentam o consumo produtivo ou individual e tem de repor-se mutuamente, é não só bastante considerável, mas tendencial⁵⁷.

industrial, Hilferding indica e conclui o seguinte: "...enquanto, com o aumento da composição orgânica aumentam as causas que a longo prazo geram necessariamente uma queda da taxa de lucro, sobrevém em princípio, exatamente nesses setores, uma alta dos preços mais forte do que em outros ramos da produção durante a boa conjuntura, em consequência das variações registradas nas relações competitivas e na modificação da relação oferta/procura, visto que a oferta cresce mais lentamente que a procura. O lucro não só diminui, mas a mudança da composição orgânica é, em princípio, acompanhada pelos preços e lucros crescentes. Na verdade, de modo geral os preços terão a tendência a subir tanto mais quanto mais elevado for o desenvolvimento da composição orgânica. O capital, contudo, aflui nos setores de lucro mais alto. Por isso, será desviado desses setores sobretudo o capital destinado à acumulação, e esse desvio durará até que sejam concretizados novos investimentos e se faça sentir, mais fortemente, a concorrência das novas empresas. Existe assim a tendência ao investimento e acumulação excessivos de capital nos setores de composição orgânica superior em comparação com a composição inferior. Uma desproporção que aparece quando os produtos dos primeiros setores alcançam o mercado" (Id., Ibid., p.249-250). Hilferding argumentará posteriormente, na mesma obra, que os cartéis resultantes da centralização do capital não anulam as crises ou seus efeitos, mas assumem a capacidade de descarregar os efeitos das crises sobre as indústrias não-cartelizadas (Id., Ibid., p.279).

⁵⁶ Diz Marx: "...o verdadeiro equilíbrio, no que diz respeito ao próprio intercâmbio de mercadorias, ao intercâmbio entre as diversas partes do produto anual, depende do importe igual de valor das mercadorias reciprocamente intercambiadas. / Porém, quando ocorrem apenas intercâmbios unilaterais, uma série de meras compras de um lado, uma série de meras vendas de outro (...), o equilíbrio só existe no caso de o importe de valor das compras unilaterais coincidir com o importe de valor das vendas unilaterais. O fato de a produção de mercadorias ser a forma geral da produção capitalista implica já o papel que o dinheiro desempenha nesta última, não só como meio de circulação, mas como capital monetário, e gera certas condições do intercâmbio normal – ou seja, do transcurso normal da reprodução – que são peculiares a esse modo de produção, seja em escala simples ou ampliada, condições estas que se convertem em outras tantas condições do transcurso anormal, em possibilidades de crises, já que o próprio equilíbrio, dada a configuração natural-espontânea dessa produção, é algo acidental" (MARX, 2014, p.602). Além disso, vejamos o seguinte: "A oferta contínua da força de trabalho pela classe trabalhadora em I, a reconversão de uma parte do capital-mercadoria I em formadinho do capital variável, a reposição de uma parte do capital-mercadoria II pelos elementos naturais do capital constante IIc: todos esses pressupostos necessários se condicionam mutuamente, mas são mediados por um processo muito complicado, que inclui três processos de circulação, independentes entre si, porém entrelaçados. A própria complexidade do processo oferece outras tantas ocasiões para um transcurso anormal" (Id., Ibid., p.602).

⁵⁷ É interessante observar também como a crise afeta essa relação intersetorial, o consumo de cada tipo de mercadoria. Sobre isso, vejamos o que Marx afirma em: "Toda crise reduz momentaneamente o consumo de artigos de luxo; retarda, protela a conversão do (IIb)v em capital monetário, só a tolera parcialmente e, com isso, põe na rua uma parte dos trabalhadores da indústria de artigos de luxo, ao mesmo tempo que, precisamente por isso, dificulta e restringe a venda dos meios de consumo necessários. E isso sem mencionar os trabalhadores improdutivos simultaneamente dispensados, trabalhadores que, em troca de seu serviço,

3.3 Conclusões parciais

Após identificarmos as origens fundamentais da crise nas tendências capitalistas à superprodução e à queda da taxa de lucro em função da elevação da composição do capital, observamos que as determinações da circulação do capital devem acentuar essas tendências. Isso se mostra na medida em que essas determinações elevam a produtividade em virtude meramente de exigências da máxima autovalorização do capital, sem se importar com as demandas reais de consumo e com as condições sociais de intercâmbio, ou quando as mudanças na reestruturação do capital fixo que provocam a queda da rentabilidade do capital são aceleradas ainda mais na concorrência, considerando as novas determinações. As questões levantadas atuam como elementos que agravam o aspecto caótico de todo o movimento periódico do ciclo industrial, como as variações nos preços, a concentração monetária, a própria complexidade das operações de circulação das partes de valor em rotação combinada e interdependente ou as variações do mercado monetário. Além disso, tornou-se explícito um novo campo onde as contradições capitalistas atuam e complicam ainda mais todo o processo: o campo do intercâmbio social dos setores de produção.

As determinações da circulação, em suma, contribuem para constituir as condições de crise na medida em que acentuam as contradições do capital. De outro lado, no sentido de que representa o movimento periódico do capital (incluindo aí o processo de produção e de circulação em sentido estrito) e na medida em que compreende campos onde essas contradições podem não só atuar também, mas tornar o processo ainda mais complexo e problemático, as crises se constituem *no* processo de circulação. Em sentido mais preciso a crise é o bloqueio do movimento de transmutação em função do qual o capital opera sua valorização, ocasionando paralisia das formas do capital e crise geral.

Ao encerrarmos este momento, concluímos o exame de uma dimensão fundamental do conceito de crise, tal como pode ser apreendida do estudo dos Livro I e II de **O Capital**. Estamos falando da dimensão das origens da crise do capital. Em última análise, na dimensão das origens das crises, as contradições imanentes do capital estão sempre implicadas. Como argumentam Antunes e Benoît (2008), as crises derivam dos fundamentos histórico-materiais

constituem uma parcela dos gastos de luxo dos capitalistas (...) e que também participam consideravelmente no consumo de meios de subsistência etc. O inverso ocorre no período de prosperidade e particularmente durante épocas de prosperidade ilusória, quando já por outros motivos cai o valor relativo do dinheiro expresso em mercadorias (sem que, de resto, ocorra uma verdadeira revolução do valor) e aumenta, portanto, o preço das mercadorias, independentemente do valor próprio destas últimas. Não só aumenta o consumo de meios de subsistência como a classe trabalhadora (...) também participa momentaneamente no consumo de artigos de luxo (...) o que, por sua vez, provoca um aumento dos preços” (MARX, 2014, p.515).

do próprio capitalismo, do domínio do capital sobre o trabalho na base da separação entre trabalho e meios de produção, da submissão de todo o processo econômico às exigências de autovalorização máxima do valor. Não há correção para as crises no interior do capitalismo que não reponha as contradições em função das quais novas crises têm de se constituir.

Ao partirmos do conceito de crise como desvalorização do capital, buscamos os fatores que deveriam, segundo indica o texto de Marx nos Livro I e II de **O Capital**, conduzir a esse resultado. A crise nos apareceu, então, como resultado do desenvolvimento do capital, como produto natural de sua evolução espontânea, segundo suas leis inseparáveis. Nos parece essencial, no entanto, desenvolver o problema da crise para além de suas origens. A questão poderia ser posta da seguinte forma: dado que as crises econômicas não finalizam o capitalismo, que este tem, normalmente, sua continuidade preservada após uma crise econômica, torna-se preciso se perguntar pelas consequências das crises e, nesse contínuo processo de reparcimento delas, perguntar pela sua função histórico-material⁵⁸. Entendemos, pois, que o melhor campo temático para desenvolver esse assunto a partir dos Livro I e II de **O Capital** é concentrando-se na análise do chamado ciclo industrial. Isso é sintomático em relação ao fato de o capitalismo do tempo de Marx enfrentar crises cíclicas e Marx não ter vivenciado as grandes crises posteriormente chamadas de crises sistêmicas ou estrutural. Os elementos para se pensar o ciclo industrial são, na verdade, desenvolvidos desde o início de **O Capital**, mas em poucas passagens Marx se refere a ele diretamente, e o faz, obviamente, quando se refere à reprodução do capital (levando em conta os Livros I e II). É preciso, pois, captar a unidade e a coerência dos elementos da produção e da circulação do capital no contexto da reprodução cíclica do capital. É uma condição investigarmos as consequências e a processualidade da crise. A isso nos voltamos no capítulo seguinte.

⁵⁸ É importante destacar que não nos parece legítimo atribuir aos resultados teóricos de Marx os elementos necessários para explicar todas as crises capitalistas, até porque Marx só pode analisar as crises do capitalismo de seu tempo. Na verdade, ao longo das crises capitalistas do século XX, outros conceitos de crises foram elaborados, como os de “crise estrutural” e de “crises sistêmicas”. Dos debates que se seguiram durante as crises capitalistas do século XX, destaca-se a importância dos trabalhos de Nikolai Dmyitriyevich Kondratiev, que identificou ciclos muito curtos de acumulação (de 3 anos e meio em média) e ciclos econômicos sistêmicos, maiores, que se entrecruzam e se combinam com os ciclos industriais intermediários, de 7, 8 ou dez anos (esses, sim, analisados por Marx). Esses ciclos maiores durariam, segundo Kondratiev, cerca de 50 anos, e eram compostos por uma fase ascendente, seguida de uma fase descendente (cf. NETO, 2009). O debate marxista acabou, em parte, reconhecendo uma dinâmica de acumulação de ciclos mais curtos e mais longos. É o caso, notadamente, para León Trostky e Ernest Mandel, por exemplo. As crises que marcavam o final dos ciclos intermediários de acumulação continuaram a ser chamadas de crises cíclicas em sentido clássico, como Marx analisou, enquanto as crises que marcaram o fim das longas ondas de acumulação da economia capitalista passaram a ser chamadas de crises sistêmicas, que tem uma dinâmica e profundidade distintas. Essas nos parecem as determinações essenciais do conceito de crise sistêmica, mas há, no entanto, diferentes concepções de crise sistêmica a partir disso, assim como há diferentes concepções de crise estrutural, das quais falaremos mais adiante.

4 O LUGAR E O PAPEL DAS CRISES NO CICLO INDUSTRIAL

Tendo sido examinados os fundamentos da produção e da circulação em função dos quais o modo de produção capitalista deve, no seu processo continuado de reprodução, enfrentar dificuldades relativas à valorização do capital – *crises*, nos cabe agora examinar o movimento de reprodução do capital social, mas não do ponto de vista do seu intercâmbio interno, mas do ponto de vista do curso geral do seu desenvolvimento. Em **O Capital** essa questão tem seu momento mais importante no estudo do que Marx denominava de *ciclo industrial*. Esse ciclo expressa não as rotações particulares, não as interconexões entre tipos distintos de capitais, mas a trajetória de desenvolvimento periódico e circular da indústria moderna como um todo. Nosso objetivo agora é examinar, a partir dos elementos postos nos Livros I e II de **O Capital**, a questão da crise segundo seus efeitos e segundo as funções que ela desempenha nos ciclos em torno dos quais o capitalismo imprime sua continuidade histórica, mesmo que as poucas menções de Marx ao problema nos force a dar um tom mais dedutivo à questão do que nos outros momentos. De toda forma, a análise do ciclo industrial nos parece ser o elemento principal do estudo da dinâmica da crise em Marx, isto é, da sua processualidade e de sua funcionalidade. Nosso entendimento é que uma solução conceitual para o problema da crise deve advir da análise da crise em seu conjunto, considerando suas origens, consequências e funções no interior do modo de produção capitalista. A firme posição frente ao conceito, portanto, deve estar embasada no estudo sistemático das condicionalidades e funcionalidades da crise, para o que propomos os procedimentos que guiaram os capítulos anteriores e este mesmo. Mas este capítulo, especialmente, representa a finalização dos procedimentos de análise do problema da crise, dentro dos parâmetros e recursos propostos, e ponto de chegada para uma solução conceitual para o conceito de crise em Marx, o que será sugerido na conclusão deste trabalho.

4.1 A forma cíclica de reprodução da grande indústria

Ora, a ideia de que o movimento da indústria, em seu conjunto, perfaz uma trajetória cíclica está expressa em diversos momentos de **O Capital**, mas, claro, especialmente nos momentos dedicados à análise da reprodução. Esse tipo de curso circular tem origem, segundo Marx, na grande indústria. Em certo momento, é assim que ele a descreve, em uma analogia

ao movimento dos astros⁵⁹:

Tão logo iniciam esse movimento de expansão e contração alternadas, ocorre com a produção exatamente o mesmo que com os corpos celestes, os quais, uma vez lançados em determinado movimento, repetem-no sempre. Os efeitos, por sua vez, convertem-se em causas, e as variações de todo o processo, que reproduz continuamente suas próprias condições, assumem a forma da periodicidade. (MARX, 2013, p.709)

Nos parece interessante desde já indicar uma passagem importante do Livro II, em que Marx expressa algumas das noções fundamentais para se pensar os condicionantes dos ciclos industriais. No Capítulo 9, quando Marx está voltado para analisar os ciclos de rotação do capital fixo, em função dos quais os ciclos industriais se efetivam, ele afirma o seguinte:

...esse ciclo de rotações encadeadas, que se estende por uma série de anos e que o capital percorre por meio de seus componentes fixos, fornece uma base material das crises periódicas nas quais a atividade econômica percorre as fases sucessivas de depressão, animação moderada, hiperatividade e crise. Os períodos em que se investe capital são, na realidade, muito distintos e discrepantes. Porém, a crise constitui sempre o ponto de partida de um novo grande investimento. E portanto, do ponto de vista da sociedade em seu conjunto, também fornece, em maior ou menor grau, uma nova base material para o próximo ciclo de rotações. (MARX, 2014, p.269-270, grifos nossos)

Partindo dessa passagem, o que nos parece importante para introduzir essa questão é, em primeiro lugar, reconhecer que a base material em função da qual a trajetória da indústria perfaz seus movimentos alternados é composta primariamente pelo circuito de reprodução do capital fixo. Além disso, na consideração do ciclo se torna preciso diferenciar entre o grande capital, que realiza grandes investimentos, e capitais menores, diferença baseada no grau atingido de concentração e que tem amplas repercussões na concorrência, embora não haja um exame detalhado dessa diferenciação, pelo menos nos Livros I e II. Além disso, sabemos que elevações de produtividade, que impactam nos preços das diversas mercadorias, e variações no exército industrial de reserva são responsáveis por importantes oscilações durante a vigência do ciclo, porquanto afetam o consumo de bens e a escala da reposição dos valores de capital nas rotações internas que constituem o ciclo inteiro dos capitais. Em último lugar, cabe apontar, *a priori*, que, no contexto do ciclo de acumulação de capital da indústria, a crise representa, segundo Marx, uma fase de preparação para os novos ciclos industriais e, ao mesmo tempo, o ponto de chegada desses ciclos; que as crises, portanto, medeiam os ciclos

⁵⁹ Vejamos: “...o ciclo periódico” da “vida moderna” da grande indústria, diz Marx, “só se inaugura com a crise de 1825” (*Posfácio da 2ª edição*, in MARX, 2013).

industriais, operam a transição entre um ciclo e o seguinte.

Como ponto de partida do ciclo, a crise é momento em que os capitais suspensos ou em desaceleração reconstituem condições de lucratividade, reembolsam os valores que ainda circulam como mercadoria, reduzem suas perdas, em que ocorrem os rearranjos e articulações entre capitais antes dispersos, através de negociações de compra e venda de capitais ou da sua combinação para futuros investimentos. Esse intenso momento de especulação, deslocamentos e transições só pode se desenvolver na medida em que o capital assume em grande escala a forma-dinheiro, a forma decapital produtivo apenas potencialmente, pois nessa forma pode ser movimentado facilmente e se transformar no capital produtivo de qualquer ramo da indústria, a depender unicamente do seu volume, se atinge o necessário para tal e as condições lhes pareçam favoráveis. A crise é ponto de partida no sentido de que prepara condições para novos grandes investimentos, que repercutem em negócios encadeados⁶⁰. Todas essas condições, no entanto, são sempre conquistadas às custas do

⁶⁰ Como já indicado, a análise de Marx sobre as crises aponta para o problema das chamadas crises cíclicas, enquanto tem se tornado cada vez mais de convicção dos marxistas que as crises capitalistas do século XX apontam para outro modo de manifestação das contradições do sistema, em crises de nova magnitude e natureza. Um conceito fundamental a respeito da crise capitalista mundial do início dos anos 1970 é o de "crise estrutural". Sobre a concepção de crise estrutural de Manuel Castells, ver nota 31, p.23. Para Mészáros, a crise atual do capitalismo também não é somente mais uma crise cíclica, mas uma crise do sistema do capital, portanto, é crise estrutural do capital. Contra a teoria do "capitalismo organizado", que teria substituído o "capitalismo de crises", como aceitam ClausOffe, LucienGoldmann, Herbert Marcuse etc., Mészáros busca argumentar, em **Para Além do Capital**, que o capitalismo não está livre das crises ou de seus condicionantes, mas desenvolveu um novo modo de administrar as crises, pulverizando seus efeitos geográfica e temporalmente. Em virtude desse novo modo de administração, a crise não se manifesta mais como *tempestade periódica*, mas sim como *continuumdepresso* (MESZAROS, 1989); daí a impressão, apoiada na aparência da realidade, e tomada como verdade por Offe, Goldmann e Marcuse, de que elas não mais eclodem. A crise econômica contemporânea, eclodida por volta de 1973, ainda segundo Mészáros, no entanto, não é somente distinta pelo seu modo de manifestação, mas ela tem, sobretudo, expressado a incapacidade fundamental de o capital se comportar como força de propulsão criativa e produtiva da sociedade: seria a expressão da *disjunção* entre "auto-reprodução do capital" e "produção genuína"; a produção capitalista é, conseqüentemente, cada vez mais, *produção destrutiva* (MESZAROS, 2002). Seria sintoma dessa situação o acionamento incontestável e frequente de ferramentas de destruição das forças produtivas, nas guerras (destaque ao desenvolvimento do complexo industrial-militar), no desemprego estrutural, na obsolescência programada das mercadorias (redução intencional do tempo útil de vida dos produtos) - antes recursos apenas pontualmente desenvolvidos ou em casos emergenciais - e pela insuficiência do socorro dos Estados à economia como solução para retomar os patamares de lucratividade (MESZAROS, 2002). Desse ponto de vista, o capital estaria atingindo os limites de suas contradições internas como modo de produção capaz de promover algum tipo de desenvolvimento humano paralelo à acumulação do capital, pondo, dramaticamente, em risco a própria sobrevivência humana. A crise atual seria, portanto, de natureza distinta das crises cíclicas, é expressão da decadência do próprio sistema do capital, é crise estrutural do capital. "A crise estrutural do capital é", diz Mészáros (2002, p.14), "a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos". Além da ideia de crise estrutural, a noção de crise sistêmica também expressa um novo modo de expressão das crises do capitalismo, distinta das crises cíclicas. A respeito das chamadas crises sistêmicas, Edmilson Costa (2013) explica que sua dinâmica e profundidade são de magnitude distinta das crises cíclicas. Marx, segundo Costa (2013, p.82), não vivenciou nenhuma grande crise sistêmica, sua época era a época do capitalismo concorrencial e das crises cíclicas. As crises sistêmicas tendem a promover mudanças mais profundas no conjunto da vida econômica e social, processando-se na seguinte dinâmica: em um primeiro momento, "surge a crise econômica", falências, ações em queda etc.; "posteriormente", ainda segundo Costa,

desemprego, salários em baixa e miséria para os trabalhadores, que dependem da venda da sua força de trabalho e do valor pago por ela e não podem ter acesso à parcela mínima a eles destinada da riqueza social se não estão empregados. O recolhimento do capital como capital monetário, suspenso, implica, portanto, a negação do trabalho e das condições mínimas de sobrevivência para os trabalhadores aliados de seus meios de produção.

Sabemos que a crise dos capitalistas resulta da dificuldade de valorizar o capital frente a eclosão das suas contradições, no instante em que os preços caem, o salário sobe – portanto, quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram – e, com isso, as taxas de lucro do grande capital são afetadas. O “capitalista, ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de autovalorizar-se, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante (...) a maior quantidade possível de mais-trabalho”, diz Marx (2013, p.307). O capital precisa recriar condições favoráveis de lucratividade. Os grandes investimentos se recolhem, e ao se recolherem a crise do capital se transporta para a sociedade, para a classe trabalhadora, e se transforma em crise social.

A crise, como bem colocam Antunes e Benoît (2008), demonstra claramente que o único motivo que leva o capitalista a aplicar seu capital na produção social é o lucro. E como lembra Marx, mesmo nas crises, a exploração do trabalho não reduz, pelo contrário. Vejamos:

As crises em que a produção é interrompida e as fábricas trabalham apenas 'por pouco tempo', durante alguns dias da semana, não afetam em nada, naturalmente, o empenho pelo prolongamento da jornada de trabalho. Quanto menos negócios são feitos, maior deve ser o ganho sobre o negócio feito. Quanto menos tempo se trabalha, maior é o tempo excedente de trabalho a ser extraído. (MARX, 2013, p.315)

A crise do capital, pois, não é sobrevida para o trabalho, muito menos afrouxamento da exploração, pelo contrário. Porquanto ela é produto do próprio capital, só pode se apresentar com a finalidade de pôr condições de autorrealização para o mesmo, não importando que sua estrutura condicione um movimento alternado e contraditório. Nas crises, a finalidade última do capital não é abandonada. Extrair e realizar mais-valor continua a ser o motivo essencial do capital, ainda que as condições que ele mesmo criou forcem-no a se reestruturar para se desenvolver novamente em seguida. “Mesmo os períodos desfavoráveis

"vem a crise social" (2013, p.51), desemprego, queda dos salários, tensões sociais etc., seguida de uma "crise política", crise de legitimidade do governo, os trabalhadores se manifestam massivamente contra suas medidas, obrigando as classes dominante a articular um plano de controle repressivo e persuasivo, cujas consequências podem ser incontroláveis pelos capitalistas. Conceitualmente, para Costa (2013, p.84), as crises cíclicas representam "colapsos parciais da totalidade", ao passo que as crises sistêmicas representam "rebeliões generalizadas da totalidade".

da indústria”, ressalta Marx (2013, p.525), “são aproveitados pelos fabricantes para obterem lucros extraordinários por meio de reduções exorbitantes de salários, isto é, do roubo direto dos meios de subsistência mais imprescindíveis ao trabalhador”. Um afrouxamento da exploração só pode ser instituído por uma força social contrária ao capital, que o force a se submeter a regras a ele estranhas e contrárias. O que o capital enfrenta de diferente dos períodos anteriores é que a realização do mais-valor está momentaneamente comprometida, trata-se mais de reduzir perdas. Essa situação, no entanto, não é tão desfavorável para todos, e, na verdade, pode ser até bastante favorável no ambiente de concorrência, especialmente para o grande capital.

4.1.1 Reprodução do capital e ciclo industrial

É preciso, enfim, articular os elementos já dados na dinâmica da reprodução cíclica do capital. Consideremos que os grandes capitais, que atuaram no último ciclo com altas taxas de apropriação de mais-valor, acumularam de forma potencializada e formaram fundos de reserva satisfatórios, com os quais lidam com as suas diversas perdas, manutenção, reparos necessários etc. No momento da crise, com a queda da taxa de lucro e de subida do poder de compra dos salários, o consumo de seu capital fixo já está bastante avançado. Mais avançado que o consumo do seu capital está o grau de apropriação do mais-valor na concorrência, em virtude das vantagens competitivas em relação aos pequenos capitais. Nesse período, os capitais menores estão atuando em ritmo acelerado, pois repuseram seu capital fixo na forma revolucionada. Após a hiperatividade e a saturação dos mercados, a constrição das vendas aponta para superprodução.

Com a queda nas vendas, o reembolso de capital decai e, com ele, reduz o investimento seguinte; a produção desacelera e o capital variável encolhe. Com esse encolhimento, cresce o desemprego, a massa que alimenta o exército industrial de reserva, corroendo as condições de vida da classe trabalhadora e afetando, ainda mais, as vendas. Trabalhadores desempregados, e mesmo trabalhadores ativos, que sentem o aumento do desemprego na sua subjetividade e na objetividade do cotidiano laboral, tendem a aceitar uma redução salarial sob a ameaça de perder o emprego, afinal, a demanda por trabalho está em baixa, o valor da sua mercadoria – a força de trabalho – está em queda⁶¹. É, portanto, a própria

⁶¹ “Por certo, esse desenvolvimento da força produtiva é, ao mesmo tempo, acompanhado de uma depreciação parcial dos capitais em funcionamento. Na medida em que essa depreciação se torna mais aguda em razão da concorrência, o peso principal recai sobre o trabalhador, com cuja exploração aumentada o capitalista procura

situação de superprodução, baixo investimento e alto desemprego que empurra os salários para baixo. Acompanhemos o que segue:

Nos períodos de estagnação e prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores; nos períodos de superprodução e paroxismo, ele barra suas pretensões. A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho. (MARX, 2013, p.714)

Dessa forma, como diz Marx, o próprio mecanismo de acumulação resolve os empecilhos que põe diante de si (cf. Cap.23. In: MARX, 2013). Com a queda dos salários e dos gastos em geral com o trabalhador, podem então se recompor as condições de lucratividade do capital, pois o gasto com capital variável vai ser menor em comparação com o investimento total. Por outro lado, a quebra de pequenos capitais possibilita que se abram, ao longo da recessão, novos espaços e mercados para os grandes capitais atuarem⁶².

Com a queda dos salários a um nível favorável, a solvência gradual das mercadorias acumuladas e a perspectiva de reabertura de mercados, os grandes capitais buscam se reorganizar⁶³, pressionando o setor de produção de máquinas e equipamentos. Os novos equipamentos industriais, mais modernos, custam caro e exigem, por sua vez, um adiantamento de capital de enorme volume, mais ainda quando se considera o consumo intensificado de meios de produção que eles exigem. Ao constituir suas rearticulações e ao se aproveitar da acumulação potencializada no período passado, os grandes capitais saem na frente dos demais e repõem seu capital fixo na forma revolucionada, que circulará por mais uma série de anos, dando início a um novo ciclo de acumulação. Enquanto isso, a parcela de capitais menores ainda busca recuperar perdas e recompor o valor investido em meios de produção, pois a massa de mercadorias segue no mercado à espera de compradores e as vendas ainda seguem em ritmo lento. Nessa fase, que Marx chamou de “período melancólico”

se ressarcir” (MARX, 2013, p.680).

⁶² Como acrescenta Hilferding (1985, p.246): “Todo ciclo industrial começa com uma expansão da produção, cujas causas (...) geralmente podem ser atribuídas à abertura de novos mercados, surgimento de novos ramos de produção, introdução de nova tecnologia, necessidade crescente devido ao aumento da população”. Sobre o pensamento de Hilferding acerca das crises consulte Dottschalch (2011).

⁶³ Certamente há elementos importantes que ficam de fora dessa descrição, e, em parte, pelas limitações das categorias desenvolvidas por Marx até o Livro II, como, por exemplo, a categoria do Estado. Além disso, há elementos que só se desenvolveram numa fase posterior à fase do capitalismo conhecida por Marx, como as Políticas Sociais, cuja consideração se tornou fundamental na compreensão dos impactos sociais das crises econômicas capitalistas.

ou de “fase de animação moderada”, logo posterior à crise, o capital está se recuperando da crise. O desemprego ainda é alto, as vendas precárias, mas renovam-se as expectativas com as condições criadas por essa mesma situação. Ao passo que os grandes investimentos são retomados e se aquecem, as taxas de desemprego passam lentamente a cair e, com elas, as vendas iniciam uma relativa melhora.

Com as primeiras rotações desse novo capital, os preços têm uma queda relativa, os salários, com isso, ganham um pouco de força e volta a ser liberado o crédito. À medida que os mercados movimentam as mercadorias, o grande capital passa a se reapropriar dos valores investidos em escala maximizada, em função de sua vantagem competitiva em relação aos demais capitais, constituindo-se capital liberado como capital monetário disponível. A concorrência, as novas condições do mercado, o crédito disponível etc. pressionam os capitais menores para realizar os incrementos tecnológicos necessários para elevar sua produtividade e melhorar seu patamar de competitividade⁶⁴. As mesmas forças atuam para que se acelere o consumo da base técnica em operação nos grandes capitais, tendo em vista a tendência de variação nos preços tão logo as recomposições de capital fixo sejam efetivadas socialmente. Como as perspectivas voltam, então, a serem favoráveis, a expansão condiciona, aos poucos, uma redução do exército de reserva, uma subida relativa do salário e a retomada do consumo, permitindo a reprodução ampliada dos capitais menores. Sabemos que na disputa de mercado cada capital aciona as ferramentas que estão ao seu alcance para elevar a produtividade: intensifica-se o ritmo das máquinas, põe-se os trabalhadores para atuar num raio de ação maior, aumentando suas funções e toda sorte de recursos para elevar a exploração do trabalho.

Chega a vez, então, dos capitais menores constituírem condições de recompor seus equipamentos industriais na forma revolucionada. Sabemos que, no capitalismo, cada elevação da força produtiva do trabalho social implica em elevação da composição do capital, que impacta na magnitude do exército industrial de reserva, nos salários e no nível de consumo. A modernização industrial tende a se reverter, portanto, em distúrbios ou turbulências frequentes nas conjunturas do mercado. Se a oferta de trabalho cresce num ritmo menor que a demanda em virtude da reprodução ampliada dos capitais, os salários tendem,

^{64c}Na sociedade capitalista, (...) na qual o entendimento social se afirma apenas e invariavelmente *post festum*, grandes perturbações podem e tem de ocorrer constantemente. Por um lado, uma pressão sobre o mercado monetário, ao mesmo tempo que, inversamente, a facilidade proporcionada por este último provoca o surgimento de um grande número de tais empresas, ou seja, precisamente as circunstâncias que, mais tarde, pressionarão o mercado monetário. Tal mercado é aqui pressionado porque aqui se faz necessário o adiantamento constante de capital monetário em grande escala e durante longos períodos” (MARX, 2014, p.410, grifo do autor).

então, a subir⁶⁵. Como diz Marx (2013, p.696),

São esses movimentos absolutos na acumulação do capital que se refletem como movimentos relativos na massa da força de trabalho explorável e, por isso, parecem obedecer ao movimento próprio desta última. Para empregar uma expressão matemática: a grandeza da acumulação é a variável independente, a grandeza do salário a variável dependente, e não o contrário. Assim, por exemplo, na fase de crise do ciclo industrial, a baixa geral dos preços das mercadorias se expressa como aumento do valor relativo do dinheiro, ao passo que, na fase de prosperidade, a alta geral dos preços das mercadorias se expressa como queda do valor relativo do dinheiro.

Na medida em que os demais capitais dos variados ramos realizam a reestruturação de seu capital fixo e põem suas mercadorias na circulação e quando isso atinge um grau em que a média desses capitais já opera com base técnica mais moderna, o valor social médio das mercadorias cai. E com essa queda se desfaz a vantagem que os grandes capitais usufruíram ao longo do ciclo, pois vendiam suas mercadorias acima do valor individual e pouco abaixo do valor social. Com a queda dos preços e a hiperatividade da produção, os salários ganham força e uma parcela dos trabalhadores ativos participa do consumo de “artigos de luxo”, isto é, bens supérfluos, que aparecem, normalmente, no consumo dos capitalistas. Mas a hiperatividade que faz o salário subir também aproxima os capitais da saturação dos mercados.

Mesmo com o primeiro sinal de queda nas vendas, a produção continua a todo vapor. Os grandes capitais já estão concluindo a reposição do valor do capital fixo, em função de suas vantagens experimentadas na fase de ascensão do ciclo, mas operam agora com taxas de lucro reduzidas. Como explica Marx, a crise soa não no campo da relação entre produtor ou comerciante e consumidor direto, mas na relação entre capital comercial e capital produtivo⁶⁶. Para entender essa questão, é útil acompanhar a seguinte passagem:

O ato $M'-D'$ [isto é, a venda das mercadorias onde o mais-valor se corporifica,] pressupõe, para a continuidade do ciclo do valor de capital, assim como para o consumo do mais-valor pelo capitalista, apenas que M' se

⁶⁵Vejam os ainda a seguinte passagem: “O ciclo vital característico da indústria moderna, a forma de um ciclo decenal interrompido por oscilações menores de períodos de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa sobre a formação constante, sobre a menor ou maior absorção e sobre a reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial conduzem ao recrutamento da superpopulação e, com isso, convertem-se num dos mais enérgicos agentes da sua reprodução” (MARX, 2013, p.708).

⁶⁶ Em Antunes e Benoit (2008, p.54) essa questão está posta da seguinte forma: “A possibilidade de uma crise de superprodução se torna real, porque o tempo que a mercadoria percorre para chegar até o consumidor final é preenchido pelo capital-produtivo com tempo de produção e lançamento no mercado de novas mercadorias produzidas”.

converta em dinheiro, isto é, que seja vendida. (...) *se M' continua a circular, por exemplo, na mão do comerciante que comprou o fio, isso, por enquanto, não afeta em nada a continuação do ciclo do capital individual que produziu o fio e vendeu ao comerciante. O processo inteiro prossegue seu curso* e, com ele, também o consumo individual do capitalista e do trabalhador, consumo que é condicionado por esse processo. Esse é um ponto importante no estudo das crises.

Com efeito, tão logo M' foi vendida, transformada em dinheiro, ela pode ser reconvertida nos fatores reais do processo de trabalho e, por conseguinte, do processo de reprodução. Assim, *se M' é comprada pelo consumidor final ou pelo comerciante que quer revendê-la, não há alteração direta na questão. O volume das massas de mercadoria criadas pela produção capitalista é determinado pela escala dessa produção e pela necessidade de sua constante expansão, e não por um círculo predestinado de oferta e demanda, de necessidades a serem satisfeitas.* A produção em massa só pode ter como comprador direto, excluindo-se outros capitalistas industriais, o comerciante por atacado. *Dentro de certos limites, o processo de reprodução pode se realizar na mesma escala ou em escala ampliada, embora as mercadorias que dele resultam não ingressem efetivamente na esfera do consumo individual e produtivo. O consumo das mercadorias não está incluído no ciclo do capital, do qual elas derivam. (...) Quando o produto é vendido, tudo corre dentro da normalidade, do ponto de vista do produtor capitalista. O ciclo do valor de capital que ele representa não é interrompido. (...) Desse modo, pode ocorrer de a produção de mais-valor – e, com ela, o consumo individual do capitalista – crescer, o processo inteiro de reprodução encontra-se em plena florescência, no entanto, haver uma enorme massa de mercadorias que, só aparentemente ingressam na esfera do consumo, mais, na realidade, permanecem não vendidas, estocadas nas mãos dos intermediários; ou seja, mercadorias que, de fato, ainda se encontram no mercado.*

Uma leva de mercadorias se sucede a outra, até que, por fim, fica claro que a leva anterior só foi aparentemente absorvida pelo consumo. Os capitais-mercadorias disputam entre si um lugar no mercado. Os que ficam para trás, precisam vender abaixo do preço. As levas anteriores ainda não foram liquidadas, enquanto vencem os prazos de pagamento das mercadorias. Para poder pagá-las, seus possuidores têm de se declarar insolventes ou vendê-las por qualquer preço. *Essa venda não tem absolutamente nada a ver com a situação real da demanda, mas apenas com a demanda por pagamento, com a necessidade absoluta de transformar mercadoria em dinheiro. Deflagra-se, então, a crise. Ela se mostra não na diminuição imediata da demanda consumptiva, da demanda por consumo individual, mas na diminuição na troca de capital por capital, do processo de reprodução do capital.* (2014, pp.154-155, grifos nossos)

O ciclo adentra sua fase decadente. A queda dos preços atinge as taxas de lucro, após a modernização do capital social e o período logo posterior às vendas que daí seguem. Por sua vez, a saturação dos mercados, condicionada pelo excesso de capitais formados numa sociedade onde o entendimento social se dá somente *a posteriori*, e a distância do consumo para a produção, agravada com o fenômeno acima descrito de autonomização dos capitais, resulta em nova superprodução. Vejamos que, com preços baixos, mercadorias em abundância e salários em alta, esse é o momento em que o capital enfrenta sua crise, e não

poderia ser diferente. O capital prepara suas crises exatamente para enfrentar a alta dos salários. Mas conforme a variação dos preços e das vendas condiciona uma reprodução precária, serão retomadas as altas taxas de desemprego, que, por sua vez, afetará gradualmente o nível dos salários e a capacidade de consumo, adentrando a economia na recessão. Ocorrerá, então, nova rodada de aumento de desemprego, rebaixamento salarial, quebra de pequenos capitais, deslocamentos de capitais entre setores e ramos de produção, baixa geral no crédito etc.⁶⁷

Esse ciclo, descrito aqui de forma certamente parcial, incompleta e abstrata, tenderia a se processar, segundo Marx, à sua época, de dez a doze anos até se repetir, muito embora as tendências de desenvolvimento capitalista indiquem que esse intervalo se reduziria com o tempo, fazendo das crises fenômenos mais recorrentes⁶⁸. Agora, vejamos rapidamente algumas críticas de Marx à interpretação dada ao fenômeno.

4.2 Falsas soluções

Vimos que, segundo Marx, a reprodução do capital assume a forma circular, alternando momentos de expansão e recessão. Nesse contexto, “a expansão súbita e intermitente da escala de produção é o pressuposto de sua contração repentina; esta última, por sua vez, provoca uma nova expansão, a qual é impossível na ausência de material humano disponível” (MARX, 2013, p.709). Nos períodos de prosperidade o crédito é abundante, e, em função dele, um sem número de capitais se formam e se modernizam. Vimos que, para Marx, o crédito tem origem na produção e na circulação do capital produtivo, isto é, na diferença

⁶⁷Nos parece importante ressaltar que, apesar de as crises do capitalismo contemporâneo serem, especialmente as grandes crises mundiais, de natureza distinta das crises cíclicas analisadas por Marx, o capitalismo não pode se desvincular das determinações das crises cíclicas, de tal forma que, nas crises sistêmicas ou estruturais, aos elementos comuns às crises cíclicas se somam outros agravantes que denotam o seu caráter sistêmico ou estrutural, mas é, insistimos, impossível ao capitalismo superar suas contradições por si mesmo, e, portanto, somente supera as crises cíclicas no sentido de que sua nova fase de desenvolvimento incorpora determinadas formas de enfrentar essas contradições evitando catástrofes periódicas mais frequentes. Mészáros sugere que o capitalismo remodelou seu modo de enfrentar as crises cíclicas dissipando seus efeitos geográfica e temporalmente, efetivando a transição de um modo explosivo de crise cíclica para a experiência de uma depressão contínua (ver MESZAROS, 1994). Veja mais sobre a compreensão de Mészáros acerca da crise em Fontes (2009).

⁶⁸ É interessante observar o prognóstico de Friedrich Engels a respeito da grande crise inaugurada no início da década de 1870: “Enquanto a força produtiva aumenta em progressão geométrica, a expansão dos mercados se dá, quando muito, em progressão aritmética. O ciclo decenal de estagnação, prosperidade, superprodução e crise, sempre recorrente entre 1825 a 1867, parece, de fato, ter se esgotado, mas apenas para nos deixar no lodaçal de desesperança de uma depressão crônica e permanente. O almejado período de prosperidade tarda em chegar; toda vez que acreditamos vislumbrar os sintomas que o anunciam, estes desaparecem de novo no ar” (ENGELS, *Prefácio da Edição Inglesa*, In: MARX, 2013, p.104).

entre capital necessário para reproduzir determinado valor ou parcela desse capital em determinado período e o capital efetivamente reembolsado no processo de rotação do capital circulante. Na medida em que o capital é suspenso ou liberado, ele é disponibilizado como capital monetário no mercado. Esses empréstimos, por sua vez, tem seu tempo definido em função dos prazos de aplicação determinados pela rotação do capital de onde se originam, quando deverão ser reinvestidos na ampliação do negócio. Explica-se, assim, a baixa do crédito nos períodos de crise, pois o grande capital precisa reembolsar os empréstimos concedidos, ao mesmo tempo em que os pequenos capitais enfrentam dificuldades nas vendas e para sanar suas dívidas. Segundo Marx (2013, p.709), “a superficialidade da economia política se mostra, entre outras coisas, no fato de ela converter a expansão e a contração do crédito, que é o mero sintoma dos períodos de mudança do ciclo industrial, em causa desses últimos”. Não obstante, portanto, a crise ter uma expressão na esfera bancária, a baixa do crédito representa um “sintoma” e não a “causa” da crise.

Por outro lado, dizer que o problema da superprodução tem origem na esfera da circulação, como se resultasse de um consumo em queda simplesmente, é, segundo Marx, igualmente falso. Como se lê adiante:

É pura tautologia dizer que as crises surgem da falta de um consumo solvente, ou da carência de consumidores solventes. (...) Que as mercadorias sejam invendáveis significa apenas que não foram encontrados compradores solventes para elas e, portanto, consumidores (...) as crises são sempre preparadas num período em que o salário sobe de maneira geral e a classe trabalhadora obtém *realiter* [realmente] uma participação maior na parcela do produto anual destinada ao consumo. (...) Parece, pois, que a produção capitalista implica condições independentes da boa ou da má vontade, condições que somente de forma momentânea permitem essa prosperidade relativa da classe trabalhadora e, mesmo assim, somente como prenúncio de uma crise. (MARX, 2014, p.515, grifo do autor)

Marx critica a ideia de que o aumento salarial para os trabalhadores pode ser uma medida para tirar o capital da sua crise evitando conflitos de classe, demonstrando que as crises são, na verdade, a grande arma do capital para enfrentar a subida dos salários. O aumento salarial é positivo, pois melhora as condições de vida da classe trabalhadora, mas enquanto o capital mantiver suas condições de domínio, ao aumento significativo seguirá, mais ou cedo ou mais tarde, uma crise para rebaixar novamente os salários. Isso significa que um aumento salarial, por exemplo, oriundo da luta de classe, da força política do proletariado, tende a ser removido pelo próprio mecanismo de acumulação se a produção continuar sob o

comando do capital. Se não forem destruídos os fundamentos do domínio do capital, a crise vai sempre se repor no horizonte da sociedade e como arma de reestruturação das condições de autovalorização do capital, e essa reestruturação tem como mecanismo básico um verdadeiro ataque ao trabalho para deslocar ganhos ao capital, através da produção de uma crise social⁶⁹.

Concordamos com Antunes e Benoît (2008) no sentido de afirmar que as crises do capital, para Marx, tem origem na própria estrutura do capital e, portanto, que elas não tem uma causa última identificável meramente nas tendências do desenvolvimento do capital, mas no capital mesmo (ainda que esses autores neguem a noção de “causa” para lidar com a teoria dialética de Marx⁷⁰). Também entendemos que as contradições do capitalismo, porquanto expressam a natureza e a estrutura do capital para o campo da valorização, se constituem como pontos em função dos quais as crises se formam e merecem, assim, serem consideradas

⁶⁹ Se as crises cíclicas sempre se convertem, em alguma medida, em crise social, isto é, em queda de salários, desemprego etc., a crise econômica mundial, estourada no início dos anos 1970, segundo Alex Demoric e Thomas Sablowski (2015), na medida em que representou a invasão do capital sobre diversas esferas da sociabilidade, deslocou para essas esferas, consequentemente, crises. Eles afirmam o seguinte: “em uma série de áreas sociais acumularam-se dinâmicas de crise, resultando no debate público acerca de inúmeras questões como energia, recursos naturais, água, relação entre cidade e campo, mercado de trabalho, educação e formação, ciência e pesquisa, relações de gênero, política, representação e gerenciamento político da crise”, e concluem que “isso permite caracterizar a conjuntura como uma crise múltipla” (DEMIROVIC & SABLowski, 2015, pp.54-55).

⁷⁰ Jadir Antunes trabalha com o conceito de crise enquanto *resultado* (ANTUNES & BENOÎT, 2008, p.17 e p.22). Se opondo à noção de “causa” (teoria causal) para analisar o conceito de crise em Marx, Antunes resguarda centralidade para a noção de “modo de exposição” (teoria dialética) de Marx em **O Capital**. “Ao invés de causa superior das crises”, diz Antunes, “a lei da queda tendencial da taxa de lucro seria o *resultado* do próprio desenvolvimento das contradições imanentes do capital expostas anteriormente (...) a síntese das contradições potenciais (...) convertendo-se em efetividade ou em ato” (Id., 2008, p.22). Para Antunes, a noção de causalidade, que seria uma “noção empirista” (ANTUNES & BENOIT, 2008, p.17), conduziria ao erro de esperar de Marx a realização de um desenvolvimento teórico das crises a partir de “suas manifestações empíricas e ordinárias” (Id., Ibid., p.15) e não do conceito. Cabe, então, fazer o trabalho que a tradição marxista não realizou, isto é, pensar o conceito de crise, apanhando **O Capital** como um todo, mas a partir dos planos de exposição de Marx, elaborados entre 1857 e 1866 (ANTUNES & BENOIT, 2008, p.17). Para Jadir Antunes e Hector Benoît (Id., p.115), esse trabalho revela, enfim, que as crises “são impulsionadas pelo próprio desenvolvimento dialético da acumulação capitalista, portanto, pelas contradições históricas de classe que são descritas na imanência contraditória das categorias que constituem o conceito de capital”. Nesse sentido, as crises não teriam uma “causa determinada”; os elementos tradicionalmente postos sob esse estatuto no debate marxista não passariam de “manifestações parciais das contradições históricas do conceito de crise” (ANTUNES & NBENOIT, 2008, p.116). As crises regulares expõem, como “revoltas periódicas das forças produtivas contra as relações de produção” (Id., Ibid., p.116), segundo os autores, o anacronismo do capital, que se torna um empecilho ao livre desenvolvimento das forças produtivas. Como *resultado*, a crise em Marx seria, ao mesmo tempo, “a dissolução do próprio conceito de capital através das suas contradições categoriais, impulsionadas, originalmente na contradição histórica das classes” (Id., Ibid., p.116), enfim, a realização concreta da crise, a efetivação do conceito “pela negação da negação, pela expropriação final dos expropriadores” (Id., Ibid., p.118). Efetivação do conceito de crise é, portanto, para Jadir Antunes, *revolução*. Consideramos necessária a apresentação do referido posicionamento especialmente por apresentar um caminho que entendemos ser o mais consequente para o avanço da compreensão do problema da crise e de outros conceitos em Marx, isto é, a compreensão do modo de exposição dialético.

como domínios prioritários do estudo das crises (MANDEL, 2015), sem, por isso, serem deslocadas ou autonomizadas das determinações mais fundamentais do capitalismo: a produção privada de mercadorias e a separação entre trabalhador e meios de produção. A única solução viável para as crises, do ponto de vista de Marx, seria, certamente, a superação do capitalismo. Mas, nesse caso, qual a diferença entre crise econômica e crise final do capitalismo?⁷¹ De nossa parte, distinguimos as crises econômicas das crises de hegemonia do capitalismo, para que o foco da pesquisa se deslocasse da análise das condições políticas de luta de classes para análise interna dos mecanismos de acumulação do capital, não como substitutivo, mas como precedente teórico necessário para um bom exame do problema. Desenvolvemos as determinações das crises na produção e na circulação do capital para demonstrar como, segundo Marx, o próprio mecanismo econômico manifesta essas contradições, imprimindo bloqueios à valorização do capital, impedimentos ao seu movimento de transmutação, em função somente do qual o capital pode se ampliar. Considerando isso, nos pareceu importante, levando em conta os limites e os alcances da pesquisa, pensar um conceito que dê conta de expressar o caráter da crise enquanto *produto* da acumulação do capital e, simultaneamente, de *ferramenta* do próprio mecanismo de acumulação, tendo em vista que as crises, no final dos ciclos, impõem novas condições de reprodução e tendem a preservar o poder dos capitais em alto grau de concentração. Para isso se torna preciso vislumbrar, além das consequências diretas das crises nos ciclos de reprodução do capital, seus impactos no que diz respeito à modificação que imprime ao modo de produção que seguirá nos rumos de uma reprodução cíclica de novo tipo ou sob novas condições. Isto é, se, por um lado, a crise prepara condições de retomada da “prosperidade” para em seguida reaparecer na efetividade da realidade capitalista, por outro lado, o capitalismo não sai idêntico à forma como entrou nas suas crises, e elas tem de imprimir, portanto, marcas substantivas não somente na forma da reprodução, mas na sua estrutura geral. Além disso, observando os impactos e a necessidade da crise no capitalismo, torna-se possível descobrir seu papel histórico no interior desse modo de produção.

⁷¹ Na polêmica sobre a crise final do capitalismo ou o “colapso” do capitalismo, para termos uma noção aproximada da conexão entre questões de ordem teórica e política que estão envolvidas, destacamos o seguinte. Segundo Sweezy (1989), Bernstein fez o primeiro grande embate contra a teoria do colapso, que dizia ser de autoria de Marx e Engels. A recusa dessa teoria por Bernstein, ainda segundo Sweezy (1989), se apoiava na crença de que as contradições entre capital e trabalho estavam se afrouxando, de que o capitalismo apresentava sinais de melhora gradual e que essas condições educariam a sociedade, que realizaria o socialismo num ato pactual de civilidade, dispensando-se qualquer tática revolucionária. Sweezy (1989) dedica o capítulo 11 de sua **Teoria do Desenvolvimento Capitalista** a um breve balanço da polêmica em torno das “teorias do colapso”, incluindo, além de Edward Bernstein, Tugan-Baranowsky, as distintas posições de Kaustsky (2011), Conrad Schmidt, Louis Boudin, Rosa Luxemburgo, Hilferding e Henryk Grossman.

4.3 Algumas consequências e funções da crise para pensar o conceito

É possível extrair algumas tendências e consequências gerais que as crises imprimem ao processo de reprodução continuada do capital, à sucessão de ciclos da acumulação capitalista. Abaixo, elencamos algumas:

- a) Dado que a cada ciclo a força produtiva do trabalho se eleva e, com ela, a composição do capital, conseqüentemente, aumenta a necessidade de capital monetário concentrado para constituir os grandes empreendimentos. Na medida em que é uma tendência imanente ao capital e se opera lado a lado com o crescimento da riqueza produzida, a concentração resulta da acumulação mesma, mas na medida em que se opera em função da rearticulação de capitais existentes (sem derivar de um crescimento da riqueza produzida) ela é processo de centralização (cf. Cap.23. In: MARX, 2013). A crise se comporta como um especial detonador da segunda tendência. A crise, por conta disso, acentua e acelera a tendência de concentração do capital, acionando intensamente os fenômenos próprios da centralização do capital⁷²;
- b) no processo de reestruturação das condições de mercado que as crises impõem, os pequenos capitais tendem a sofrer os impactos mais negativos da crise, ao passo que os grandes capitais se aproveitam dela para resguardar suas condições de vantagem na concorrência⁷³;
- c) conforme opera as transformações de valor necessárias à recomposição das taxas de lucro ao grande capital, a crise atua como compensação à tendência imanente de comprometimento da lucratividade em função da elevação da composição do

⁷² “De 1861 a 1868 desapareceram, assim, 338 fábricas de algodão, o que significa que uma maquinaria mais produtiva e potente concentrou-se nas mãos de um número menor de capitalistas. O número de teares a vapor diminuiu em 20.663; ao mesmo tempo, porém, seu produto aumentou, de modo que um tear aperfeiçoado produzia agora mais do que um antigo. Por fim, o número de fusos aumentou em 1.612.547, enquanto o número de trabalhadores ocupados diminuiu em 50.505. O progresso rápido e constante da maquinaria intensificou e consolidou, assim, a miséria 'temporária' com que a crise algodoeira oprimiu os trabalhadores” (MARX, 2013, p.507). O uso do termo “temporária” é um recurso irônico de Marx, que tem sentido no interior da polêmica em que está envolvido nesse momento da exposição.

⁷³ “Os indicadores das condições do mercado mundial de 1860 a 1861 mostram que a crise do algodão foi oportuna e parcialmente vantajosa para os fabricantes (...) A maior parte desses pequenos fabricantes se arruinou” (MARX, 2013, p.527).

capital. Se, de um lado, o sentido básico da crise é a desvalorização do capital, por outro lado, ela se transforma, desse ponto de vista, no seu oposto, isto é, num mecanismo da própria acumulação do capital;

- d) nesse mesmo sentido, a crise expressa as determinações imanentes do capital na medida em que revela a condicionalidade da produção como a produção de mais-valor em patamares satisfatórios, e manifesta esse imperativo impondo, sob a forma mais aguda possível, a oposição entre trabalhador e meios de produção nas crises, porquanto a produção é suspensa e o trabalhador, em função disso, vê-se, em maior proporção possível, sem condições de trabalho e vida;
- e) como durante a crise, frente ao quadro de superprodução, vários capitais, em especial os menores, são desarticulados e o mercado enfrenta certa paralisia, e dado que isso se dá em função da necessidade de recompor os valores adiantados e de somente com o término de sua circulação o processo poder ser retomado – não importando que tipo ou o grau de prejuízo social, material, cultural ou psicológico isso implique para a classe trabalhadora, que vive da venda da força de trabalho – as crises revelam, novamente, a primazia do valor de troca, a natureza do capital como força da produção social que submete tudo ao seu processo de autovalorização, independente das necessidades reais de consumo, sejam elas ou não as mais urgentes;
- f) considerando que durante essas crises gerais, em que a superprodução tem de se manifestar, figuram lado a lado, a abundância material produzida e controlada pelo capital, que serve como mero veículo de troca do valor, e a miséria produzida na classe trabalhadora, miséria que deriva de exigências do mecanismo de acumulação e que expressa o empobrecimento como desrealização humana, pode-se dizer que as crises manifestam, desse ponto de vista, as determinações imanentes ao capital, porquanto expressam, na forma mais dramática, a separação radical entre trabalhador e produto do trabalho e a transformação do meio de vida do trabalhador em capital;
- g) do ponto de vista do capital social total e da relação entre setores, a crise resulta em deslocamentos e rearticulações intensas do capital, representando enormes

prejuízos para os setores que atuam em larga escala de rotação de capital e revela o impulso natural do capital de descontrole e indiferença em relação ao grau das demandas específicas pelas mercadorias que produz. Nesse sentido, a crise acelera os deslocamentos espaciais e setoriais de capitais e se apresenta como força independente, em função do movimento da qual a massa de trabalhadores tem de perseguir suas condições de vida; e

- h) as crises revelam a anarquia social a que o capital submete a produção e a sua irracionalidade ao conduzir ao desperdício de forças produtivas. Por um lado, nas crises, a força de trabalho é vilipendiada e dispensada sistematicamente. Por outro lado, o desgaste moral dos meios de produção, especialmente aqueles de alto valor, para a construção dos quais foi preciso direcionar o grande volume do trabalho social disponível, força a substituição das máquinas antes mesmo de perder operacionalidade mecânica.

4.4 Superação revolucionária das crises

Já comentamos e agora retomamos o fato de que a tese segundo a qual as crises têm origem no próprio capital, na sua natureza contraditória, desenlaça, como postura consequente e duradoura para enfrentamento das crises, a própria superação das contradições do capital, e, tanto quanto essas contradições estão inscritas na natureza do capital, essa superação tem de apontar para a superação do modo de produção capitalista. A separação entre trabalhador e meios de produção, a propriedade privada, o trabalho assalariado etc. são a base do capitalismo e estão na origem das crises. Vimos que não pode haver capitalismo sem crise, que a crise faz parte do desenvolvimento do capital, e que, deixada ao livre jogo do mercado, as crises tendem a repor condições de autovalorização do capital, deslocando suas perdas materiais sobre o trabalho. As crises não podem ser, por si mesmas, uma força autodestrutiva do domínio do capital sobre o trabalho, pelo contrário, elas tendem, nessas condições, a serem um instrumento de reafirmação desse domínio. As crises guardam, portanto, sempre uma dimensão de “ação estratégica”, de uma ofensiva de classe para a *reposição* de valor ao capital⁷⁴.

⁷⁴ Na já citada **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**, Paul Sweezy (1986, pp.127-8) afirma nesse sentido o seguinte: "A depressão é antes o método específico de remediar os males (do ponto de vista capitalista) da prosperidade. Uma taxa de acumulação acelerada provoca uma reação na forma de crise; esta se transforma em depressão; a depressão, aumentando as fileiras do exército de reserva e depreciando os valores de capital,

A ação que engendra um processo de solapamento do domínio do capital, por sua vez, precisa enfrentar o poder organizado da burguesia e destruir as condições de reprodução de seu domínio de classe. O objetivo é constituir um controle social sobre a produção capaz de organizar a alocação de recursos e planejar racionalmente a distribuição do trabalho social conforme as necessidades de realização humana e abastecimento da própria produção, evitando desperdícios com a aplicação necessária da ciência e a ampliação de seu uso para o bem coletivo. Trata-se de libertar o processo social do impulso desumano de autovalorização do capital. Acompanhemos a passagem seguinte, que permite vislumbrarmos alguns sentidos e impactos de uma transformação dessa natureza:

A supressão da forma capitalista de produção permite restringir a jornada de trabalho ao trabalho necessário. Mas esse último, mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, ampliaria seu espaço. Por um lado, porque as condições de vida do trabalhador tornar-se-iam mais ricas, e suas exigências vitais maiores. Por outro, por que uma parcela de mais-trabalho atual contaria como trabalho necessário, isto é, como o trabalho que se quer para a criação de um fundo social de reserva e acumulação.

Quanto mais cresce a força produtiva do trabalho, tanto mais se pode reduzir a jornada de trabalho e, quanto mais se reduz a jornada de trabalho, tanto mais pode crescer a intensidade do trabalho. *Considerada socialmente, a produtividade do trabalho cresce com sua economia. Essa implica não apenas que se economizem os meios de produção, mas também que se evite todo trabalho inútil.* Ao mesmo tempo que o modo de produção capitalista impõe a economia em cada empresa individual, *seu sistema anárquico de concorrência gera o desperdício mais desenfreado dos meios de produção e das forças de trabalhos sociais*, além de inúmeras funções atualmente indispensáveis, mas em si mesmas supérfluas.

Dada a intensidade e a força produtiva do trabalho, a parte da jornada de trabalho social necessária para a produção material será tanto mais curta e, portanto, tanto mais longa a parcela de tempo disponível para a livre atividade intelectual e social dos indivíduos quantos mais equitativamente o trabalho for distribuído entre todos os membros capazes da sociedade e, quanto menos uma camada social puder esquivar-se da necessidade natural do trabalho, lançado-a sobre os ombros de outra camada. O limite absoluto para a redução da jornada de trabalho é, nesse sentido, a generalização do trabalho. Na sociedade capitalista, produz-se tempo livre para uma classe transformando todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho. (MARX, 2013, pp.596-597, grifos nossos).

Na nova sociedade, na sociedade comunista, a produção e a reprodução social não

restaura a lucratividade da produção e prepara o terreno para o reinício da acumulação. A repetição de todo o processo é agora apenas uma questão de tempo. Trata-se, portanto, realmente, mais do que de uma teoria da crise: é essencialmente uma teoria do que os economistas modernos chamam de ciclo econômico como um todo. (...) A cadeia de causalidade passa da taxa de acumulação ao volume de emprego, deste ao nível de salários, e do nível de salários à taxa de lucro. Uma queda da taxa de lucro abaixo do normal impede a acumulação a precipita uma crise, a crise se transforma em depressão, e, finalmente, a depressão recria condições favoráveis a uma aceleração na taxa de acumulação".

estão submetidas ao imperativo da valorização do capital, mas às necessidades sociais, que crescem conforme deixa de existir força de trabalho como mercadoria, e, assim, o ser humano pode se realizar como ser de múltiplas necessidades e desenvolver suas potencialidades. O controle racional e fundado nas necessidades coletivas, impossível de ser exercido pelo capital, evita os desperdícios que o capital produz⁷⁵. Por isso, a associação do comunismo com a ideia de atraso ou escassez de recursos é peça ideológica do discurso dominante, e como ideologia, apresenta a realidade invertida.

Mas o processo de ascensão da ação revolucionária não pode se dar no terreno da consciência de classe que põe-se a si mesma, sem uma base material determinada. Em certo sentido, o capital cria a própria revolta capaz de destruí-lo, muito embora a revolta só conquiste o poder capaz de destruí-lo se tiver poder material, se for força coletiva, se estiver organizada e decidida a tal fim. Para ilustrar essa questão, vejamos o que diz Marx sobre a grande indústria, com sua lei da flutuação da demanda de força de trabalho,

transforma numa questão de vida ou morte a substituição dessa realidade monstruosa, na qual uma miserável população trabalhadora é mantida como reserva, pronta a satisfazer as necessidades mutáveis de exploração que experimenta o capital, pela disponibilidade absoluta do homem para cumprir as exigências variáveis do trabalho; a substituição do indivíduo parcial, mero portador de uma função social de detalhe, pelo indivíduo plenamente desenvolvido, para o qual as diversas funções sociais são modos alternantes de atividade. (MARX, 2013, p.558)

Nesse outro momento, Marx confirma que, com a expansão das relações capitalistas promovidas pela universalização da legislação fabril, a grande indústria

destrói todas as formas antiquadas e transitórias, embaixo das quais o domínio do capital ainda se esconde em parte, e as substitui por seu domínio direto, indistinto. Com isso, ela também generaliza a luta direta contra esse domínio. Ao mesmo que impõe nas oficinas individuais uniformidade, regularidade, ordem e economia, a legislação fabril, por meio do imenso estímulo que a limitação e a regulamentação da jornada de trabalho dão à técnica, aumenta a anarquia e a concorrência da maquinaria com o trabalhador. Juntamente com as esferas da pequena empresa e do trabalho domiciliar, ela aniquila os últimos refúgios dos 'supranumerários' e, com eles, a válvula de segurança até então existente de todo mecanismo social. Amadurecendo as condições materiais e a combinação social do processo de produção, ela também amadurece as contradições e os antagonismos de sua

⁷⁵ Vejamos, por exemplo, que a contradição da grande indústria “suprime toda tranquilidade, solidez e segurança na condição de vida do trabalhador, a quem ela ameaça constantemente com privar-lhe, juntamente com o meio de trabalho, de seu meio de subsistência; (...) juntamente com sua função parcial, ela torna supérfluo o próprio trabalhador; (...) essa contradição desencadeia um rito sacrificial ininterrupto da classe trabalhadora, o desperdício mais exorbitante de força de trabalho e as devastações de anarquia social” (MARX, 2013, p.557).

forma capitalista e, assim, ao mesmo tempo, os elementos criadores de uma nova sociedade e os fatores que revolucionam a sociedade velha. (2013, p.571)

Isso significa que, para Marx, o processo de superação do capital também tem uma base material, não é uma ação subjetiva que põe a si mesma, como movimento impulsionado meramente pela vontade. Pelo contrário, são as próprias contradições objetivas do capitalismo que põem as condições e os motivos para sua superação. Na medida em que as crises são momentos de explosão dessas contradições, em que todas elas se manifestam como violência de classe, de reafirmação do poder da burguesia e das contradições do capitalismo, as crises tendem a se constituir como momentos de efervescência política, de intensificação dos conflitos de classe. Nos períodos de (muito) relativa prosperidade da classe trabalhadora, as contradições estão camufladas ou escondidas, a revolta da classe diante do capital se afrouxa. Mas nos períodos de crise ocorre o movimento inverso, pois as condições objetivas que impõem a destruição das condições de vida da classe produzem sua própria revolta contra o capital.

CONCLUSÃO

Analizamos, na crítica de Marx à Economia Política, as tendências essenciais da produção e da circulação do capital, na medida em que se nos mostraram decisivas enquanto condicionantes da crise do capital. Nos dois primeiros capítulos, o fundamental era desenvolver as condições de crise, isto é, as condicionalidades que compreendem a dimensão da *origem* das crises. Demos maior destaque a três ordens de questões estruturais: a tendência à superprodução, a queda tendencial da taxa de lucro e a desproporção intersetorial. E fizemos essa escolha por considerar que se tratam dos elementos mais importantes dos desequilíbrios críticos do capitalismo em Marx, ainda que isso não invalide um lugar determinado (embora não central) para outras problemáticas, relativas, por exemplo, ao problema da realização da mais-valia. Já nos dois primeiros capítulos foi preciso argumentar, aqui e ali, alguns elementos que dizem respeito às consequências e à função das crises, mas, no essencial, tratou-se de demonstrar que, segundo Marx, as crises têm sua origem na natureza mesma do capital, ou seja, na dinâmica espontânea do livre jogo das leis do mercado e da acumulação de capital e especificar contradições em que as leis do capital tendem a produzir crises. O procedimento para desenvolver esse assunto foi a consideração do conceito de crise enquanto *desvalorização do capital* (GRESPLAN, 2009, 2012, 2015) e a investigação das leis internas do capitalismo na obra de Marx. E, com isso, consideramos os Livro I e II de **O Capital**, no intuito de, mesmo dentro de limites, refletir o fato de que, sendo a crise um problema da esfera da reprodução do capital e, sendo essa reprodução unidade entre produção e circulação, o exame da crise deve, portanto, abranger essa unidade. Vimos, assim, em função de que o capital é o próprio responsável pelas crises econômicas e em que sentido seus fundamentos histórico-materiais estão implicados nelas. Esse foi o primeiro procedimento que propomos para desenvolver a questão e sinalizar elementos para pensar o conceito, e, como anunciamos no início do trabalho, se materializou nos capítulos 2 e 3.

Mas para desenvolver a questão da crise se nos mostrou necessário avançar na compreensão das suas dimensões básicas, não somente das suas origens, mas das suas consequências diretas e gerais no quadro da reprodução do capital, bem como de suas funções. Identificamos, por sua vez, o domínio apropriado para desenvolver essa análise na problemática do ciclo industrial, para o que as determinações desenvolvidas nos capítulos anteriores foi indispensável. Nesse caso, a crise se apresentava mais explicitamente na

linguagem de Marx, mas de forma irregular, fragmentária e dispersa. O problema, então, não era exatamente identificar as origens da desvalorização do capital no curso do desenvolvimento do capitalismo segundo suas leis internas, mas examinar a crise enquanto fase do processo cíclico de reprodução do capital na hegemonia socioeconômica da grande indústria, enquanto fase ou momento da transição entre os ciclos de reprodução, conforme se apreende do texto diretamente de referência de Marx ou se deduz da lógica interna de suas análises. O desenvolvimento desse procedimento revelou a crise como momento de recomposição do capital, a crise como fase de reestruturação, uma destruição reorganizadora, vantajosa especialmente para o grande capital, cujo sentido entendemos ser possível representar na ideia de *reposição*, na medida em que é, essencialmente, captura de valor social pelo capital através da desestruturação do (já agredido) poder material do trabalho. Apresentamos o resultado desse procedimento no Capítulo 4.

Nossa primeira conclusão se converteu, no processo de elaboração do trabalho, num pressuposto que orientou a reformulação da exposição. Trata-se de uma *complexificação da questão da crise*, tão logo se passou da análise das origens da crise para a análise da dinâmica da crise (início, consequências, funções – isto é, sua processualidade). Isso se revelou tão logo consideramos a crise como *processo*, em que ela surge como desvalorização, produto do desenvolvimento capitalista, e se converte, na continuidade da reprodução, numa crise social (depressão), a partir da qual a crise repõe o capital e restaura condições de retorno da reprodução ampliada⁷⁶. Nesse processo de reposição e de restauração, a reprodução precária na

76 Vale insistir aqui na observação, já feita em outras notas, de que a crise econômica mundial contemporânea, como vem sendo interpretada por vários pensadores marxistas, é uma crise de natureza distinta das crises cíclicas analisadas por Marx; ela é essencialmente mais prolongada, mais profunda e de impactos mais drásticos sobre a classe trabalhadora e a dinâmica da luta de classes. Mészáros (2002) argumenta, inclusive, que o capitalismo não tem condições de retomar patamares de lucratividade razoáveis e que, portanto, os ciclos reprodutivos estão historicamente superados, embora não as leis da produção e da reprodução que os engendraram. Para Wallerstein (2003), por exemplo, a crise atual é sistêmica, mas compreendida da seguinte maneira. Em **Mundialização ou era de transição?**, ele analisa a situação atual como resultado da decadência combinada de dois ciclos econômicos de amplitude distinta: um ciclo de longa duração, um ciclo "tradicional" de Kondratiev, isto é, que dura em torno de 50, 60 anos (ou um pouco mais no caso da atual crise), com uma fase ascendente (entre 1945 e 1973) e uma fase de decadência (de 1973 aos dias atuais); e um ciclo ainda mais amplo, que marca o início da hegemonia econômica e histórica capitalista como "sistema-mundo" (por volta de 1450), seu desenvolvimento, até seu declínio na atual crise, que representa, portanto, segundo Wallerstein, sua fase terminal. O declínio do capitalismo como sistema-mundo é explicado por Wallerstein (2003) pelo seu "travamento" frente a três grandes tendências contraditórias e limítrofes: 1) a conclusão do processo de "desruralização", entendida como eliminação do mundo rural, na medida em que tal eliminação elimina, com ela, a principal fonte de força de trabalho barata e sem tradição de organização sindical (as favelas não são substitutivos à função do mundo rural, segundo Wallerstein, devido às oportunidades do mundo informal e ao grau de consciência de classe desses sujeitos) – processo esse que tem um período limitado de no máximo mais 35 anos para se concluir; 2) a "externalização dos custos" de produção, recorrendo ao Estado como solidário salvaguarda, especialmente a partir da "crise ecológica", cujos custos podem não ser suportáveis pela sociedade, e se os custos não forem internalizados pelas empresas (gerando queda da taxa de lucro), "os impostos aumentariam consideravelmente e os contribuintes se revoltariam" (WALLERSTEIN, 2003, p.89),

crise articula saídas capitalistas para as contradições inerentes da superprodução, da queda da taxa de lucro e da relação entre oferta e demanda entre os setores da produção.

Em suma, partimos do conceito de desvalorização para captar as origens da crise e, ao examinar o ciclo industrial, em busca de sua processualidade ou dinâmica, encontramos a crise enquanto reposição. Parece difícil unificar a compreensão do conceito de crise sem que isso sugira, equivocadamente, uma sobreposição de uma dimensão da crise em relação a outra, impedindo, assim, que a crise seja pensada como um conceito uno e completo. A exposição dessa dificuldade expõe logo uma precaução importante, pois não se trata de supervalorizar as consequências e funções em detrimento das origens ou vice-versa, mas propor uma leitura do problema que evidencie aquilo que ele traz de essencial. *O que temos demonstrado é que a crise, em Marx, é, simultaneamente, causa e efeito da reprodução do capital: consequência na medida em que é resultado do desenvolvimento de suas leis, causa na medida que é condição de retomada da reprodução ampliada. Do mesmo modo, a acumulação se torna causa e efeito da crise, causa enquanto a produz, efeito enquanto depende dela para se reerguer periodicamente.*

Concluimos também que as crises econômicas não são momentos de decadência do domínio do capital sobre o trabalho, pelo contrário, elas tendem, a depender das condições da luta de classes, a reafirmar esse domínio, ampliando-o e intensificando-o. Mas são um momento de expressão indiscutível e explícita dos limites e das irracionalidades do modo de produção capitalista e da decadência do capitalismo enquanto modo de produção incapaz, como diz Mészáros (1994), de combinar “auto-reprodução do capital” com “produção genuína”, ou seja, serviços à satisfação de necessidades humanas paralelas e resultantes de períodos de acumulação do capital, ou de organizar a vida econômica sem impor enormes prejuízos, desperdícios e conflitos sociais. Ao mesmo tempo, as crises interferem na luta de classes e tendem a tornar os conflitos sociais mais intensos, embora não esteja dado de antemão a direção que a intensificação desses conflitos vai tomar, se para um período

gerando um impasse; e 3) a exigência crescente por garantia de direitos e políticas sociais, saúde, educação, previdência etc. que demandam impostos cada vez maiores e que atrapalham os planos dos capitalistas de ampliação dos seus lucros, com aval direto e indireto do Estado. Segundo Wallerstein, a crise detonada pelo encontro da decadência dos dois ciclos coloca o capitalismo num impasse histórico do qual ele não é capaz de sair sem destruir as bases do sistema-mundo propriamente capitalista que o sustentou até aqui. Os capitalistas, segundo ele, "tentarão erigir um novo sistema, de tipo desconhecido, capaz de perpetuar seus privilégios atuais. Esse sistema não será mais capitalista, mas conservará suas características hierárquicas e desiguais" (Id., 2003, p.91). A crise final do capitalismo, para Wallerstein, portanto, finaliza o capitalismo enquanto "sistema-mundo", mas não resolve a questão da dominação da classe dos capitalistas sobre o conjunto das demais classes e a reprodução das contradições sociais.

revolucionário ou para um período reacionário⁷⁷. A crise é, assim, a forma de efetivação da reprodução capitalista em que as contradições sociais estão à amostra e se mostra o caráter ilusório das ideias de conciliação e harmonia entre as classes (ARCARY, 2009; COSTA, 2013).

As maiores polêmicas no campo marxista a respeito da teoria das crises se situam exatamente no modo de compreender suas origens⁷⁸, pois, a depender do modo de compreender essas origens se encaminha certa compreensão acerca do papel das crises e seu *modus operandi*. No nosso entendimento, sendo as crises a expressão dos impactos das contradições do capitalismo sobre suas condições de valorização, marcada pela superprodução, queda da taxa de lucro e desproporção entre setores, a solução capitalista das crises deve acionar medidas de recuperação dos valores em circulação nas mercadorias sem consumo solvente (o comércio exterior, por exemplo), depreciação do valor da força de trabalho para recompor a lucratividade e impulsionar novos investimentos e deslocamentos de capitais para campos onde a demanda ficou desajustada em função do descontrole geral da economia capitalista. Em seu conjunto, o papel da crise é, em suma, repor condições de valorização ao capital, no bojo do enfrentamento desse conjunto de problemas. Não temos a intenção de confrontar essa posição com outras neste trabalho, mas nos parece que aponta para os elementos mais importantes da teoria das crises em Marx. Uma problemática que nos parece importante para o desenvolvimento posterior da questão é o aprofundamento do entendimento do método dialético de exposição em Marx, debatido de forma muito interessante por Jadir Antunes e Hector Benoît (2009).

Mas retomando a questão da relação entre crise e reprodução do capital para, finalmente, propor uma solução conceitual para o problema. Dissemos que, para Marx, a crise é causa e efeito da reprodução do capital, tal como a reprodução do capital se torna causa e efeito da crise. A contração se torna, como disse Marx, pressuposto da expansão. Nossa sugestão parte da hipótese que se segue. Através da grande indústria, o capital submeteu – Marx desenvolve isso no Livro I, especificamente nos capítulos 11, 12 e 13, dedicado à análise da evolução das forças produtivas – como força de produção *do capital* as forças

⁷⁷Nos parece que não procede imaginar a revolta da classe trabalhadora contra o capital num período de vitalidade e prosperidade do sistema. Para que a classe trabalhadora decida pela revolução é preciso ser obrigada a fazê-la, e sente essa tarefa como a força de um dever quando o próprio sistema não oferece perspectivas para ela. Isso para além de qualquer automatismo, mecanicismo ou anti-subjetivismo; trata-se somente de situar as condições materiais do próprio ascenso da vontade revolucionária, ainda que sem essa vontade internalizada nada de importante possa acontecer.

⁷⁸Ver um balanço crítico da história do pensamento marxista sobre as causas das crises em Antunes e Benoît (2008).

produtivas do trabalho social: a cooperação, a divisão do trabalho, a organização do trabalho. Entendemos que, para Marx, a própria natureza privada e expansiva do capital impede que a divisão do trabalho no conjunto da sociedade seja apropriada de forma racional pelo capital como força de produção. O resultado é a contradição entre racionalização interna às unidades produtivas do capital e a irracionalidade geral do movimento societário e econômico. Reina, como dito, a anarquia da produção social, seja da produção em relação ao consumo pessoal, seja na relação entre ramos e setores de produção. No conflito entre lucratividade e custo de produção decorrente da elevação da composição do capital, está expresso claramente o domínio do capital sobre os homens, a submissão de – cada vez mais – toda a humanidade aos desígnios de autovalorização do valor. Sob um ou outro aspecto fundamental da crise, ela é sempre *expressão da alienação do comando histórico e social em favor do capital*. A superação da crise, a superação revolucionária da crise, através de uma revolução socialista mundial, representa a possibilidade de conquista da divisão social do trabalho na sociedade como força de produção, mas, já aí, como força de produção do trabalho social, e não do capital; é, ao mesmo tempo, a possibilidade de suplantação do domínio do capital sobre o ser humano e a conversão da produção em fonte de riqueza e satisfação para as necessidades humanas. *A crise é resultado, portanto, em última instância, da alienação do autocomando humano sobre a história e a produção social em favor do capital*. Diante da anarquia da produção e da exigência dogmática e indiscutível de autovalorização do capital, a crise é a forma pela qual o capital (irracional e autocentrado) busca resolver sua incapacidade de organizar racionalmente a produção e se recusa em fazer da produção um meio de satisfação genuíno das necessidades humanas. O capital, com a crise, busca fazer da sua própria irracionalidade uma força produtiva. Nesse sentido, a crise é a forma capitalista da submissão do que o capital põe fora de alcance do autocomando humano e social, a tentativa de converter a divisão social em geral, como uma força produtiva capitalista e, como tal, *força produtiva do capital*.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Jadir. **Hector Benoît e a dialética da crise em “O Capital” de Marx.** Disponível em: <https://jadirantunes.files.wordpress.com/2014/12/hector-benoit-e-a-dialc3a9tica-da-crise-em-o-capital-de-marx.pdf>. Acessado em: 08-03-2017.
- ANTUNES, J. & BENOÎT, H. **A dialética do conceito de crise em *O Capital* de Karl Marx.** Sem local: tikhé, Edições Maisvalia, 1ª edição, 2008.
- ARCARY, Valério. **Notas sobre crises econômicas e revolução em perspectiva histórica.** In: SAMPAIO JR., Plínio de Arruda (Org.). *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2009.
- _____, **Trotsky e as crises econômicas do capitalismo: uma análise em perspectiva histórica.** disponível em <http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.28/valerio-arcary.pdf>. Acessado em: 08-03-2017.
- BENSÄID, Daniel. **Marx e as crises.** In: GRANJA, S. & ROBAINA, R. (Orgs.). *Economia & Dialética: seleção de textos marxistas*. Coleção Marxismo Aberto, Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2011.
- BROFENBRENNER, Martin. **"O Capital" para o homem moderno.** In: HOROWITZ, David. *A economia moderna e o marxismo*. Biblioteca de ciências sociais, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- CASTELS, Manuel. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo.** Coleção pensamento crítico, 37. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.
- COSTA, Edmilson. **Para onde vai o capitalismo – Notas sobre a globalização neoliberal e a nova fase do capitalismo.** São Paulo: Aduaneiras, 2004.
- _____, **A globalização e o capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____, **A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil.** São Paulo: Edições ICP, 2013.
- DEMIROVIC, A. & SABLowski, T. **A crise na Europa e o regime de acumulação com dominância financeira.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.
- DOTTSCHALCH, Wilfried. **Desenvolvimento e crise do capitalismo no pensamento de Rudolf Hilferding.** In: GRANJA, S. & ROBAINA, R. *Economia & Dialética: seleção de textos marxistas*. Coleção Marxismo Aberto. Fundação Lauro Campos, 2011.
- FONTES, Virgínia. **Imperialismo e crise.** In: SAMPAIO JR., Plínio de Arruda (Org.). *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: José Luís & Rosa Sundermann, 2009.

GRESPLAN, Jorge. **Uma teoria para as crises**. In: NETO *et al.* Capitalismo em crise: a natureza e a dinâmica da crise econômica mundial. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

_____, **O negativo do capital**: o conceito de crise na crítica da Economia Política de Marx. Coleção Idéias Baratas. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____, **Crítica da Economia Política, por Karl Marx**. In: NETTO, J. P. (Org.). Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora. São Paulo: Boitempo, Cartamaior. 2015.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. Coleção Os Economistas. Tradução: Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBBSAWN, Eric. **A crise do capitalismo e a atualidade de Marx**. In: Novos Temas - Revista do Instituto Caio Prado Jr. *Crise e conjuntura política*, 12\13, São Paulo: ICP, 2015.

ITURBE, Alejandro. **O sistema financeiro e a crise da economia mundial**. São Paulo: José Luís & Rosa Sundermann, 2009.

JUNIOR, Fernando L. R. **Mandel: notas sobre o capitalismo - sua gênese e suas crises**. In: Novos Temas - Revista do Instituto Caio Prado Jr. *Crise e conjuntura política*, 12\13, São Paulo: ICP, 2015.

KAUTSKY, Karl. **Capital financeiro e crise**. In: GRANJA, S. & ROBAIMA, R. *Economia & Dialética*: seleção de textos marxistas. Coleção Marxismo Aberto. Fundação Lauro Campos, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, E. **Introdução ao marxismo**. In: Novos Temas - Revista do Instituto Caio Prado Jr., *Crise e conjuntura política*, 12\13, São Paulo : ICP, 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____, **O Capital**: crítica da economia política. Livro I – o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____, **O Capital**: crítica da economia política. Livro II – o processo de circulação do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MÉSZÁROS, Iztván. **A crise atual**. In: *Revista Ensaio*, n.17\18. São Paulo: Editora Ensaio, 1989.

_____, **Produção destrutiva e Estado Capitalista**. Tradução: Georg Toscheff e Marcelo Cipola. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

_____, **A crise estrutural do capital**. Tradução: Álvaro Bianchi. In: *Revista Outubro*, n. 4, 2006.

_____, **A crise em desdobramento e a relevância de Marx**. IN: *Segundo Dossiê de textos marxistas sobre a crise*. Disponível em:
[http://www.pucsp.br/desenvolvimento_humano/ Downloads/DOSSIE\(1\).pdf](http://www.pucsp.br/desenvolvimento_humano/Downloads/DOSSIE(1).pdf). Acessado em: 08-03-2017.

NETO, Eduardo Almeida. **Um longa onda recessiva está só começando**. In: SAMPAIO JR., Plínio de Arruda (Org.). *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: José Luís & Rosa Sundermann, 2009.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2001.

ROMERO, Daniel (Org.). **Marx sobre as crises econômicas do capitalismo**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

SWEEZY, Paul. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista: Princípios de Economia Política Marxista**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Mundialização ou era de transição?** Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS *et al.* *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Cemarx, Xamã, 2003.